

VERACIDADE

Revista da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM/PMS
Salvador - Bahia - Ano VI - Nº 10 - Dezembro de 2010



Guilherme 2010

A Prefeitura Municipal do Salvador, através da sua Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM, apresenta a décima edição da revista VeraCidade. Esse periódico cumpre o objetivo de divulgar a opinião de estudiosos, pesquisadores, políticos e personalidades, enfocando temas de interesse e relevância para a cidade, como meio ambiente, habitação, economia, cultura e política. Trata-se, portanto, de uma iniciativa de grande significado, em especial para aqueles que, através do debate e do diálogo, objetivam refletir sobre questões urbano-ambientais e construir soluções coletivas para os problemas que afligem a nossa cidade nesse começo de século. Desse modo, essa revista aborda aspectos de interesse do cidadão, com temas questões atuais e de grande importância para a cidade.

VERACIDADE

REVISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE - SEDHAM/PMS

Salvador - Bahia - Ano VI - Nº 10 - Dezembro de 2010



João Henrique Barradas Carneiro

Prefeito Municipal de Salvador

Paulo Sérgio Damasceno Silva

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM

Eduardo Diogo Tavares

Secretário Municipal de Comunicação - SECOM

Conselho Editorial

Paulo Sérgio Damasceno Silva - Presidente

Ângela Gordilho - Faculdade de Arquitetura - UFBA

Edvaldo Boaventura - Jornal A Tarde/Faculdade de Educação - UFBA

Fernando Peres - Historiador e Poeta

Inaiá Maria Moreira de Carvalho - Centro de Recursos Humanos - CRH/UFBA

José Antônio Gomes de Pinho - Escola da Administração - UFBA

Juliano Matos - Universidade Católica do Salvador - UCSAL

Luis Eugênio Portela Fernandes de Souza - Instituto de Saúde Coletiva - ISC/UFBA

Maria Elisabete P. dos Santos - Coordenação Central de Produção de Indicadores Urbano-Ambientais - COPI/SEDHAM

Paulo Lima - Escola de Música da Universidade Federal da Bahia - UFBA

Pedro Jacobi - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - PROCAM/USP

Terezinha Rios - Faculdade de Arquitetura - UFBA

Editores

Luciano Pinho de Almeida

Luiz Antonio de Oliveira Santos Pereira

Edvaldo Machado

Maria Elisabete Pereira dos Santos

Rita Nélia Ferraz de Melo

Cláudio Santos

Cléa Maria Caldas Pereira Tanajura

Elba Guimarães Veiga

José Carlos C. P. Sales

Lucimar Oliveira Silva

Maria de Fátima Falcão

Maria Cândida Beltrão

Maria Luiza Lins Góes

Raymundo Ribeiro

Regina Pires

Capa

Guache Marques

Núcleo de Tecnologia da Informação

Cenilton Matos Fonseca

Antônio Alberto Girardi

Emanuel Melo Antônio

Jamison Queiroz

Jornalista Responsável

Ana Lúcia Andrade - MTB 1384/BA

Editoração Eletrônica

Estevam Moreira Neto

Equipe Editorial

Adalberto Bulhões Filho

Ana Lúcia Aragão

Antônio Ferreira de Britto

Ednilva Azevedo

Eliana Gesteira

Fernanda Nascimento de Araújo

Fernando Sérgio Teixeira

Gleide Bacelar de Melo

Hilda Maria M. F. Conceição

Isaura Maria Andrade

Revista VeraCidade / Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM
Av. Vale dos Barris, 125 - Barris - Salvador - Ba - CEP: 40.070-055 - Fone: (71) 2201-8322
e-mail: veracidade@salvador.ba.gov.br - <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br>
ISSN: 0104-0839

editorial

A décima edição da revista VeraCidade, publicação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente - SEDHAM, Prefeitura Municipal de Salvador, discute temas caros à organização urbana, a partir de aspectos diversos (geografia, recursos naturais, cultura, ordem urbanística, etc.), propiciando um olhar multidisciplinar e oportunizando a produção de conhecimento. A Veracidade divulga a opinião de estudiosos, pesquisadores, políticos e personalidades, estimulando a ampliação do debate com o objetivo de formar uma opinião pública atenta e qualificada sobre os nossos problemas.

Maria Lúcia Politano, Luiz Moraes, Elisabete Santos, José Antonio Pinho, Fernando dos Santos, e Nicholas Costa apresentam o resultado da Pesquisa "Qualidade Ambiental das Águas e da Vida Urbana em Salvador", coordenada pelo Grupo Águas do CIAGS/EA da UFBA, fazendo uma reflexão acerca da poluição dos rios e das condições de saneamento ambiental das bacias hidrográficas de Salvador, destacando a necessidade da implantação e operação de sistemas de esgotamento sanitário e/ou outras soluções apropriadas nas áreas de proteção de mananciais, em particular aquelas situadas no entorno dos reservatórios utilizados para o abastecimento público, além da implantação de programas de despoluição dos corpos d'água em estágio avançado de eutrofização.

Leonardo Afonso, André Sousa e Soraia Monteiro analisam a dinâmica da cobertura vegetal do município de Salvador, por meio de imagens de satélite LANDSAT, dos anos de 1995 e 2007 nas bacias hidrográficas urbanas, demonstrando como o município perdeu cobertura vegetal num período em que a natureza foi "vendida" nos projetos imobiliários e de intervenção urbana.

Luiz Roberto Santos Moraes faz uma rica abordagem conceitual sobre Estado e política pública, com desdobramentos em relação aos instrumentos de gestão. Angela Araujo Nunes examina a atuação da Carteira Imobiliária do Montepio do Estado da Paraíba na produção estatal de habitação na cidade de João Pessoa, durante o período de 1932 a 1963, entre a designação da instituição para produção de moradias em benefício do funcionalismo público até a instituição do BNH. Cássio Marcelo Silva Castro, através de indicadores da ação governamental, apresenta uma avaliação do projeto "Bases Cartográficas Municipais", uma ação governamental que produziu cartografia das áreas urbanas de 31 municípios da Bahia, no período de 1998-2004, incentivando a elaboração de sistemas de informação com o intuito de implantar a cultura do geoprocessamento na gestão municipal.

Clément Vialle e Werner Kraus Junior discutem o uso sem critério, por parte das autoridades de trânsito, das faixas de travessia de pedestres como um fator contribuinte para o desrespeito a esta forma de sinalização. Os autores analisam o Código de Trânsito Brasileiro e o emprego das faixas em uma realidade urbana específica - a cidade de Florianópolis, apresentando um conjunto de recomendações sobre a normatização do uso das faixas de pedestres. Carlos Amorim faz uma rica reflexão sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural no país, concomitante à postura ética da ação institucional do IPHAN. Wendel Henrique, com seu poético ensaio sobre a cidade de Cachoeira busca, através da ficção, um fio condutor para a construção de um diário de experiências corporais e geográficas sobre Cachoeira, cidade marcada pela força de suas mulheres e por formas particulares de realização de um cotidiano miscigenado.

A Entrevista realizada com o Prof. Cid Teixeira traz uma rica e polêmica possibilidade de reflexão sobre temas como história, identidade e cultura. No Ponto de Vista, Fernando Guerreiro fala de sua história, suas percepções e inquietações no e sobre o teatro. Finalmente, o artista plástico Guache Marques apresenta-nos o belo Ensaio Natureza Mítica. O trabalho de Guache retrata tradições, evocando as raízes do cotidiano, através da releitura de signos da cultura afro e indígena, sendo a magia e o mistério permanentes fontes de inspiração. É, pois, com esse espírito rico e múltiplo do Soteropolitano, que entregamos a presente edição de Veracidade, na certeza de que cada um desses colaboradores ajuda a tornar mais límpidas questões e soluções para a Capital da Bahia.

Paulo Sérgio Damasceno Silva

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente – SEDHAM

João Henrique Barradas Carneiro

Prefeito da Cidade do Salvador

sumário

1. Editorial	3
2. Entrevista	
Foi isso que eu fiz na vida: fazer História Cid Teixeira	7
3. Artigos	
Qualidade das Águas dos Rios de Salvador Maria Lúcia Politano Álvares, Luiz Roberto Santos Moraes, Maria Elisabete Pereira dos Santos, José Antônio Gomes de Pinho, Fernando Pires dos Santos e Nicholas Carvalho de Almeida Costa	17
A Utilização de Indicadores na Avaliação de Programas Governamentais de Disseminação das Geotecnologias Cássio Marcelo Silva Castro	25
A Dinâmica da Cobertura Vegetal de Salvador- Ba (1995 a 2007): entre o fetiche e a degradação Leonardo Dias Afonso, André Nunes de Sousa e Soraia Santos Monteiro	39
Política e Plano Municipal de Saneamento Básico: Contribuições Conceituais e Metodológicas Luiz Roberto Santos Moraes	51
A Atuação do Montepio na Produção Estatal de Habitação em João Pessoa de 1932 a 1963 Angela Araujo Nunes	59
Desrespeito às Faixas de Pedestres: o papel dos órgãos de trânsito Clément Vialle e Werner Kraus Junior	75
Ética, Hábitos, Virtudes e Felicidade: Patrimônio Cultural e Testamento Carlos Amorim	83
4. Ponto de Vista	
Sobre o que Representar Fernando Guerreiro	91
5. Ensaio	
Pelas ruas de Cachoeira: morte, vida, angústias e esperanças Wendel Henrique	93
6. Ensaio – Natureza Mítica	
Guache Marques	97
7. Normas para Publicação	111

entrevista

Foi isso que eu fiz na vida: fazer História

O professor Cid Teixeira¹ fala de sua vocação, do processo de globalização e da expansão urbana de Salvador



Veracidade: O que despertou o interesse do Sr. pela História e como desenvolveu a arte de relatar, de narrar e registrar fatos?

Cid Teixeira – Todo mundo nasce com uma vocação. Há os que nascem para a medicina. Há os que nascem para ser genro de sogro rico. Há os que nascem para estudar engenharia e há os que nascem para estudar História. Eu não imagino, não consigo pensar em ter feito outra coisa na vida, senão estudar e produzir textos, produzir aulas e produzir a mentalidade historicista. Eu não nasci para fazer cálculo infinitesimal, nem a estrutura de uma laje. Eu não sei fazer isso, e graças a Deus encontrei caminhos, encontrei o que fazer na minha vocação. Eu poderia ser vocacionado pra uma coisa que não existisse na Bahia, então eu seria um perpétuo frustrado, seria um bancário, alguma coisa qualquer,

querendo sempre fazer aquilo que não existe. Felizmente eu nasci em uma cidade onde nem dez por cento dos arquivos já foram vasculhados até hoje, ainda há muita coisa pra estudar no que me sobrar de vida e aos que me sucederem. Foi isso que eu fiz na vida, fazer História. Tive a felicidade de ser aluno do colégio da Bahia, que no meu tempo era o Ginásio da Bahia. Fiz exame de admissão, fiz o primeiro ano em 1937, ou seja, no ano em que o colégio fez 100 anos, então, o colégio vivia a mentalidade e o raciocínio de comemoração histórica dos 100 anos da casa. Então, esse mergulho nos aspectos históricos da minha escola, fez com que eu raciocinasse sempre à base da criação do Liceu Provincial, e tive a sorte de ser aluno de excelentes professores de História. Eu não fui bom aluno de Química, nem de Física. Estudei bastante para ser aprovado, mas estudei história no ginásio com paixão, porque eu tive quem despertasse isso em mim e, a partir daí, eu fui embora.

¹ Historiador, Professor da Universidade Federal da Bahia e Membro da Academia de Letras da Bahia.

Veracidade: E como esse exercício continua?

Cid Teixeira – Eu comecei a desenvolver atividade docente, primeiro em estabelecimentos do ensino médio particular e depois no Ginásio da Bahia. Fui professor de colégios particulares por indicação e aceitação dos respectivos diretores, inclusive o Colégio São Salvador, que na época era um colégio de boa fama. No Solar do Berquó que era uma casa histórica, mataram Gomes Caldeira - a gente dava aula de história numa casa que tinha história.² Todos esses aspectos conjugados criaram uma mentalidade, uma opção de vida, que foi essa de fazer História.

Veracidade: A História Oral nasce como uma ferramenta para a reconstituição de fatos históricos, onde registros oficiais não existem, ganhando autonomia e estatuto próprio. Qual é a opinião do Sr. sobre a reconstrução da História a partir desse recurso?

Cid Teixeira – A história oral é um dos caminhos, é uma das opções, é uma das vertentes do estudo de História. Através do registro histórico, você tem, através do depoimento das pessoas, a visão de cada um sobre a história. Mas, a história oral por si só não faz história, ela é um componente. Documentos, arquivos, a recuperação do monumento em si, tudo isso vai criando uma soma de elementos para recuperação do passado. A história oral é uma vertente, uma das vertentes, não é “a” vertente. Não se faz História somente com a oralidade. No meu caso pessoal, eu ainda conheci, alcancei, vivi junto com pessoas que viveram o episódio da abolição, que conheceram a sociedade escravista e depuseram sobre o processo de integração na sociedade a partir da abolição - fato que mudou totalmente a visão de mundo, da cidade de Salvador. Evidentemente, a história oral é uma das vertentes da história mas não é suficiente, é apenas mais uma das suas vertentes.

Veracidade: Como o Sr. compreende a relação entre sujeito e objeto do conhecimento na historiografia?

Cid Teixeira – Primeiro é preciso amor, é preciso gostar de fazer as coisas. Se não há empatia da pessoa com o objeto de estudo, não se faz coisa

nenhuma, é preciso que haja uma relação de amor entre quem está fazendo a pesquisa e o objeto de estudo. Frequentar um arquivo para algumas pessoas pode ser uma coisa chatíssima. Talvez fosse mais interessante, mais “importante” frequentar um laboratório, usar um microscópio para achar um micróbio. Mas é preciso fazer pesquisa para entender a estrutura social. É preciso frequentar o arquivo público para, por exemplo, entender quem foram e quem são as nossas lideranças. É preciso fazer um inventário de alguém que foi rico, que foi milionário, que foi fundador da Caixa Econômica no séc. XVIII, e saber o que foi feito dos seus atuais descendentes. Cadê seus netos e bisnetos atuais? Essas pessoas que hoje estão na liderança da sociedade, quem eram seus bisavós, quem eram os seus avós? As mudanças sociais, as mudanças dos indivíduos, das estruturas familiares, das estruturas dos organismos, das coisas públicas em si. O que significa ser vereador no séc. XVIII, ser vereador hoje, é a mesma coisa? Não, não é a mesma coisa. O que mudou nos indivíduos e na sociedade, para que determinadas opções, determinadas estruturas ganhem vitalidade e outras pereçam? Para compreender esses processos é preciso fazer pesquisa e para fazer pesquisa é preciso gostar do que faz.

Veracidade: O senhor nasceu em Salvador, como é a relação do Sr. como historiador com essa cidade?

Cid Teixeira – A cidade de Salvador ainda não fez um por cento de sua história. Eu, por exemplo, deixei de fazer muita coisa que poderia ter sido feita. Deixei de fazer muita coisa para meus netos e bisnetos. Genealogicamente falando cada qual escolhe seu caminho de vida, sua profissão. Eu não tenho netos historiadores, eles escolheram outros caminhos na vida, fazem coisas que não tem nada a ver com História, é a vida de cada qual. É o extraordinário é que a cidade de Salvador é, realmente, um campo de cultura fantástico pra você estudar História, pra estudar o séc. XVI, o séc. XVII, XVIII, XIX, XX e já agora o séc. XXI. Quando me refiro ao século é pra limitar no tempo, mas evidentemente, historicamente e sociologicamente, um século invade o outro, ele não termina no dia 31 de dezembro do ano tal. Nós encontramos agora, no ano 2010 sobrevivências do séc. XVII na cidade. É preciso identificar o que é que permanece idêntico e o que é que sofreu intercalações, modificações, no decorrer do tempo, isso é que é

fazer História, e a História é um organismo vivo, uma forma de identificação e interpretação do que ocorre ao longo do tempo.

Veracidade: O senhor afirma que Salvador é um campo de cultura, o que nos remete a noção de identidade. Como o Sr. compreende esse conceito e como o mesmo está sendo tocado pelos atuais processos de globalização?

Cid Teixeira – O processo de globalização vai ser um dia melhor estudado. Não é agora, porque a sociologia ainda está vivendo o processo em curso. Um exemplo concreto: daqui há algum tempo vão dizer que no começo do séc. XXI o baiano tinha vergonha da língua portuguesa. Observe os nomes dos centros comerciais, dos edifícios, das ruas da cidade de Salvador, a grande maioria tem nomes estrambóticos. Você imagina que alguém batizaria um centro de compras como “marchant”? “Marchant” era o nome que se dava ao açougueiro, ao comerciante de carnes do séc. XVII e XVIII.

Identificar a nossa inserção ou não inserção na globalização é uma coisa muito importante. Vejamos a partir da língua, a partir dos costumes, como nos relacionamos com a globalização. Criou-se um processo de identificação do “ser baiano” por caminhos às vezes até engraçados. Pra quem não está envolvido em História não é historicismo coisa nenhuma, é o viver cotidiano, mas pra quem estuda História, é engraadíssimo, por exemplo, ver as pessoas em um edifício de apartamentos. Eu, pessoalmente, sou de um tempo em que se discutiu muito a construção de um edifício de apartamentos na cidade de Salvador. No primeiro edifício (e eu sou testemunha ocular) constituído em Salvador, que está na rua da Graça até hoje, morava uma grande família, cada qual em um apartamento. Discutia-se nos jornais se daria certo ou não morar mais de uma família em um imóvel com apenas uma porta de entrada. Você discutir isso hoje é uma forma de fazer História. Temos aqui ao redor dessa mesa sete pessoas e garanto que a grande maioria deve morar em apartamento – você, por exemplo, deve morar em apartamento, tem cara de quem mora em apartamento. Estudar o significado da mudança da moradia da casa com quintal verificada na mentalidade das pessoas é muito interessante. A casa tem o “lá dentro”, minha casa

tem “lá dentro”, você entra e tem a sala de estar, hoje você tem o “living”... A análise histórica dessas transformações constitui capítulos de uma história social da cidade.

Veracidade: O que é que significa ter um quintal?

Cid Teixeira – Eu tenho um pé de manga na minha casa, você entra e esbarra com um pé de pitanga. Pra um menino que mora no 18º andar de uma rua nova aberta em um bairro novo, pitanga pra ele é tão estranho quanto um rinoceronte, ele não sabe o que é isso, ele nunca viu um pé de pitanga. Meu bisneto sabe o que é uma pitangueira, ele sabe o que é um sapotizeiro, porque ele mora numa casa onde tem essas coisas. Isso tudo comparado com o processo de evolução social, como a criação de novos bairros em áreas que eram fazendas. Aqui onde eu moro, na Pituba, era uma fazenda de um cidadão chamado Joventino Silva. Quando eu era menino onde hoje é minha casa, por aqui tudo, era um curral, tinha boi. Você saía do mato pra uma rua asfaltada, um bairro que, por sua vez passa a dar origem a outros bairros, tudo isso é evolução social, é História urbana.

Veracidade: O Sr. falou em “ser baiano”, o que é que é isso?

Cid Teixeira – Ah, se for para tratar desse assunto, não é mais uma entrevista, é uma enciclopédia! Você nasce em uma cidade que coexiste entre a tradição, entre o apego a um passado, às vezes distorcido, e a necessidade sociológica de estar agregada ao futuro. É uma cidade viva, não morreu, não virou museu. Você tem áreas, tem edifícios, tem mentalidades que estão no passado, mas tem áreas, tem edifícios, tem mentalidades que estão no futuro e basicamente estão no presente. Esta coexistência faz com que Salvador não tenha se sedimentado, não tenha se mumificado como outras cidades, que tenha preservado uma vivência, uma vitalidade, que permite coexistir o passado e o presente.

O baiano, o indivíduo baiano é naturalmente orgulhoso e resistente, o que me parece muito positivo, ele se sente patrioticamente baiano. Não é à toa que o 2 de Julho levou anos e anos que não era feriado, não tinha sido homologado oficialmente, mas você não imagina ninguém abrindo um banco pra trabalhar em um 2 de Julho na cidade do Salvador. Ele é baiano. A demora em se oficializar o feriado do 2 de Julho me parece o

² Gomes Caldeira foi herói da guerra da Independência na Bahia, tendo sido assassinado em 1824 por uma tropa rebelada.

grande exemplo que se pode dar a esse respeito. Salvador, é uma cidade que construiu a sua fisionomia, ela não importou, ela criou a sua identidade como tal, ela não é a cópia de nenhuma outra cidade. Ela não quer se comparar a Nova York, não quer se comparar a São Paulo, não quer se comparar com Pequim, não quer se comparar com coisa nenhuma. Ela é uma identidade. O ser baiano faz com que você seja baiano mesmo. E há mais, existem várias Bahias. Existe uma Bahia que é a cidade do Salvador, existe uma Bahia que pode ser centralizada em Juazeiro, vamos dizer assim; uma Bahia que tem como referência a área que era do Cacau, que tem uma mentalidade, um outro jeito de ser. Os netos dos ricos cacauicultores são outra coisa em função das mudanças sociológicas e econômicas daquela área. Nós, da cidade do Salvador, conformamos várias cidades que se integraram ao longo do tempo. Quando se construiu o Cais, a área do Comércio, a Cidade Baixa, mudou inteiramente de fisionomia. As intervenções urbanas vão, por sua vez, criando novas mentalidades, a expansão demográfica vai criando novos bairros, tudo isso vai fazendo com que a cidade seja um organismo vivo, não seja um presépio.

Veracidade: Como o Sr. compreende a expansão urbana de Salvador nas duas últimas décadas?

Cid Teixeira – A cidade mudou muito. Você mora em uma cidade que, na minha época, vamos falar agora em termos pessoais, do Largo do Teatro (era como nos referíamos a Praça Castro Alves) até o Campo Grande só tinha uma casa comercial: as Cem Mil Meias - lugar onde se comprava meias para senhoras, meias compridas com elástico, tudo o mais era residência. Eu conheci gente morando tranquilamente no Largo da Piedade, no São Pedro, em toda a Av. Sete, onde hoje é uma raridade você encontrar uma casa residencial. A Amaralina inteira era uma fazenda do Sr. José Alves do Amaral, daí o nome de “Amaralina”, a casa onde ele morava foi ampliada, modificada, e hoje é um quartel, uma área de ocupação militar. A capela da casa dele, a capela onde tinha missa da família dele, dos agregados e moradores, hoje é a Capela da 6ª Região Militar. Então, o que era uma fazenda passou a ser um bairro. A mesma coisa aconteceu com Santa Cruz, eu conheci a fazenda Santa Cruz, era de pessoas ligadas a mim, e hoje é um

bairro popular, e é um bairro que continua a crescer. Hoje, bairros que já tiveram uma importância muito grande diminuíram seu caráter residencial. Em áreas como a de Itapagipe, que está mais ou menos estacionária, se observa uma certa coexistência entre a atividade comercial e residencial. Aqui no bairro da Pituba, quando eu vim morar aqui existiam ruas que eram exclusivamente residenciais, hoje, no Caminho das Árvores tem ruas inteiramente comerciais. O Caminho das Árvores era a fazenda do Dr. Saldanha, e hoje tem ruas inteiramente comerciais, e granfinas. Antigamente, você ia comprar na venda, todo bairro tinha uma venda, duas vendas. Hoje você vai no “shopping”, vai no supermercado, felizmente ainda não chamaram de “supermarket”!

Veracidade: O senhor viu nascer o Centro Administrativo, como o senhor vê hoje o crescimento da cidade em direção a Paralela, Acesso Norte e Cabula?

Cid Teixeira – Antigamente você tinha os centros de cidades. As senhoras, as moças iam pra a Rua Chile, se paramentavam: “Quinta-feira que vem eu vou pra a Rua Chile”, então, você escolhia hoje o vestido pra ir pra a rua Chile comprar coisas. O centro da moda era a rua Chile. Se você tinha uma renda social e familiar mais modesta, você ia à Baixa dos Sapateiros. Se você tivesse uma estrutura social ainda mais modesta, ia à Calçada. Você não tinha outro jeito de comprar coisas. No tempo que eu morava no Rio Vermelho - um morador do Rio Vermelho tinha um automóvel, era do Sr. Adolfo Moreira, o dono da pedreira (onde hoje se encontra o Hotel Pestana). Então, ao longo do dia fazíamos a seguinte pergunta: “já passou o automóvel?”, “o automóvel ainda não passou hoje”, “cadê o automóvel?”. Só tinha um automóvel. Eu me lembro de cor, sou capaz de dizer agora, os automóveis da minha infância na cidade de Salvador com seus números de placas. Eu sei que o número 1 era do Sr. Lucas, o número 9 era do Sr. Tobias. Eram tão poucos os automóveis que um garoto de 10, 12 anos sabia quais eram os carros, a cor, as marcas, o dono, tudo. Hoje você vai sair à rua e não sabe o automóvel do seu vizinho. Não sei se ele tem automóvel, não tenho segurança pra dizer isso. Mas também tem esse lado histórico e sociológico, nós nos insulamos muito, cada qual em sua casa, no seu

modo de ser, no seu amigo, no seu colega, que pode morar em Itapagipe, em Itapuã, não tem importância. Antigamente, a vida gregária, a vida de bairro era muito mais sólida do que é hoje, havia uma fisionomia sociológica do morador de Itapagipe, havia uma fisionomia sociológica no morador de Santo Antonio, da Liberdade. Eu sou do tempo no qual a estrada da Liberdade era barro, era mato, era lama, eu tinha uma namorada que ensinava na escola Duque da Caxias e eu saía do Largo da Lapinha, onde terminava o bonde, dali em diante a gente ia a pé para buscar a namorada. Você vê que o mundo mudou, não é? A mudança urbana, a mudança de edificações, da rua, tudo isso vai mudando a cidade. A cidade é um organismo vivo, é bom lembrar isso, estudar História não é estudar múmias, é estudar a evolução de tudo isso.

Veracidade: O Sr. acha que a sociabilidade hoje é mais pobre ou simplesmente é diferente?

Cid Teixeira – A Salvador antiga era mais sociável, porque as pessoas dependiam mais umas das outras. Hoje elas dependem mais do apoio do serviço público. Você estava doente e o chá que a vizinha lhe ensinava era muito mais importante, porque você só tinha alguns médicos na cidade, médicos com respeito, com alguma clientela. A saúde era tratada na base da herança sociológica, na base do chá de capim santo, do chá de vassourinha rufina. Hoje você não faz mais isso. Hoje você toma aplicações, vai fazer radioterapias e fazer não sei mais o quê. Se você sentia algum problema de saúde você procurava um clínico geral que dava conta de tudo, hoje você vai a especialistas e as especialidades se desmembraram ainda mais, são agora especialistas. Os médicos cuidavam dos olhos, ouvidos, nariz e garganta, hoje a especialidade vai se determinando, os oculistas se desmembraram, passaram a ser outra coisa. Eu estou dando um exemplo da Medicina, mas pode ser aplicado à Engenharia, pode ser aplicado ao Direito, pode ser aplicado a qualquer profissão, a qualquer atividade. As pessoas eram muito mais polivalentes do que são hoje.

Veracidade: A especialização empobrece a percepção?

Cid Teixeira – Não, não é um problema de empobrecimento. É que não se tinha opções. A opção era muito reduzida. Em primeiro lugar, o

transporte era difícil. Se você morava no Rio Vermelho, a não ser as pessoas que trabalhavam na “cidade”, ninguém saía do Rio Vermelho, você tinha uma identidade riovermelhense. Eu morava no Rio Vermelho e ia pra o colégio sentado na ponta do terceiro banco do bonde. Esse era o meu lugar. A outra ponta, na terceira fila era do Dr. Alfredo Magalhães. Você tinha lugares... Você não tinha outras opções. As pessoas moravam em determinado local, havia uma fisionomia do morar em Itapagipe, do morar no Rio Vermelho e no Santo Antônio. Havia uma identidade, você conhecia pessoas com meia hora de conversa. Um morador da Liberdade levava anos para ir na Graça, à Avenida, e ao corredor da Vitória. Eram moradores que tinham uma relação entre si, não com a cidade. Hoje não, o “shopping” nivelou todo mundo, você sai de Itapagipe pra ir no Iguatemi, como sai da Vitória, como sai da Pituba. Isso criou uma fusão sociológica na cidade.

Veracidade: A modernização desconstrói essa identidade....

Cid Teixeira – Ah, perde. Se eu mudar de vida e passar a morar em Itapagipe, eu não serei recebido como um estrangeiro, como seria há 40, 50 anos atrás. Hoje não. Eu não sei onde você mora, mas se você viesse morar aqui, for meu vizinho, seria uma pessoa normal da comunidade.

Veracidade: Entretanto, nós temos hoje moradores do Subúrbio, por exemplo, que nunca foram ao centro de Salvador. Isso pode ser qualificado exatamente como identitário ou como segregação sócioespacial?

Cid Teixeira – Do subúrbio em diante, da Calçada, Lobato, Itacaranha, Escada, Periperi, Paripe, ainda resta, eu não diria segregação, mas ainda resta esse sentimento de identidade com o seu local de vida. Para determinadas gerações, por exemplo, o Rio Vermelho é uma referência. Eu vim morar na Pituba por questões econômicas, eu pude fazer a casa aqui. Eu morei na Federação. Minha casa de infância está viva ainda, ela hoje é o centro dos estudantes, o DCE. Onde é a Faculdade de Arquitetura era a casa de “Seu” Berengue. Onde hoje é a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA era o fim do mundo - o bonde ia até ali, dali em diante era ladeira do Quebra e da ladeira do Quebra em diante era subúrbio. Onde hoje é a Cardeal da Silva, antes era o Mata-Maroto América, era o Seminário dos

Padres (onde hoje é o campus da UCSAL). Era isso que era a Cardeal da Silva. E é isso que é fazer História, é estudar a vitalidade da cidade que vai crescendo, que vai mudando...

Veracidade: Como é viver em Salvador hoje?

Cid Teixeira – É viver em uma cidade de porte médio, em uma cidade com 3 milhões de habitantes, com tudo que uma cidade de 3 milhões de habitantes pode ter, de bom e de ruim. Hoje, você tem facilidade de comprar as coisas... O meu bisneto, vai encontrar uma cidade diferente dessa e quando ele tiver a minha idade vai ter em relação à cidade, como hoje aqui, a mesma dissociação que eu tenho em relação a essa cidade de hoje. Eu morava, garoto, na Federação. Só vou dar um exemplo: alguém aqui sabe onde é o Queima? É a área que ia do cemitério do Campo Santo até o terreno onde está a Escola Politécnica. Ninguém se referia aquele lugar como Federação, todo mundo dizia "eu moro no Queima". O Queima era a entrada de São Lázaro, por ali assim... Esse nome resulta de um incêndio no séc. XIX que queimou uma pequena floresta, uma pequena vegetação, o que resultou no nascimento do Alto das Pombas. Repare como a cidade é dinâmica, como vai mudando... A sua geração não sabe o que é o Queima. A Federação era da Escola Politécnica até a Escola de Arquitetura, aquilo que era a Federação, acabou-se. Era o Campo Santo, Queima e a Federação. O Queima desapareceu, ninguém mais fala. A cidade é dinâmica...

Veracidade: Professor, e a relação entre Salvador e o Recôncavo?

Cid Teixeira – Ai já é outra coisa, já é outra conversa. Salvador era uma cidade internacional, o Recôncavo era fechado em si mesmo. Preste atenção às grandes fortunas do açúcar. O homem rico, dono de engenho de açúcar, não morava no seu engenho, morava em Maragogipe, em Santo Amaro, em São Francisco do Conde, menos em Cachoeira. Era uma outra sociedade. A casa grande, a senzala, o casamento entre os primos pra manter a fortuna dentro da família. Não casar com o primo era uma violência social. O Recôncavo é outra coisa, é outra conversa, não é possível comparar Santo Amaro com Salvador. Até hoje não é! Apesar do telefone celular, apesar de todos os progressos, a identidade é diversa. Imagine no séc. XVIII, era tudo muito mais se-

parado. Hoje, é normal morar na Ilha de Maré e ir para Salvador. No meu tempo de garoto e de rapaz morar na Ilha de Maré era muito distante, a pessoa nunca saia da Ilha de Maré, nunca ia a Paripe, quanto mais na Pituba... Não se sabia onde era. Na verdade não existia a Pituba, como é que ele viria a Pituba? Na casa dos outros, na casa de Sr. Joventino?

Veracidade: O Sr. acha que com o processo de expansão da cidade ainda é possível falar de identidade de bairro, essa vinculação com o território subsiste?

Cid Teixeira – Isso vai se perdendo, não se perde do hoje pra amanhã. Não se vira uma página de um dia para o outro. Na verdade é um permanente processo, que não tem começo e que nunca termina, e vai se desdobrando. A própria Pituba, vamos dizer assim, começa a ter sub-bairros dentro dela, você mora no Itaigara, você mora na Nossa Senhora da Luz, você mora em sub-bairros da Pituba. E há pessoas que moram no Itaigara e que não vão em Nossa Senhora da Luz. Eu levo tempos que não vou no Parque Júlio César, nem me lembro de ter ido lá, sei que existe, vou lá a hora que eu quiser, mas não é o meu lugar de vida, e é natural que seja assim. Mas isso existe em tudo que é lugar do mundo. Você mora em um território e vai a outro quando tem necessidade, você não anda o tempo todo correndo a cidade...

Veracidade: O Sr. acha que hoje é possível conceber a estruturação da gestão municipal, levando em conta o recorte de bairros?

Cid Teixeira – Eu acho que sim, que isso é muito importante. Falta à gestão municipal, de um modo geral a consciência dessa dimensão territorial, da dimensão de bairro... Não é esse prefeito nem aquele prefeito, falta à gestão municipal essa dimensão. Pensa-se às vezes que uma lei municipal atinge igualmente a cidade. Não atinge. Existem dispositivos que dizem respeito apenas a determinados bairros, a determinados segmentos da cidade. Por isso eu acho que o vereador deveria ser distrital. Eu sei que isso pode chocar as pessoas, mas eu considero, eu continuo achando que o voto de vereador devia ser distrital. O vereador de Paripe, Coutos, até Lobato... O vereador da Pituba, eleito pelos moradores de determinado segmento da cidade, para que a cidade tenha quem lhe defenda sempre. Não adianta tomar medidas que não são aplicáveis ao todo da cidade. Há

medidas que são fundamentais para um todo da cidade, é claro. Mas há medidas que são evidentemente segmentáveis. Medidas que só dizem respeito a determinadas áreas da cidade.

Veracidade: E as desigualdades sociais em Salvador?

Cid Teixeira – Essas existem em todas as cidades do mundo. Em Londres você tem que meter a mão no bolso pra dar uma esmola. Em Londres e Paris não é diferente não. Tem mendigos, sim senhora, em Nova Iorque. Eu dei dinheiro pra alguém que estava lá com a mão estendida pedindo dinheiro. Não é novidade nenhuma se ter rico e pobre em todas as cidades do mundo. Tem classe média em todas as cidades do mundo; sejam elas socialistas ou capitalistas, a condição humana permanece a mesma.

Veracidade: Não somos comparativamente mais desiguais?

Cid Teixeira – Depende do bairro. Eu lembro da minha estupefação de meter a mão no bolso, tirar um centavo e botar na mão de um mendigo, na 5ª Avenida. Eu senti um impacto sociológico, pode crer em Deus. Eu tinha ido visitar a sede da ONU - Organização das Nações Unidas. Na saída tinha um cidadão me pedindo esmola. Isso sempre existiu. Então, não é por que é em Nova Iorque que não tem mendigo, que não tem classe baixa. Tem gente vivendo Deus sabe como; comendo como Deus ajuda. Do mesmo modo que na Bahia – aqui tem fome. Tem gente que não tem o que comer. E tem gente que joga comida fora. Isso acontece em todas as cidades do mundo, não é uma particularidade baiana.

Veracidade: A concentração de renda aqui não é relativamente maior?

Cid Teixeira – Sim. No Brasil de um modo geral a concentração de renda é maior. Agora, muito maior e muito mutável. Eu vou te fazer agora uma pergunta; eu vou inverter essa entrevista. Dê-me exemplo de uma fortuna de três gerações em Salvador. Avô rico, filho rico e neto rico. Eu quero uma fortuna de três gerações na Bahia. Dá-me um exemplo! A fortuna do cacau foi embora, a da cana foi embora, a do gado... Os homens ricos da minha infância hoje tão vivendo média e baixamente... Vejo pessoas que hoje ficam em pé na fila esperando ônibus, cujo avô tinha pelo

menos dois carros. Então a cidade é um organismo vivo, é um organismo mutante. Temos fortunas novas, cujo avô vendia quiabo ali na rua, mercando. Então, a cidade é um organismo vivo.

Veracidade: A volatilidade hoje é maior?

Cid Teixeira – Ah, é sim. Tudo está muito acelerado, muito acelerado. Outro dia veio aqui alguém vendendo uma terrina. Não vou falar o nome porque não é elegante. Eu comprei na mão de alguém que precisava de dinheiro para comprar feijão e açúcar. Essa terrina fez parte do aparelho do dia a dia de uma família, de alguém que, nessa cidade, foi a maior expressão econômica do seu tempo. Vendeu pra comer! Porque sobrou isso, viu? No resto da casa não tinha mais nada, isso é o que sobrou. A última peça que tinha um valor... Vendeu-me chorando! Eu não posso fazer outra coisa... É um monumento mais do que um enfeite, entendeu?

Veracidade: E as questões étnicas e raciais em Salvador?

Cid Teixeira – Você conhece algum branco na cidade de Salvador?

Veracidade: Puro não.

Cid Teixeira – Humm. Ah, branco é branco ou não é branco! Não tem esse negócio de puro e não-puro! Branco é branco ou não é branco. Não há mais ou menos. Não pode haver. Acho que o cônsul da Dinamarca talvez, o cônsul da Suécia que mora por aí, não sei, é capaz de ser branco. Nós não somos brancos. Mais recentemente tem-se tido uma preocupação étnica muito grande. Eu tenho, é meu, está no meu escritório, o ferro com que a minha bisavó paterna foi ferrada. Ela era escrava. É meu. Ela veio da África, e era negra escrava e ferrada a fogo. Meu bisneto é louro. Meu bisneto, trineto dela ... Ele é louro. Misturou tudo, minha filha! Você eu não sei; com esse cabelo claro assim pode pensar que é branca baiana, muito bem. Mas se você saltar na Islândia, por exemplo, ninguém vai achar que você é branca não... Há uma tentativa de valorização negra. Então há o bloco afro, e centro afro, e os negros, falam nego pra lá, nego pra cá... Primeiro, eu tenho muitas dúvidas se alguns negros baianos seriam considerados negros se saltasse hoje no Gabão ou na Nigéria. Eu não sei se ele seria negro lá, ele é negro aqui. Branco também...

Muito sujeito que tem na carteira de identidade "cor branca", salta na Finlândia, e você diz que é mulato, tranquilamente, tranquilamente... Aqui é que começa achar que é branco porque tem o olho assim, tem o cabelo assado, e tem a cor "não-sei-o-que"... A minha tia era mais escura, minha mãe mais clara. Repare sempre há uma coisa mais identificada ou então esconde, então é meio longe. E tem uma porção de escapatórias... Na verdade nós todos somos uma vasta mulatice.

Veracidade: Como é que o senhor vê as políticas afirmativas? Por exemplo, no âmbito da universidade, a institucionalização de cotas para pobres e para negros?

Cid Teixeira – Eu acho um crime! Sou absolutamente contra as cotas na universidade. Teodoro Sampaio foi o maior engenheiro que essa cidade já produziu. Teodoro Sampaio é nome de município e a mãe de Teodoro Sampaio era escrava. Eu me dei o trabalho de estudar: cadê os descendentes de Teodoro Sampaio? Estão aí, empregadinhos. Teodoro Sampaio era filho de escrava com padre... O pai nunca o reconheceu; evidentemente que o pai não iria reconhecer ninguém, o pai dele era padre de Madre de Deus... Não vem ao caso detalhar. Ele foi engenheiro, e até hoje o sistema de esgoto da cidade de Salvador, a retificação do rio Tietê em São Paulo, obras básicas, fundamentais das grandes cidades foram feitas por ele. Teodoro Sampaio, negro, que eu conheci, eu era menino... Morreu em 37, eu era garoto; eu tinha 10 anos... Ele era amigo de meu pai. Ele apareceu lá em casa... negro, elegantíssimo, de gravata. Foi com ele que eu aprendi a tomar sopa, levando a colher de cá pra lá, e não de lá pra cá, ele me ensinou isso, eu não me esqueci. Pois é, então existe mobilidade.

Veracidade: Professor, nós não temos uma dívida histórica? O passado colonial, escravista não colocou parcela considerável da população negra em uma situação de exclusão? A população negra não se insere de forma precária nessa estrutura que se modernizou...

Cid Teixeira – Voltemos ao exemplo de Teodoro Sampaio. Há pessoas contemporâneas de Teodoro Sampaio que não saíram disso, da condição precária e subalterna. Não é protestando que se chega a algum lugar. Cite um negro hoje no porte de Teodoro Sampaio! Conhece algum? Qual é o médico negro baiano hoje que se compara com

Vidal da Cunha, que era negro; como Percival Vasconcelos, que era negro, que eu conheci, cadê? Por quê? Ao invés de estudar na Escola Politécnica ele vai bater tambor, e acha que com isso está afirmando alguma coisa. É preciso ter muita coragem pra dizer isso.

Veracidade: O negro e pobre tem possibilidade de escolha?

Cid Teixeira – Tem, sim senhora, tem! Só não estuda quem não quer! Só não estuda quem não quer. Eu digo por mim, que perdi meu pai quando tinha 9 anos de idade, minha mãe fez marmitta pra vender, porque precisava da sobra pra a gente comer em casa. Só não estuda quem não quer! Ninguém deixa de estudar por falta de condição material não, isso é desculpa pra fazer cota e maluquices desse tipo. Eu sei que dizer isso causa impacto, eu sei que dizer isso cria constrangimentos. A única cota decente no mundo é botar o rabo na cadeira, estudar e fazer concurso, pronto! Eu só acredito nessa cota, em outra eu não acredito não! Se você deu uma matrícula de graça, ou uma matrícula preferencial porque ele é negro, ou porque ele é branco, ou porque ele é azul, isso é maluquice; é maluquice! Eu penso na minha geração. Mulato igual a mim. Branco, porque alguns que pensavam que eram brancos. Alguns deram certo outros não deram. Edson Nunes da Silva foi meu colega. Grande professor de Inglês. Foi para Nova York. Aliás, para Londres fazer curso de especialização. E era negro baiano. Ele suou para ser professor de Inglês. Negro baiano que se especializou em professor de Inglês. Milton Santos, que foi meu colega de turma. Formou-se comigo em Direito. Você já viu alguém mais negro do que Milton Santos? Preciso de cota para ser Milton Santos? Alguém deu cota alguma a ele?

Veracidade: Professor, não temos uma sociedade, um imaginário, racista?

Cid Teixeira – Temos um imaginário racista curiosíssimo. Eu tenho um caso concreto perto de mim. Uma irmã de um grupo de quatro, saíramos dizer assim, mais mulata do que as outras. Ela tem uma discriminação doméstica. Uma discriminação interna. Para você ter uma idéia, a mãe catolicíssima organizava uma procissão. Na hora de saber quem iria se vestir de anjo disse: você, não, que é mulata. A mãe, dizendo para a

filha – você não, porque você é mulata. Esse episódio eu vi e me marcou profundamente. A mãe da mocinha achou que não, anjo mulato? Que maluquice. Eu vi. Esse eu posso dar o testemunho com a mão na bíblia.

Veracidade: E a lemanjá? Os pescadores rejeitaram a possibilidade de uma lemanjá negra. Para eles lemanjá era uma mulher loira.

Cid Teixeira – O mito de lemanjá não é um mito africano. A lemanjá na África é negra. Mas a lemanjá que veio para cá foi a européia. É loira de cabelos compridos. Essa é a imagem que você tem. Se você chegar com essa imagem de lemanjá na Nigéria hoje, ninguém vai identificar como lemanjá. lemanjá na África é uma negra com seios enormes, essa é a lemanjá na África. Pois é, esse anjo não podia ser mulato. Ele tinha que ser loiro.

Veracidade: E então, diante dessa cultura racista, não é possível, necessário construir uma política afirmativa?

Cid Teixeira – Dá para deduzir disso um tremendo complexo de inferioridade. Então espicha o cabelo para parecer que é menos negra. No meu tempo tinha uma tesoura esquisitíssima e o fogareiro ao lado... Hoje não usa mais isso. Hoje deve ter outras técnicas...

Veracidade: O Sr. falou em identidade, do "ser baiano". O conceito de identidade contida nessa expressão tem relação com a questão racial?

Cid Teixeira – Criou-se mais recentemente na Bahia, esse negócio de segregação, de afirmação e discussão racial. É coisa mais nova. Antigamente havia uma situação capaz de dar vez a negro capaz. Vejam alguns exemplos: você quer mulato mais mulato do que Simões Filho? Era o dono do jornal A Tarde - o jornal mais importante da cidade. E Álvaro Cova? Um mulato como Neves da Rocha? Temos Edvaldo Brito. Precisa de outro exemplo? O prefeito João Henrique. Ele não sabe que é preto. Se não disser a ele, ele não sabe. Mas é natural que seja assim. Temos uma cidade "polinascida", independente dessas integrações todas. Agora, em alguns momentos interessa dizer que é negro, interessa dizer que é branco. Porque isso dá lucros... Confere liderança. Você quer alguma coisa mais ridícula do que bloco afro no carnaval?

Veracidade: Mas Prof. não tínhamos blocos que se diziam brancos e que impediam a entrada de negros?

Cid Teixeira – Tinha. Assim como tem bloco negro que impede a entrada de branco. Eu acho

absolutamente ridículo em uma cidade como Salvador, você discutir questões étnicas. Porque tudo é realmente uma grande mistura. O grande trabalho é convencer o cidadão que ele não é branco. Nessa sala aqui agora, ninguém seria considerado branco na Suécia. Vá na Suécia e diga que é branca. Vão dar risada de você.

Veracidade: O Ilê não surge como resposta aos Internacionais?

Cid Teixeira – Sim. É tão ridículo um quanto o outro. Na Bahia, na cidade do Salvador? Todo dia eu digo. Devia-se criar o dia da consciência mulata. Vocês dão risada, mas é verdade. É para as pessoas se convencerem que não são nem pretas nem brancas. Eu sei que isso choca muita gente.

É engraçado isso. O atual prefeito, ora meu Deus do céu, é neto de Sr. Barradas que veio de Portugal. Mas a mãe do lado materno é tudo mais ou menos misturado. Mas vai dizer a ele que ele não é branco. Ele não acredita. Não entra na cabeça, nem dele nem de muita gente. Não estou falando dele particularmente não. Vá dizer a um negro baiano que ele não seria percebido como negro na Nigéria ou no Gabão. Vá dizer. Nós somos o resultado de 400 anos de integração étnica. No Império não foi diferente não. O Barão de Cotegipe, por exemplo. Houve um movimento no parlamento do Império no qual um adversário político fez um trocadilho em relação a eloquência parda dele... Hoje, o Barão de Cotegipe é nome de avenida. Conheci o neto dele - um mulato baiano mais "escovadinho". E Wanderlei Pinho, que virou nome de rua? Históriadador de alto padrão, que conheci muito. E Edson Carneiro? Eu conheci Edson Carneiro, um mulatíssimo baiano, qual é a dúvida? Professor Conceição Medeiros, negro baiano. Elias Nazaré, negro baiano. Não precisaram de cotas pra coisa nenhuma não! Acho cotas um negócio indecente! O que precisava era uma escola primária boa, isso sim! Escola pública boa, isso sim, o que não tem. Eu fui aluno de escola pública, escola primária pública - não foi escola particular. Foi a Escola Visconde de São Lourenço, no Garcia. Minha professora Militina era negra, me ensinou a fazer equação. Até hoje quando eu estou esperando alguém, fico fazendo equação de segundo grau para me divertir. Aprendi na escola primária, com uma professora negra. Aqui ninguém é branco. Nos padrões que você tem na Europa de branco, você não tem branco nenhum na Bahia.

Veracidade: Lideranças do movimento negro dizem que a polícia sabe a diferença entre negro e branco na Bahia...

Cid Teixeira – Os “preconceituosos”, não especificamente da polícia, os preconceituosos sabem a diferença. Até quem pensa que não tem preconceito acaba tendo. Se parar pra fazer exame de consciência percebe que tem preconceito. Eu vejo isso aqui. Batem no portão: “Tem uma moça aqui na porta querendo falar com o senhor” ou “Tem uma criatura na porta querendo falar com o senhor”. Eu já sei a diferença qual é: “Uma moça querendo falar com o senhor” é uma coisa, uma criatura é outra. Criatura é a forma elegante, é a forma metafórica de dizer que é uma negra que está aí na porta. Você nunca viu isso não? Não sabe qual é a diferença entre “uma moça” e “uma criatura”? A criatura é um elemento de escapatória, pra dizer que não tem preconceito. A “criatura” faz um acarajé que é uma beleza! É quase da família. Ganhou um vestido novo no natal e pronto.

Veracidade: O Sr. falou do seu bisneto. Como o Sr. imagina a Salvador do futuro?

Cid Teixeira – Eu faço História. Eu não sou Madame Beatriz.³ Pode haver um fato novo que vá modificar inteiramente a estrutura social da comunidade. Eu sou do tempo em que Camaçari era fazenda do Sr. Carlos Costa Pinto. Hoje, é o Pólo Petroquímico. Então você não diria a ele que haveria essa mudança, que viria uma petroquímica a ocupar a fazenda dele, pois uma petroquímica em 1930 era uma coisa impensável... Não estava na cabeça de ninguém. Então, eu não posso dizer o que vai acontecer na cidade de Salvador no ano de 2100. Não tenho a menor idéia do que pode acontecer. Pode aparecer um fato novo que vai modificar inteiramente a estrutura social, a estrutura econômica da cidade. A queda do cacau mudou inteiramente Ilhéus e Itabuna. Os homens ricos, as mulheres ricas, as meninas ricas, os bons partidos de casamento, tudo isso. Quem não casou bem naquele tempo não casa mais agora, pois não tem mais dinheiro. Tem que arranjar outro tipo de bom partido, porque o bom partido “cacaueiro” morreu.

O que eu posso dizer hoje é que Salvador está se diluindo em termos de suas lideranças. Até uns 40 ou 50 anos passados existiam pessoas, estruturas familiares, que comandavam a cidade. Observe a relação dos membros da Santa Casa de

Misericórdia, da Associação Comercial e organismos desse tipo, eram mais ou menos as mesmas pessoas. Um era presidente aqui, secretário acolá, o outro era secretário acolá e presidente aqui. Eram mais ou menos umas cinquenta pessoas que administravam a cidade. Prefeito, vereador, esses tomavam recado pra dar. Hoje você já não tem mais isso. Eu sou irmão da Santa Casa de Misericórdia. Meu avô jamais seria coitado! Onde é que ele ia ser irmão da Santa Casa de Misericórdia? Ele era empregado do Cemitério do Campo Santo e a função dele era verificar se estavam enterrando os defuntos direito – então as coisas mudam. Não se pode prever o que pode acontecer com o neto do atual presidente, ou secretário de um organismo desses. Meu bisneto pode ser garimpeiro e pode ser industrial, eu não sei. Deus sabe como é que a cidade vai evoluir...

Veracidade: Como é que o senhor concebe o processo histórico?

Cid Teixeira – Uma dinâmica imprevisível.

Veracidade: Weberianamente falando?

Cid Teixeira – Weberianamente falando, exatamente. Uma previsão absolutamente impossível de ser feita. Ao morar numa cidade como Salvador, você não tem nenhuma segurança pra dizer que seu filho ou seu neto vai ser o entrevistante de alguém. Ele pode ser um entrevistado muito mais importante do que eu ou pode não ter nem condições pra ser o entrevistador. Depende do andamento da carruagem, que é uma coisa que só adivinhação pode resultar.

Veracidade: Então a história não tem um telos?

Cid Teixeira – Não tem, não tem! Você não pode estabelecer uma previsão a respeito de um morador da cidade de Salvador. Eu conheço pessoas que hoje são... não direi ricas, mas razoavelmente bem situadas economicamente na cidade, com alguma função de liderança, cujos avós ou eram muito mais do que elas são, ou eram muito menos. É uma coisa que oscila de baixo pra cima e de cima pra baixo ininterruptamente. Pense na sua família. Pense assim: pense em você, dê um balanço interno, faça a história da sua estrutura familiar. Seu bisavô pode ter sido muito rico, um líder ou pode não ter sido coisa nenhuma, pode ter sido um mero caixeiro de uma venda de subúrbio. A vida mudou pra todo mundo.

³ Famosa cartomante que até a década de setenta no século XX, trabalhava no bairro de Brotas na Rua Frederico Costa (próximo a Ladeira do Pepino).

Qualidade das Águas dos Rios de Salvador

Maria Lúcia Politano Álvares¹
Luiz Roberto Santos Moraes²
Maria Elisabete Pereira dos Santos³
José Antônio Gomes de Pinho⁴
Fernando Pires dos Santos⁵
Nicholas Carvalho de Almeida Costa⁶

Resumo

Esse artigo tem como objetivo apresentar um panorama sobre a qualidade da água das bacias hidrográficas de Salvador, com base no resultado da Pesquisa “Qualidade Ambiental das Águas e da Vida Urbana em Salvador”, que buscou fazer uma reflexão acerca da poluição desses rios e das condições de saneamento ambiental das bacias e indicou que as amostras de água apresentaram elevados percentuais fora do padrão quanto a Coliformes Termotolerantes, DBO 5 e OD, indicando uma forte presença de esgoto sanitário nos rios. Foi elaborado um Índice de Qualidade das Águas (IQA) que retrata a qualidade das águas em um determinado ponto de estudo. Os resultados revelam uma situação que compromete a saúde pública e a qualidade do ambiente urbano na cidade. Os rios de Salvador estão sendo degradados pela ocupação e uso do solo desordenado, pela não implantação integral de um sistema de esgotamento sanitário que vise a universalização, enfim, pela ausência de uma política voltada para a preservação dos recursos ambientais e inclusão social.

Palavras-chave: Qualidade da Água. Rios. Saneamento Ambiental. Salvador.



Abstract

This article aims to present the water quality of Salvador's watershed, based on the outcome of the research Environmental Quality of Waters and Urban Life in Salvador what sought to make a reflection about the pollution these rivers and the environmental sanitation conditions of the watershed and showed that the water samples showed high percentages of samples outside the standards as to thermotolerant coliforms, BOD 5 and DO, indicating a strong presence of sewage in the rivers. Based on the results was prepared a Water Quality Index (WQI) that shows the water quality at a given point of study. The results show a situation that compromises public health and quality of urban environment in the city. The rivers of Salvador are being degraded by the occupation and land use disordered, by not full implantation of a sewerage service aimed at universalization, finally, by the absence of a policy aimed at the preservation of environmental resources and inclusion social.

Key words: Water Quality. Rivers. Environmental Sanitation. Salvador.

¹ Engenheira Civil (EP/UFBA), MSc em Engenharia Ambiental Urbana (EP/UFBA), Consultora em Projetos Estruturais de Sistemas de Abastecimento de Água, Drenagem e Esgotamento Sanitário. - e-mail: politano@uol.com.br.

² Engenheiro Civil (EP/UFBA) e Sanitarista (FSP/USP), MSc em Engenharia Sanitária e Ambiental (IHE/Delft University of Technology, PhD em Saúde Ambiental (LSHTM/University of London), Professor Titular em Saneamento do Departamento de Engenharia Ambiental e do Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. E-mail: moraes@ufba.br.

³ Socióloga (FFCH/UFBA), Dra. em Ciências Sociais (UNICAMP), Pesquisadora e Professora da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia e do Grupo Águas do CIAGS, COPI/SEDHAM da Prefeitura Municipal de Salvador. E-mail: beteps@ufba.br.

⁴ Engenheiro Civil (UNESP), MSc em Planejamento Urbano e Regional (COPPE-UFRJ), Dr. em Regional Planning (LSE/University of London), Professor Associado II da UFBA, Coordenador do NPGA, Vice-Cordenadoc do CIAGS/UFBA.

⁵ Biólogo (IBIO/UFBA), MSc em Ecologia e Biomonitoramento (IBIO/UFBA), Pesquisador.

⁶ Biólogo (IBIO/UFBA), mestrando em Engenharia Hídrica (Universidade de Évora/Portugal), Pesquisador.

1. Introdução

A relação entre saneamento básico, saúde e desenvolvimento é tão expressiva que pode ser observada em alguns países "desenvolvidos" onde foram realizados, em meados do século XIX, investimentos em pesquisas e obras públicas no combate às doenças infecciosas, como a ampliação dos serviços de saneamento, o que foi determinante para o seu alto nível de desenvolvimento humano (REZENDE; HELLER, 2000). Dessa forma, estes países conseguiram atingir níveis elevados de condições sanitárias nas suas cidades e o saneamento básico deixou de fazer parte do elenco de preocupações dos seus governos e população. Entretanto, as pressões que a produção de resíduos exerceu sobre os recursos hídricos destes países, bem como a poluição do ar, trouxeram novas enfermidades e, com elas, todo um movimento relacionado ao controle da poluição e de defesa do meio natural, que trouxe de volta para o centro das atenções a problemática da saúde pública.

Porém, nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, o nível de cobertura dos serviços públicos de saneamento básico ainda é muito baixo. No Brasil, país que tem sua história marcada por políticas que propiciaram concentração de riquezas e desigualdades sociais e regionais, em relação ao saneamento básico, não foi diferente. Ao contrário, promoveu-se uma concentração maior de ações nas zonas urbanas e nas regiões Sul e Sudeste, o centro econômico mo-

dermo da economia nacional, privilegiando as áreas habitadas pela população mais abastada (REZENDE; HELLER, 2000).

As regiões Norte e Nordeste, que graças a um cenário sócio-econômico diverso encontram-se em situação de desenvolvimento humano inferior às demais regiões brasileiras, foram vítimas desta situação excludente, inclusive das políticas sanitárias, gerando degradação do ambiente e afetando diretamente as condições de saúde da população (REZENDE; HELLER, 2000).

A Tabela 1 apresenta os dados obtidos pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, acerca da situação do atendimento total dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotamento sanitário e da taxa de cobertura de coleta dos resíduos sólidos, segundo as 10 maiores capitais brasileiras em população.

Pode-se observar na Tabela 1 que em 2007 as capitais brasileiras das regiões Norte e Nordeste continuam apresentando os piores desempenhos nos índices de atendimento dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotamento sanitário. Manaus e Fortaleza apresentaram os menores índices de atendimento de esgotamento sanitário, 11,32 e 44,67, respectivamente, enquanto Belo Horizonte e Brasília apresentaram os melhores índices, 95,82 e 93,50, respectivamente. Em relação ao índice de atendimento de água, Salvador e Fortaleza apresentaram os me-

Tabela 1 – Índices de Atendimento Total de Água e de Esgoto e Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Capitais. Brasileiras – 2007

CAPITAL BRASILEIRA	ÍNDICE DE ATENDIMENTO TOTAL DE ÁGUA	ÍNDICE DE ATENDIMENTO TOTAL DE ESGOTO	TAXA DE COBERTURA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (%)
Belo Horizonte	100,00	95,82	
Brasília	95,06	93,50	100,00
Curitiba	99,95	83,02	100,00
Fortaleza	83,36	44,67	100,00
Manaus	89,88	11,32	92,80
Porto Alegre	99,50	85,00	100,00
Recife	85,04	40,86	100,00
Rio de Janeiro	100,00	69,99	100,00
Salvador	82,69	62,94	100,00
São Paulo	99,73	89,19	100,00

Fonte: Ministério das Cidades/SNIS-Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2007.

nores índices, 82,69 e 83,36, respectivamente, e Belo Horizonte e Rio de Janeiro, apresentaram o índice de 100. Quanto à taxa de cobertura de coleta dos resíduos sólidos, apenas Fortaleza não apresentou uma taxa de 100% como todas as outras capitais. A taxa apresentada por esta capital foi de 92,8%.

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa "Qualidade das Águas e da Vida Urbana em Salvador" (UFBA et al., 2007), no que se refere à qualidade das águas dos rios do Município, e fazer uma reflexão acerca da poluição desses rios e as condições de saneamento ambiental das bacias hidrográficas do município de Salvador.

2. Material e Métodos

A metodologia aplicada na pesquisa sobre a qualidade ambiental das águas das bacias de Salvador foi desenvolvida por meio da realização de um seminário com especialistas, entidades e representantes da sociedade civil que lidam com recursos hídricos, que teve como objetivo discutir os parâmetros bacteriológicos e físico-químicos a serem produzidos na pesquisa de campo. Nesse seminário procurou-se articular a experiência e saberes produzidos, de modo a fundamentar a elaboração de um modelo de monitoração das águas das bacias, fontes e corpos d'água de Salvador.

No seminário foi realizada a seleção dos pontos de amostragem e programação das três campanhas de coleta de amostra de água: 01 (uma) campanha piloto em 4 bacias hidrográficas amostrais, 01 (uma) campanha em tempo chuvoso em todas as bacias e 01 (uma) campanha em tempo seco também em todas as bacias. Também foi definida a necessidade de construção do Índice de Qualidade das Águas (IQA), considerando que a informação dos valores de concentrações dos poluentes nos corpos d'água tem pouco significado para o público em geral, devido às especificidades utilizadas na interpretação dos resultados. O IQA retrata, por meio de um índice único global, a qualidade das águas em um determinado ponto de estudo.

Quatro bacias hidrográficas serviram como piloto do trabalho de pesquisa: a bacia do Rio Cobre,

a bacia do Rio das Pedras/Pituaçu, a bacia do Rio Jaguaribe e a bacia do Rio Camarajipe. Nessas bacias foi realizada a primeira campanha de coleta de amostras e análise da qualidade das águas.

No período de 24/10/2007 a 14/12/2007 foram feitas as coletas de amostras de água para a análise de parâmetros bacteriológicos e físico-químicos nessas bacias piloto. Esta campanha piloto foi realizada por uma equipe composta de representantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (EMBASA).

Os parâmetros analisados foram: coliformes termotolerantes (UFC/100 ml), condutividade (umho/cm), DBO5 (mg/L), fósforo total (mg P/L), nitrato (mg NO₃-N/L), óleos e graxas (mg/L), OD (mg OD/L), pH, sólidos totais (mg/L), temperatura da amostra (°C), temperatura do ar (°C) e turbidez (NTU).

Na Campanha de Tempo Chuvoso foram contempladas todas as bacias de Salvador, incluindo as Ilhas de Maré, Frades e Bom Jesus dos Passos, seguindo a padronização definida na coleta-piloto. Esta foi realizada por uma equipe composta de representantes da UFBA, da EMBASA, em parceria com o Laboratório do SENAI/CETIND e com o Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ), que atuou na realização da medição de vazão dos principais rios do município.

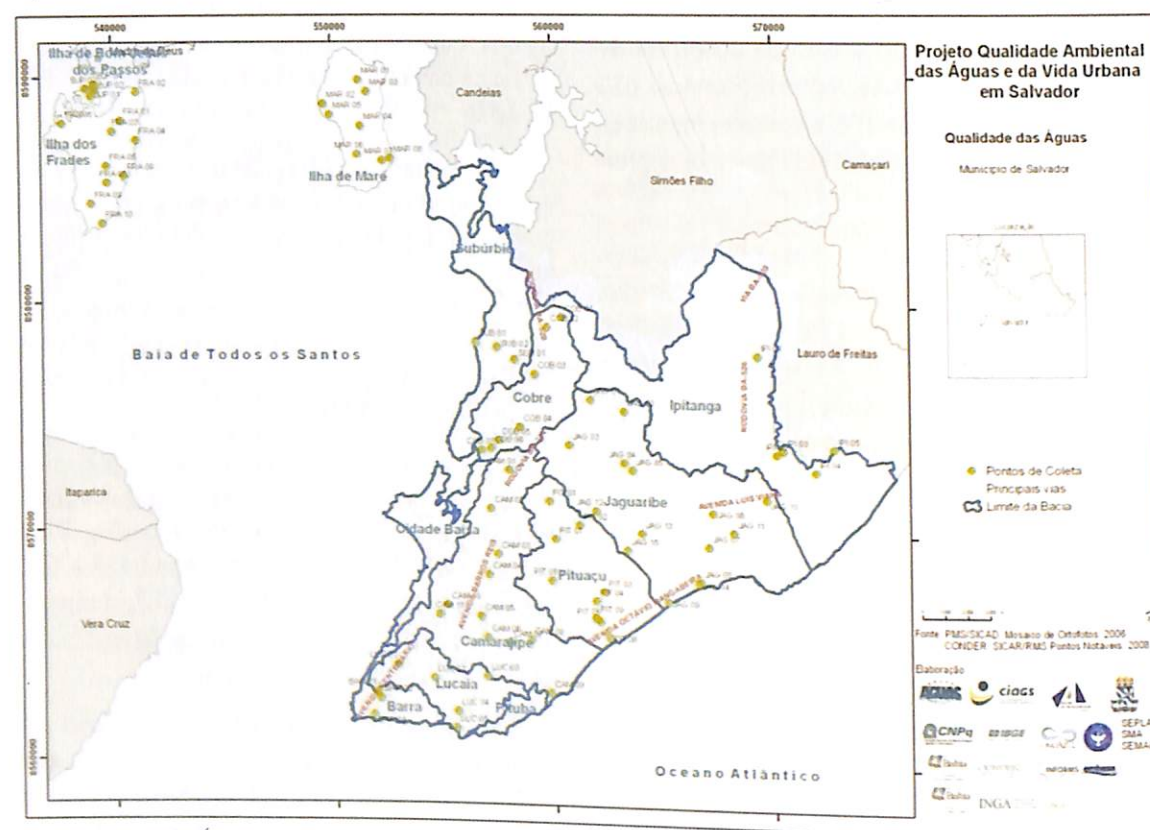
A campanha ocorreu durante o mês de agosto de 2008, quando foram realizadas coletas de amostras de água para a análise de parâmetros bacteriológicos, físico-químicos e metais pesados, bem como a medição de vazão.

Na Campanha de Tempo Seco foram contempladas todas as bacias continentais de Salvador, sendo excluídas as ilhas e, também, seguindo a padronização definida na coleta-piloto. Esta foi realizada por uma equipe composta de representantes da UFBA e da EMBASA.

Essa campanha ocorreu durante os meses de março e abril de 2009, quando foram realizadas coletas de amostras de água para a análise de parâmetros bacteriológicos e físico-químicos.

A Figura 1 apresenta o mapa de localização dos pontos de coleta de água.

Figura 1 – Mapa de Localização dos Pontos de Coleta de Água



Fonte: O Caminho das Águas em Salvador, 2009

A construção do IQA utilizou os parâmetros analisados e, para cada um deles, foi atribuído um peso de acordo com a sua importância relativa no cálculo do IQA, e traçados gráficos representativos da qualidade das águas em função de sua concentração. O IQA final foi calculado como um produtório das notas individuais de cada parâmetro, elevadas aos respectivos pesos. Os valores do índice variam entre zero e 100.

3. Resultados e Discussão

As Tabelas 2 a 4 apresentam o resultado laboratorial das três campanhas realizadas pela pesquisa "Qualidade Ambiental das Águas e da Vida em Salvador" para a qualidade das águas dos rios de Salvador, por bacia hidrográfica, quanto a presença de Coliformes Termotolerantes, DBO5 e OD.

A Tabela 2 revela um grande percentual de amostras fora do padrão quanto a coliformes termotolerantes nas três campanhas realizadas pela pesquisa "Qualidade Ambiental das Águas e da Vida em Salvador", com exceção das Ilhas dos

Frades e Maré, onde não foram encontradas amostras fora do padrão para este parâmetro. Quanto as bacias hidrográficas continentais, a bacia que apresentou menores percentuais de amostras fora do padrão foi a do Rio do Cobre (33,4% na campanha piloto, 50,0% na campanha de tempo chuvoso e 57,1% na campanha de tempo seco). As bacias dos rios Camarajipe, Lucaia, Barra e Ipitanga e a do Subúrbio, apresentaram um percentual de 100% de amostras fora do padrão em todas as campanhas realizadas.

As bactérias do grupo coliformes são utilizadas como indicadores de contaminação bacteriológica da água. Os coliformes termotolerantes vivem normalmente no organismo humano e, sendo assim, sugerem a presença de esgotos domésticos nos rios.

A Tabela 3 mostra um grande percentual de amostras fora do padrão também quanto a DBO5 nas três campanhas realizadas pela pesquisa e, da mesma forma, nas Ilhas dos Frades e Maré não foram encontradas amostras fora do padrão para este parâmetro. A bacia do Rio

Tabela 2 – Número e Percentual de Amostras de Água Fora do Padrão quanto a Coliformes Termotolerantes, segundo Bacias Hidrográficas. Salvador – 2007/2008/2009

BACIA HIDROGRÁFICA	COLIFORMES TERMOTOLERANTES (NMP/100ml)					
	CAMPANHA PILOTO		CAMPANHA TEMPO CHUVOSO		CAMPANHA TEMPO SECO	
	N	%	N	%	N	%
Pedras/Pituaçu	7	87,5	7	87,5	8	100,0
Jaguaribe	13	86,7	12	80,0	13	92,8
Cobre	2	33,4	4	50,0	4	57,1
Camarajipe	11	100,0	11	100,0	11	100,0
Lucaia	-	-	5	100,0	5	100,0
Ilha de Maré	-	-	0	0	-	-
Ilha dos Frades	-	-	0	0	-	-
Barra	-	-	5	100,0	1	100,0
Ipitanga	-	-	5	100,0	4	100,0
Subúrbio (Paraguari)	-	-	3	100,0	3	100,0

Fonte: O Caminho das Águas em Salvador, 2009

Tabela 3 – Número e Percentual de Amostras de Água Fora do Padrão quanto a DBO5, segundo Bacias Hidrográficas. Salvador – 2007/2008/2009

BACIA HIDROGRÁFICA	DBO5 (mg/L)					
	CAMPANHA PILOTO		CAMPANHA TEMPO CHUVOSO		CAMPANHA TEMPO SECO	
	N	%	N	%	N	%
Pedras/Pituaçu	7	87,5	8	87,5	7	87,5
Jaguaribe	14	93,3	9	60,0	8	57,2
Cobre	2	33,3	5	83,3	3	42,9
Camarajipe	10	100,0	10	100,0	11	100,0
Lucaia	-	-	4	100,0	5	100,0
Ilha de Maré	-	-	0	0	-	-
Ilha dos Frades	-	-	0	0	-	-
Barra	-	-	4	80,0	1	100,0
Ipitanga	-	-	5	100,0	3	75,0
Subúrbio (Paraguari)	-	-	3	100,0	3	100,0

Fonte: O Caminho das Águas em Salvador, 2009

do Cobre apresentou menores percentuais de amostras fora do padrão nas campanhas piloto (33,3%) e de tempo seco (42,9%). Na campanha de tempo chuvoso a bacia do Rio Jaguaribe apresentou o menor percentual (60,0%).

As bacias dos rios Camarajipe e Lucaia e a do Subúrbio apresentaram também para DBO5, um percentual de 100% de amostras fora do padrão em todas as campanhas realizadas.

Concentrações maiores de DBO indicam uma maior atividade bacteriológica na água, consumindo OD e matéria orgânica. Ou seja, em ambientes ricos

em matéria orgânica, existe uma maior demanda por oxigênio por parte das bactérias e, consequentemente, uma menor disponibilidade de OD.

A Tabela 4 mostra que todas as bacias apresentaram um grande percentual de amostras fora do padrão quanto a OD nas três campanhas realizadas pela pesquisa, inclusive as Ilhas dos Frades e Maré. A bacia do Rio do Cobre apresentou menores percentuais de amostras fora do padrão nas campanhas piloto (50,0%) e de tempo seco (71,5%). Na campanha de tempo chuvoso a bacia da Barra apresentou o menor percentual (40,0%). As bacias hidrográficas que

Tabela 4 – Número e Percentual de Amostras de Água Fora do Padrão quanto a OD, segundo Bacias Hidrográficas. Salvador – 2007/2008/2009

BACIA HIDROGRÁFICA	OD (mg OD/L)					
	CAMPANHA PILOTO		CAMPANHA TEMPO CHUVOSO		CAMPANHA TEMPO SECO	
	N	%	N	%	N	%
Pedras/Pituaçu	3	75,0	7	100,0	8	100,0
Jaguaribe	10	100,0	15	100,0	14	100,0
Cobre	3	50,0	5	62,5	5	71,5
Camarajipe	9	81,8	8	81,8	11	100,0
Lucaia	-	-	5	100,0	4	80,0
Ilha de Maré	-	-	2	100,0	-	-
Ilha dos Frades	-	-	2	50,0	-	-
Barra	-	-	2	40,0	1	100,0
Ipitanga	-	-	5	100,0	4	100,0
Subúrbio (Paraguari)	-	-	3	100,0	3	100,0

Fonte: O Caminho das Águas em Salvador, 2009

apresentaram um percentual de 100% de amostras fora do padrão para OD em todas as campanhas foram as dos rios Jaguaribe e Ipitanga e a do Subúrbio.

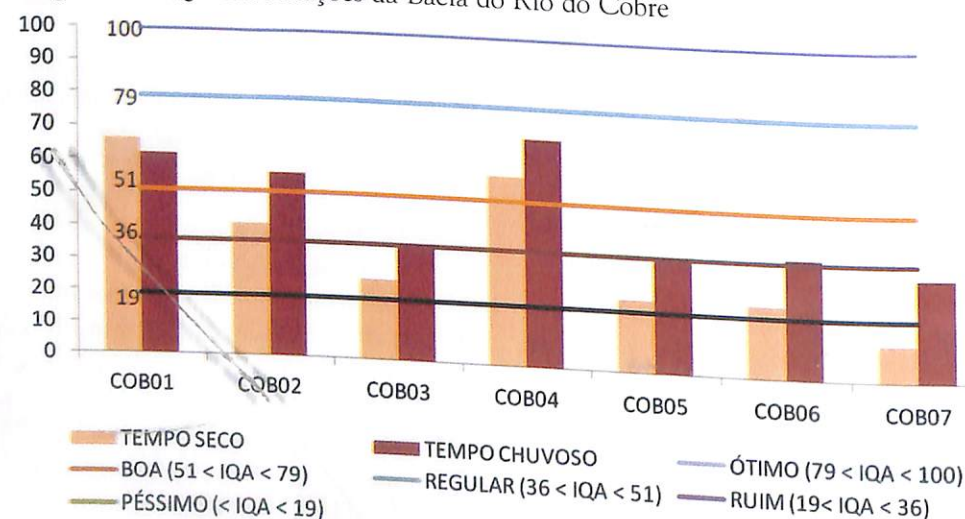
Como discutido acima, fatores como a DBO e/ou ação química de outros compostos interferem diretamente na concentração de OD na água. Quanto maior as concentrações de OD, melhor é a qualidade da água, pois indica um ambiente mais favorável à manutenção de vida aeróbica.

As Figuras 2 e 3 apresentam os Índices de Qualidade das Águas (IQA) para as bacias do Cobre, por esta ter apresentado o melhor IQA

entre os rios do município de Salvador, e Camarajipe, por esta ter apresentado o pior IQA.

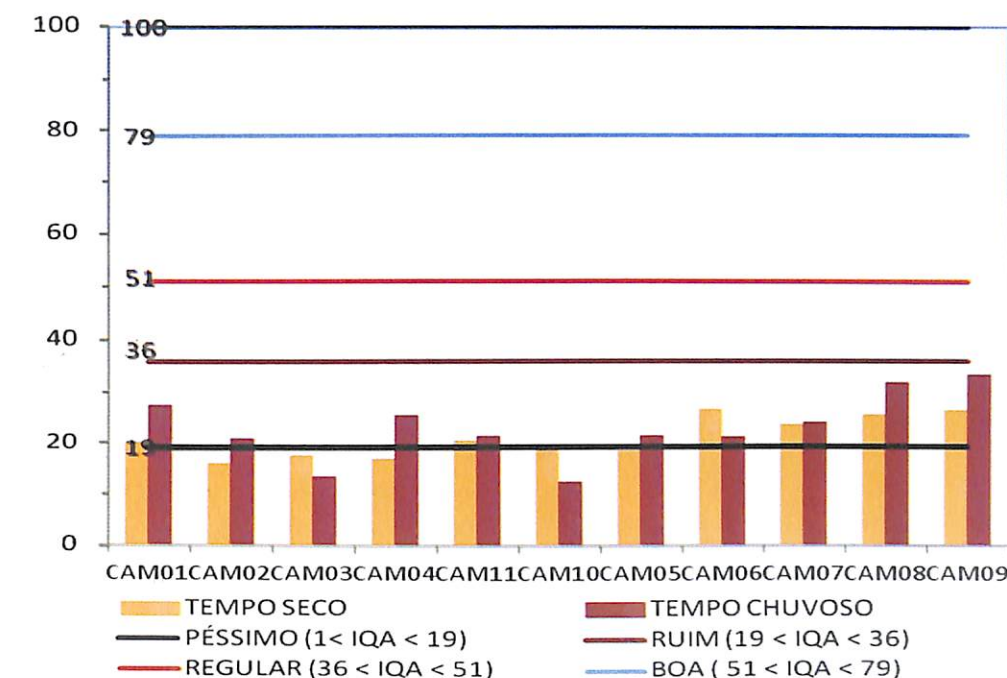
O IQA do rio do Cobre se apresenta na categoria Boa para as estações COB01 (Lagoa da Paixão), COB 02 e COB04 (Represa do Cobre), Regular nas estações COB03, COB05 e COB06 e Ruim na estação COB07 (próximo à sua foz) no Período Chuvoso e nas estações CAM03 e CAM10 no Período Chuvoso, e na categoria Boa nas estações COB01 e COB04, Regular na estação COB02, Ruim nas estações COB03, COB05 e COB06 e Péssimo na estação COB07, como mostra a Figura 2, configurando-se como o de melhor IQA entre os rios do município de Salvador.

Figura 2 – IQA nas Estações da Bacia do Rio do Cobre



Fonte: O Caminho das Águas em Salvador, 2009

Figura 3 – IQA nas Estações da Bacia do Rio Camarajipe



Fonte: O Caminho das Águas em Salvador, 2009

O IQA do rio Camarajipe se apresenta na categoria Péssimo nas estações CAM02, CAM03, CAM04, CAM10, CAM05 no Período Seco e nas estações CAM03 e CAM10 no Período Chuvoso, e na categoria Ruim nas demais estações, tanto no Período Seco como no Período Chuvoso, como mostra a Figura 3, configurando-se como o IQA mais baixo dos rios do município de Salvador.

4. Conclusões

Apresenta-se a seguir as principais conclusões e recomendações da Pesquisa "Qualidade da Água e da Vida Urbana em Salvador", quanto à qualidade das águas das bacias hidrográficas do Município (SANTOS et al., 2010).

Os resultados da Pesquisa indicam que as amostras de água coletadas nas bacias hidrográficas do Município apresentam grandes percentuais de amostras fora do padrão quanto a Coliformes Termotolerantes, DBO5 e OD, em todas as bacias hidrográficas continentais de Salvador, apesar do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (SALVADOR, 2008 - PDDU), destacar a necessidade da implantação e operação de sistemas de esgotamento sanitário ou outras so-

luções apropriadas nas áreas de proteção de mananciais, em particular aquelas situadas no entorno dos reservatórios utilizados para o abastecimento público e a implantação de programas de despoluição dos corpos d'água do Município em estágio avançado de eutrofização.

Esses resultados revelam uma situação preocupante, que compromete a saúde pública e a qualidade do ambiente urbano na cidade do Salvador. Essa situação não é exclusiva da Cidade da Bahia, uma vez que a degradação ambiental, assim como a exclusão social, são problemas estruturais comuns às grandes metrópoles do País. Entretanto, a dimensão da pobreza urbana em Salvador e a carência de políticas públicas conferem cores diferentes à perversa relação entre cidade e natureza no atual contexto de urbanização.

Nossos rios estão sendo degradados pela ocupação e uso de solo desordenados, pela não implantação integral, em pleno século XXI, de um sistema de esgotamento sanitário e outras soluções que visem a universalização, enfim, pela ausência de uma política urbano-ambiental, de caráter inclusive regional, voltada para a preservação dos recursos ambientais e inclusão social. A ocu-

pação do solo pela população situada nas distintas faixas de renda, assim como a ação predatória de segmentos econômicos, cuja principal fonte de renda é a terra urbana (a exemplo do setor imobiliário), associado a uma regulação permissiva, resultaram na ocupação desordenada dos vales, leito natural dos nossos rios, suprimindo a vegetação ciliar, impermeabilizando o solo e assoreando as águas. Nesse processo, os rios se transformaram em esgotos a céu aberto, que passaram a ser canalizados e encapsulados – o que agrava a qualidade ambiental das águas como mostram os baixos Índices de Qualidade das Águas - IQA encontrados.

Os índices de atendimento de serviços públicos básicos, considerados como direito universal, divulgados pelos institutos oficiais de pesquisa não retratam a verdadeira situação na qual vive o morador dessa cidade. A população das faixas de renda mais baixas consome água das fontes sem nenhum controle de qualidade e convive, diariamente, com esgoto à céu aberto na porta de sua casa. O argumento de que a responsabilidade do Estado estaria cumprida com a implantação de uma rede coletora de esgotamento sanitário e de que caberia ao morador a ligação do seu domicílio à rede coletora não ameniza a referida situação. É preciso que sejam implementadas políticas capazes de mobilizar e articular os distintos níveis de governo, voltadas para o atendimento de uma necessidade básica como o acesso ao saneamento ambiental, o que envolve o abastecimento de água regular e ao uso eficiente da água, o acesso à solução apropriada para os excretas humanos e as águas servidas ou à rede coletora de esgotamento sanitário, ao manejo dos resíduos sólidos e à coleta regular e disposição adequada dos resíduos sólidos gerados e à drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Referências

- MINISTÉRIO DAS CIDADES. SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico do manejo de resíduos sólidos – 2007**. Brasília: MCIDADES; SNSA, 2009.
- SALVADOR. CÂMARA MUNICIPAL. **Lei Nº 7.400/2008, de 20 de fevereiro de 2008: Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador – PDDU 2008**. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 2008.

REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. A Evolução histórica da saúde e do saneamento no Brasil e sua relação com o desenvolvimento humano. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 19, 2000, Porto Seguro. Anais ... Rio de Janeiro: ABES, 2000, p. 2472-2481.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antônio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia (org.). **O Caminho das águas em Salvador**. Bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

UFBA. Escola de Administração (coord.); PMS/SEPLAM/SMS; Fundação OndaAzul; EMBASA; SEMA/INGÁ/SEMA; CNPq. **Pesquisa qualidade das águas e da vida urbana em Salvador: relatório de atividades 2007**. Salvador, 2007.

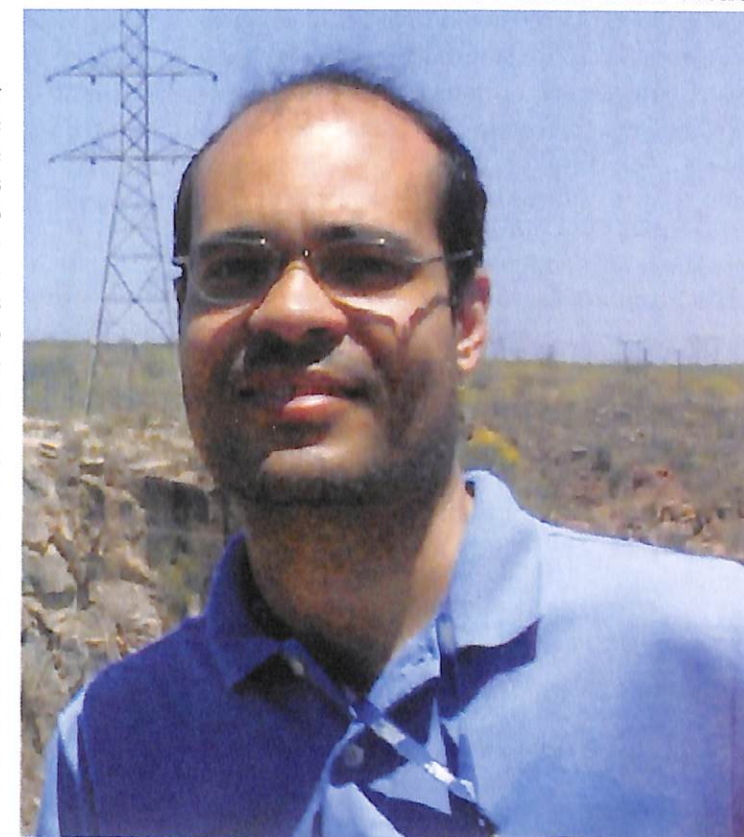
A Utilização de Indicadores na Avaliação de Programas Governamentais de Disseminação das Geotecnologias

Cássio Marcelo Silva Castro¹

Resumo

A gestão urbana tende a incorporar ferramentas adequadas à compreensão dos processos econômicos e sociais. Neste contexto, o conhecimento das formas de ocupação do território, a coleta, o armazenamento e a análise de dados espaciais conferem importância à informação geográfica. Este trabalho apresenta programas governamentais que ocorreram em quatro estados brasileiros, com ações nas áreas de infra-estrutura e desenvolvimento urbano; recuperação de áreas degradadas e desenvolvimento institucional, que ofereceram apoio técnico e financeiro às prefeituras. Especificamente, os programas auxiliaram a implantação do geoprocessamento, oferecendo bases cartográficas, projetos de cadastro técnico multifinalitário, incentivando a elaboração de sistemas de informação. O trabalho avalia por meio de indicadores, a ação governamental “Bases Cartográficas Municipais”, que ofereceu auxílio para 31 prefeituras do estado da Bahia, no período de 1998-2004, com o intuito de implantar a cultura do geoprocessamento.

Palavras chave: Geoprocessamento. Bases Cartográficas Municipais. PRODUR. Indicadores.



Abstract

The urban management tends to incorporate appropriate tools for the understanding of economic and social processes that occur in space. In this context, the knowledge of the territory and its forms of occupation, the collection, the storage, the analysis of spatial data, gives prominence of spatial information. This paper presents government programs in four Brazilian states, with actions planned for the areas of infrastructure and urban development, rehabilitation of degraded areas and institutional development, which offered technical and financial support to municipalities. Specifically, the programs helped the deployment of GIS, offering cartography, projects of technical multipurpose catastres, encouraging the development of information systems. This work seeks to assess through the indicators, the government action “Bases Cartográficas Municipais”, which offered support to 31 municipalities in Bahia state, between 1998-2004, in order to implant the GIS culture.

Key words: GIS. Cartography. PRODUR. Indicators.

¹ Urbanista (UNEB), Pós-graduado em Gestão Governamental (UNEB) e M.Sc. em Engenharia Ambiental Urbana (MEAU/EP/UFBA). Analista de Desenvolvimento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Salvador. Professor Universitário. E-mail: cassiomarcelo@gmail.com

1. Introdução

O presente trabalho apresenta experiências de programas governamentais com ações na área de geotecnologias, que ocorreram em quatro estados, orientados para a área de desenvolvimento urbano, que fomentaram a utilização do geoprocessamento nas administrações municipais, oferecendo apoio técnico e financeiro às prefeituras, com o intuito de fortalecer a gestão municipal. O trabalho tem como objetivo analisar projetos implementados em diferentes estados brasileiros, contextualizando as suas raízes, suas motivações e caracterizar a sua implementação, avaliando suas implicações e alcances, notadamente o componente geoprocessamento, dando maior ênfase ao programa que ocorreu na Bahia, buscando compreender como os municípios vêm trabalhando com as tecnologias do geoprocessamento nas suas atividades. A partir da avaliação de documentos e relatórios institucionais, textos acadêmicos e consultando bibliografia, procurou-se sistematizar as ações desenvolvidas, em relação a capacitação, acompanhamento e fiscalização dos trabalhos por parte da esfera estadual e equipes das Prefeituras, identificando os alcances nos objetivos propostos por estes programas.

2. Programas Governamentais e o Geoprocessamento

Ao longo da segunda metade do século XX, grande parte das políticas públicas encontravam-se orientadas, em linhas gerais, pelos organismos multilaterais de financiamento. Todo este ambiente tornou propícia uma nova discussão sobre a função do Município e a elaboração das suas políticas de educação, saúde, transporte, habitação, só para citar alguns exemplos, bem como sobre a obtenção de novas/velhas fontes de recursos para a atuação nestas e outras áreas, com o intuito de ampliar a base de arrecadação e como consequência proporcionar um uso mais eficaz do recurso público.

Desde meado dos anos 60 são observadas sobreposições entre a agenda das instituições multilaterais de cooperação, a agenda nacional e as políticas públicas brasileiras, com fortes reflexos nas intervenções públicas no espaço. Em sua abordagem, Werna (1996) faz um estudo deta-

lhado sobre o conjunto de ações e políticas difundidas pelas agências multilaterais, e identificou a atuação dos seguintes agentes: Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (HABITAT); o Banco Mundial, que é composto pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e outros organismos; o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Organização das Nações Unidas para a Infância e Adolescência - UNICEF e a Organização Mundial da Saúde - OMS. O autor caracterizou em três momentos distintos, mas complementares e não excludentes, as formas de intervenção, sintetizadas no quadro na página seguinte.

A intervenção estatal no urbano, no caso brasileiro, deu-se basicamente sob três óticas de atuação: remoção de assentamentos (reconhecimento das ocupações espontâneas como um "mal a ser extirpado"); reconhecimento de favelas e cortiços como espaços legítimos (processo de urbanização *in situ*); desenvolvimento institucional (capacitação e projetos de redução da pobreza e preservação do meio ambiente), como pode ser visualizado no quadro 01.

Em linhas gerais, os dois primeiros períodos, entretanto, promoveram a descontinuidade da ocupação urbana, onerando a gestão do território e, ao mesmo tempo, segregando as populações atendidas. Já a agenda dos anos 90, centrou-se no fortalecimento das instituições, associado às questões de pobreza urbana, sustentabilidade ambiental, tendo maior peso o fortalecimento do aspecto institucional e a capacitação, via atuação de forma articulada e integrada. Para Compans (1999) a doutrina de intervenção do BIRD representa um realinhamento que busca integrar os objetivos do desenvolvimento urbano com o desempenho macroeconômico. A partir da análise de vários autores (WERNA, 1996; SMOLKA, 1995; MELO, 2002; ACSELRAD, 2001; COMPANS, 1999) foi possível sintetizar esta política em quatro eixos prioritários:

- Reconhecimento da importância dos mercados urbanos, com a retirada do subsídio da infra-estrutura e simplificação das normas de uso do solo para conferir maior competitividade e dinamizar a produtividade das atividades

Quadro 01 – Periodização da Atuação das Agências Internacionais na Gestão Urbana

MODERNO-FORDISTA (DÉCADA DE 60 E 70)	PADRÕES LOCAIS (DÉCADA DE 70 E 80)	PROCESSO INSTITUCIONAL (DÉCADA DE 80 E 90)
Projetos em larga escala de serviços urbanos, incentivo ao uso de tecnologia convencional em água esgoto habitação;	Projetos de pequena escala, uso de tecnologias locais e soft, esquemas de auto-ajuda e participação comunitária;	Ênfase em programas e processos. Fortalecimento da estrutura político-econômica das Instituições locais;
Remoção de assentamentos sob o conceito modernista de cidade;	Reconhecimento de favelas e cortiços como espaços legítimos;	Capacitação de pessoal, programas de alívio à pobreza e proteção do meio ambiente;
Planejamento macro de longo prazo. A cidade dividida em uso e funções;	Planejamento de curto prazo;	Abordagem holística do desenvolvimento urbano;
Estado interventor e executor, conjuntos padronizados e convencionais.	Programas alternativos.	Não há mais intervenções diretas e concretas.

Fonte: Elaborado por Medina et. al. (1999: s.p.), a partir de Werna, 1996.

econômicas urbanas, favorecendo a iniciativa do setor privado;

- Reforma das finanças municipais, através do aumento da eficácia da cobrança dos impostos, bem como incentivos para a realização dos cadastros imobiliários e da revisão da legislação municipal;
- Geração de capacidade institucional para a intervenção e controle do espaço urbano;
- Maior ênfase nos mecanismos de recuperação de custos nos programas urbanos;

Seguindo esta linha pragmática, o Governo Federal tem impulsionado vários programas de atuação no espaço urbano, notadamente a partir da década de 90, nas diversas áreas, com a finalidade de oferecer apoio aos estados e municípios. Para ilustrar esta influência das agências multilaterais na política urbana recente no país, é apresentado a seguir um breve relato de alguns programas de atuação, merecendo destaque o aspecto do fortalecimento institucional.

A partir das últimas décadas do século XX, alguns estados brasileiros lançaram programas de desenvolvimento urbano orientados pelo ideário das instituições internacionais (WERNA, 1996; RIBEIRO FILHO, 2006). Deve ser ressaltado que em alguns destes programas, foi produzida cartografia digital das áreas urbanas de alguns municípios, com o intuito de disponibilizar às administrações muni-

cipais cartografia de suas áreas urbanas, ou de toda área municipal (CASTRO, 2004).

2.1 O Caso do Paraná

O PARANACIDADE foi instituído através da Lei Estadual 11.498 de 30 de julho de 1996, como uma entidade jurídica de direito privado de finalidade pública, sem fins lucrativos, na modalidade *serviço social autônomo*, vinculada por cooperação à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, encarregada de gerir o Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - *Paraná Urbano I*. Tem como missão “prestar assistência institucional e técnica aos municípios, desenvolver atividades dirigidas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e social, captar e aplicar recursos financeiros”².

Em 2002, foi lançado o Paraná Urbano II, que já investiu cerca de US\$ 415 milhões em obras de infra-estrutura urbana, capacitação e desenvolvimento institucional. As atividades contam com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano – FDU³, criado em 1998, que se encarrega da contrapartida local dos investimentos. É importante salientar a experiência do estado nestes programas, que contaram com financiamento dos organismos multilaterais, já que o Paraná Urbano sucedeu outros programas estaduais semelhantes, o Programa de Ação Municipal – PRAM (1983-1987) e o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano – PEDU (1988 -1994), também financiados pelo Banco Mundial (LEÃO, 1997). Os programas *Paraná*

² Consulta no site www.paranacidade.org.br em 11/03/2008.
³ Idem.

Urbano I e II atuam em duas linhas de trabalho: a) provisão de infra-estrutura urbana e na elaboração de projetos sociais e combate à pobreza urbana nas cidades paranaenses; b) Programa Permanente de Investimentos – que trabalha em áreas não atendidas pela outra linha.

A implantação do programa apresentou como inovação a criação de uma entidade de direito privado para a coordenação das atividades, o PARANACIDADE, na modalidade serviço social autônomo, o que a princípio conferiu certo grau de autonomia, ao menos em teoria, e ainda a capacitação das associações municipais regionais, mediante estabelecimento de parcerias e transferências de responsabilidades.

Através do projeto Implantação de Prática de Gestão Municipal Integrada ao Controle Espacial, foi possível a elaboração da cartografia digital das áreas urbanas de 139 municípios, de cadastros técnicos municipais, bem como a capacitação de funcionários das prefeituras em geoprocessamento, para utilização destas bases cartográficas (PARANÁ, 2003). A maior parte das bases do PARANACIDADE foi elaborada no período de 1995 a 1998, exceção feita a uma pequena quantidade, produzida no período do PEDU, de 1992 a 1994, quando ainda existia o Instituto de Assistência aos Municípios do Paraná – FAMEPAR, que realizava na época as funções que foram assumidas pelo PARANACIDADE.

Houve uma série de critérios que priorizaram a escolha dos municípios para o mapeamento, a saber: necessidade de base para a elaboração de planos diretores e outros instrumentos da política urbana; interesse das concessionárias públicas; manifestação do município; população acima de 15 mil habitantes; potencial turístico; e aqueles localizados no litoral e nas regiões metropolitanas paranaenses⁴.

A área a ser restituída foi definida em acordo com as prefeituras, que inclusive sempre participavam financeiramente no valor do serviço, como contrapartida, além da participação do próprio programa e das concessionárias de serviços públicos (Companhia de Saneamento do Paraná

– SANEPAR e Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL), segundo o funcionário Evemar Wernick, consultado em outubro/2008. Foi produzida uma base cartográfica planialtimétrica, contando com sistema viário, curvas de nível, edificações, bueiros e drenagem, hidrografia, entre outros níveis, nas escalas 1:2.000, 1:5.000 e 1:10.000, em poliéster e ortofotos, com escala do voo 1:8.000.

Com relação a capacitação, foi verificado que não houve nenhuma ação direcionada para disseminar a utilização plena das bases, e sim alguns eventos isolados, e também alguns mini-cursos de softwares de geoprocessamento⁵. Uma grande quantidade de municípios acabou extraviando suas bases, notadamente no período pós-eleitoral ou no início de novas gestões. Nestes casos, a administração municipal solicita por escrito uma cópia ao PARANACIDADE.

No que diz respeito a disseminação, anteriormente as bases eram cedidas de forma gratuita, mas, recentemente, os interessados em obter uma cópia da base cartográfica em meio digital se dirigem à sede do PARANACIDADE, e adquirem uma cópia de toda a base ou de uma área específica, ao custo de R\$ 16,00/km², de qualquer município, mediante a assinatura de um termo de cessão de uso. Com esta mudança, a direção do PARANACIDADE preferiu ganhar mais recurso vendendo a base a uma quantidade maior de interessados, do que estabelecer um preço alto, restritivo e proibitivo.

Já na década atual, a COPEL ampliou consideravelmente a quantidade de municípios com base cartográfica, produzindo a cartografia de mais 296 municípios do estado. Entretanto, esta base da COPEL tem uma quantidade menor de níveis restituídos que a do PARANACIDADE, possuindo apenas as principais edificações e sistema viário. Após assinatura de convênio estas bases também passaram a fazer parte do acervo do programa, atingindo quase a totalidade, 398 dos 399 municípios paranaenses com cartografia digital de suas áreas urbanas.

2.2 O Caso do Ceará

O governo do Ceará implementou o Programa de Desenvolvimento Urbano e de

Gerenciamento de Recursos Hídricos – PROURB, no período de setembro de 1994 a dezembro de 2003. Foram aplicados recurso na ordem de US\$ 231 milhões, sendo que deste valor quase 60% foi oriundo de empréstimo junto ao Banco Mundial. As prefeituras que participaram do programa também participaram com um valor de contra-partida no investimento (CEARÁ, 2003). O programa ofereceu financiamento nos componentes de desenvolvimento institucional e de infraestrutura urbana nas cidades cearenses, com duas linhas de atuação:

- PROURB Urbano, que visava a estruturação de 44 cidades estratégicas no interior do estado, dando suporte ao desenvolvimento econômico e social, otimizando a gestão municipal e o planejamento urbano e incrementando o turismo;
- PROURB Hídrico, que buscava garantir a oferta e a regularização do abastecimento de água para as cidades, além de promover o fortalecimento institucional e a consolidação do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos.

Os municípios integrantes do programa foram escolhidos através de critérios como densidade populacional, função regional da cidade e perspectivas de atividades de industrialização, turismo e agricultura irrigada na sua área de influência. As intervenções tinham como objetivo fortalecer a administração financeira e a capacidade institucional dos municípios beneficiados. No componente URBANO, observam-se as seguintes ações: 46 planos diretores de desenvolvimento urbano, 44 bases cartográficas municipais, 36 cadastros técnicos, 41 planos de estruturação tributária e orçamentária, 41 planos de reorganização administrativa, 132 projetos estruturantes, o desenvolvimento da capacitação de pessoal e a informatização dos processos.

As bases cartográficas foram elaboradas no período de 1995 a 1997, nas escalas 1:2.000, 1:10.000 ou 1:25.000, a depender do tamanho do município e interesse da prefeitura. Atualmente, a Secretaria das Cidades do Estado do Ceará definiu que as bases seriam cedidas gratuitamente para qualquer interessado, setor público ou privado, mediante apenas a apresentação de um ofício informando a área de interesse e a finalidade. Com relação ao

treinamento, houve apenas em 4 das 44 prefeituras que receberam a base, a saber: Maracanaú, Sobral, Juazeiro do Norte e Camocim, sendo que o mesmo não aconteceu de forma sistemática, segundo informações cedidas pela mesma secretaria.

2.3 O Caso de Minas Gerais

O governo de Minas Gerais implantou o Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios do Estado de Minas Gerais – SOMMA, no período de julho de 1993 a dezembro de 2001, através de um contrato de empréstimo com o Banco Mundial. O SOMMA atuava nas áreas de saneamento básico e ambiental e modernização administrativa dos municípios mineiros, e tinha como objetivo fortalecer a administração financeira, em especial a capacidade de arrecadação tributária própria dos municípios, em consonância com o processo de descentralização desencadeado pela Constituição Federal de 1998 (CARNEIRO; BRASIL, 2007). Cinco municípios contaram com recursos para elaboração de base cartográfica e projetos de geoprocessamento, a saber: Ipatinga, Divinópolis, Barbacena, Sete Lagoas e Uberlândia, segundo FJP (2001). Diferentemente dos outros três programas (Bahia – PRODUR, Ceará – PROURB e Paraná – PARANA URBANO), no SOMMA o município interessado em produzir sua base cartográfica era que pleiteava recursos junto aos órgãos de financiamento. Em 2001 o programa foi extinto e substituído pelo programa NOVO SOMMA, com algumas características diferentes.

3. A Experiência do Estado da Bahia

O Estado da Bahia, através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, implementou o Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana – PRODUR, entre março de 1997 e setembro de 2004. Os municípios com população urbana superior a 15.000 habitantes, com base nos dados da Contagem Populacional de 1996 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foram o foco de atuação do programa, bem como algumas outras cidades consideradas estratégicas para o desenvolvimento do estado, o que resultou em ações em 203 municípios (CASTRO et. al., 2004).

⁴ Segundo correio eletrônico encaminhado pela Sra. Virgínia Nalini (Coordenadora de Projetos do programa) em abril de 2004.

⁵ Segundo o Sr. Evemar Wernick, assessor do PARANACIDADE.

Tabela 1 – Ações do Componente de Desenvolvimento Institucional

AÇÃO	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
Plano de Gestão de Limpeza Urbana	23
Plano Diretor de Informática	110
Plano Diretor Urbano	96
Cadastro Técnico	74
Cadastro Imobiliário	2
Cadastro de Atividades Econômicas	2
Informatização/Equipamentos	66
Bases Cartográficas	31
Organização Administrativa	43
Código Tributário	30
Outros	5

Fonte: CONDER, (2004).

Foram investidos US\$ 145 milhões (R\$ 400 milhões), sendo US\$ 100 milhões de financiamento do BIRD ao Estado e US\$ 45 milhões de contrapartida do Tesouro do Estado da Bahia e das Prefeituras envolvidas (CAR, 2004). As intervenções estavam orientadas em três grandes linhas de atuação, a saber: Infra-estrutura urbana e saneamento básico, Recuperação de áreas carentes e Desenvolvimento institucional. Segundo (CAR, 2004), o programa possuía os seguintes objetivos:

- fortalecer a capacidade institucional e financeira dos municípios;
- financiar investimentos em infraestrutura urbana contribuindo para a elevação da qualidade de vida da população;
- melhorar as condições de urbanidade nas áreas periféricas das cidades;
- promover a capacitação técnica e gerencial das equipes das Prefeituras, visando a melhoria na prestação dos serviços públicos.

O subprograma Desenvolvimento Institucional tinha como finalidade principal incentivar mudanças no padrão gerencial das administrações municipais, visando, sobretudo, a recuperação financeira das prefeituras através de instrumentos que possibilitassem aumento da arrecadação e planejamento dos seus investimentos, seguindo a mesma linha dos programas das agências multilaterais. As ações financiadas por este subprograma constam da tabela 1.

3.1 Condicionantes da Implantação

Já o projeto Bases Cartográficas Municipais foi iniciado em 1998, e para sua realização, foram

assinados dois convênios de cooperação técnica entre a CAR e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER. O primeiro destes convênios trata sobre o desenvolvimento conjunto de projetos e serviços na área de mapeamento digital e georreferenciamento, por meio do uso comum de recursos humanos, técnicos, documentos, instalações e equipamentos. Como a CONDER já detinha experiência e tecnologia em geoprocessamento, o instrumento foi assinado com vistas à realização de um trabalho conjunto de fiscalização e aprovação do material levantado pelas empresas contratadas para execução do serviço (CAR, 1997).

Em março de 1999, a CAR e a CONDER coordenaram a realização do workshop “PRODUR – Bases Cartográficas Municipais”. O evento contou com a presença dos prefeitos das cidades envolvidas, que conheceram o projeto, bem como as potencialidades de utilização do geoprocessamento para a administração pública. Em outro evento realizado em julho de 2000, os prefeitos receberam os primeiros produtos dos levantamentos aerofotogramétricos das sedes municipais (PREFEITOS, 1999).

O segundo convênio assinado, em dezembro de 2000, trata da cessão da base cartográfica da CAR para a CONDER, bem como sua utilização e manutenção por esta, em conjunto com as prefeituras envolvidas, objetivando a implantação futura de sistemas municipais de informações georreferenciadas. Um dos objetivos esperados por este instrumento era a padronização e unificação das informações geográficas levantadas, principalmente no caso das concessionárias de serviços públicos, de forma a reduzir os custos de novos

levantamentos⁶ (BAHIA, 2000). Toda esta base de dados passou a integrar o INFORMS – Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia, unidade da CONDER responsável pelo conjunto de atividades na área de produção e manutenção de informações geográficas urbanas básicas.

Nos meses de outubro a dezembro de 2001, houve o treinamento em geoprocessamento (técnico, conceitual e metodológico) de 62 técnicos, sendo dois de cada prefeitura, num total de 88 h/aula. Com o intuito de reduzir os custos, o software escolhido foi o *SPRING*, software livre nacional e gratuito, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE e no aplicativo SIGMUN, específico para o cadastro municipal. O treinamento ficou a cargo da Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologias Espaciais – FUNCATE, entidade ligada ao INPE. Posteriormente, as prefeituras beneficiárias receberam ainda um computador com configuração capaz de processar a base cartográfica recebida e uma impressora que permitia a saída de documentos até o tamanho de papel A3 (CASTRO et al, 2004).

Outro contrato de 2001, celebrado entre a CAR e a FUNCATE, com recursos do PRODUR, possibilitou o desenvolvimento de um aplicativo idealizado para permitir a realização das necessidades básicas das prefeituras na área de cadastro técnico multifinalitário, que seria disponibilizado aos municípios que receberam base cartográfica (CASTRO, 2004). No período de julho a agosto de 2002 houve o treinamento dos funcionários das 31 prefeituras, novamente em geoprocessamento e nesta primeira versão do aplicativo. Esta etapa aconteceu nas próprias cidades, com a participação direta de quatro instrutores da FUNCATE, e antecedeu a entrega da versão final das bases cartográficas, que ocorreu no final do ano de 2002.

O projeto foi concebido para dar suporte às tecnologias de geoprocessamento nos municípios baianos contemplados com a cartografia da área urbana, completando o “kit básico” (base + computador e treinamento). Entretanto este trabalho

⁶ Um aspecto que merece ser ressaltado a partir da leitura do texto destes instrumentos diz respeito à imposição tácita dos termos constantes no contrato de empréstimo assinado entre a CAR e o Banco Mundial, aos convenientes, como se estivesse implícito suas cláusulas, passando a integrar o texto dos mesmos automaticamente.

não teve a visibilidade e acolhida necessária junto às prefeituras, apesar do treinamento e equipamentos de informática entregues.

3.2 Municípios Envolvidos no Projeto

A elaboração das bases cartográficas digitais foi iniciada em meados de 1997, quando foram escolhidos 30 municípios para a realização do voo fotogramétrico, tendo como critério população urbana superior a 30.000 habitantes, de acordo com os dados da contagem populacional de 1996 do IBGE (CAR, 2002). Dentre os municípios selecionados, um deles não cumpria este critério, Santa Cruz Cabralia. Sua inclusão deveu-se ao fato das comemorações dos 500 anos do Brasil em seu território, em 2000, e a proximidade com Porto Seguro, incluído no projeto (CASTRO et al., 2004).

A tabela 2 apresenta a relação dos municípios integrantes, com a respectiva área restituída (mapeada) em cada um, e mapa (Figura 1) do estado com indicação das cidades participantes. O município de Luis Eduardo Magalhães, emancipado em abril de 2001, integrou o grupo de municípios que foram contemplados com a elaboração da base no ano de sua criação, atingindo o total de 31 cidades do estado, no ano de 2001. Foram levantados neste município, 4.012km² de toda sua extensão territorial com escala menor (em escala 1: 25.000) e 37km² da sua área urbana (em escala 1: 2.000). A área urbana total mapeada, nos 31 municípios, é de aproximadamente 1.264,77km², num total de recurso investido de R\$ 8,8 milhões, em valores da época (MUNICÍPIOS, 2002), ao custo médio para restituição dos arquivos, com curvas de nível e as ortofotocartas de R\$ 576,00/km².

A partir da identificação destes municípios, foram realizados levantamentos de dados preliminares sobre a realidade dos mesmos. Para melhor entender a questão do geoprocessamento nestes municípios foi necessária a aplicação de dois questionários, que serviram para avaliar o grau de conhecimento e entendimento das geotecnologias, bem como para identificar as fraquezas e virtudes encontradas no universo dos municípios estudados, avaliando efetivamente seu grau de utilização nas atividades da administra-

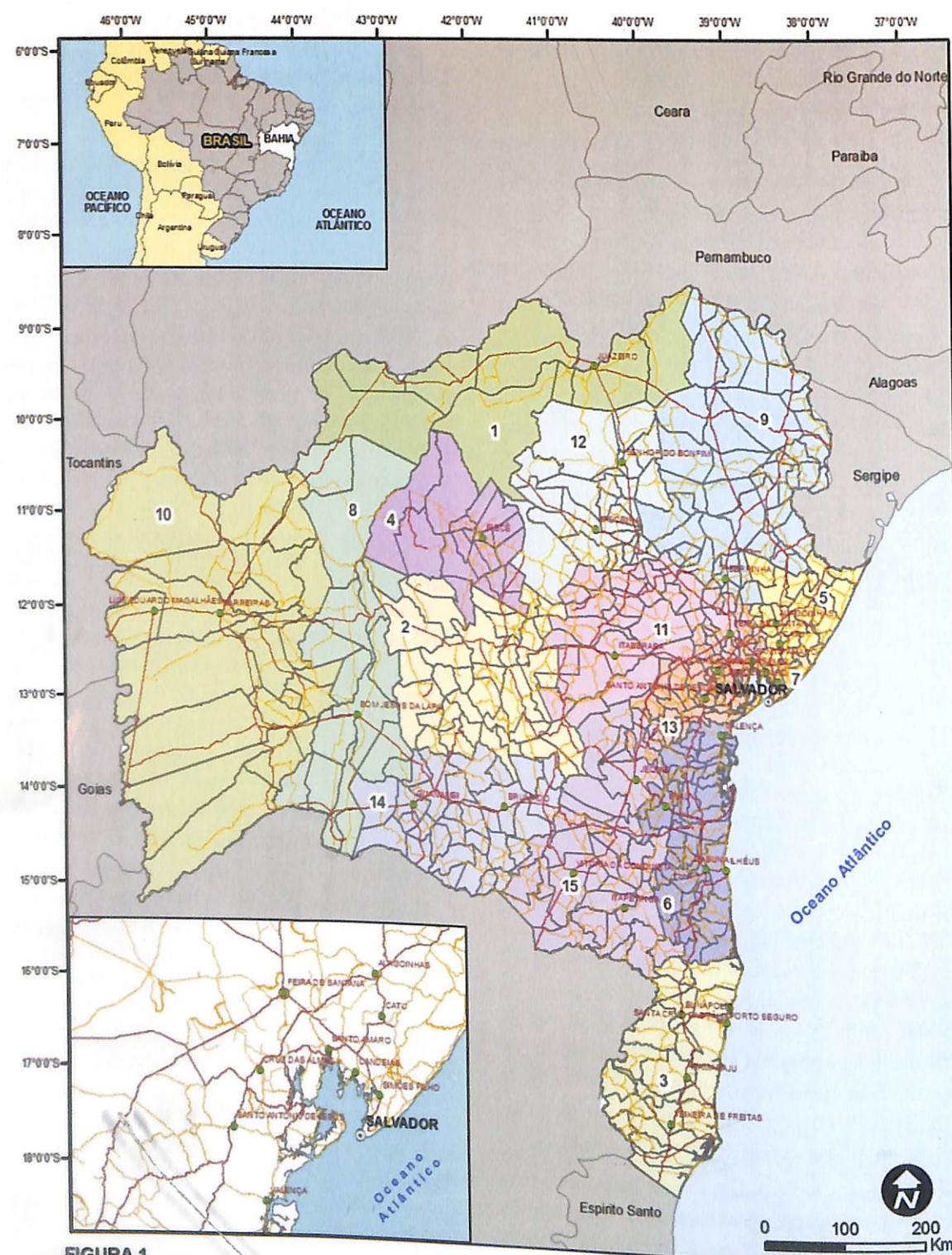


FIGURA 1
MAPA - MUNICÍPIOS PARTICIPANTES
DO PROGRAMA BASES
CARTOGRÁFICAS MUNICIPAIS

Fonte: Base cartográfica digital do estado
(SEI, DERBA e INGA).
Elaborado por Cássio Castro, 2010.

- Capital
● Cidades participantes
— Rod. Estadual
— Rod. Federal
— Unidades da Federação
— Limite Municipal
3 Cód. da Região Econômica
- Regiões Econômicas**
- 1 - Baixo Médio São Francisco
 - 2 - Chapada Diamantina
 - 3 - Extremo Sul
 - 4 - Irecê
 - 5 - Litoral Norte
 - 6 - Litoral Sul
 - 7 - Metropolitana de Salvador
 - 8 - Médio São Francisco
 - 9 - Nordeste
 - 10 - Oeste
 - 11 - Pangeçu
 - 12 - Piemonte da Diamantina
 - 13 - Recôncavo Sul
 - 14 - Serra Geral
 - 15 - Sudoeste

Tabela 2 – População dos Municípios Contemplados pelo Projeto Bases Cartográficas Municipais

MUNICÍPIO	ÁREA RESTITUÍDA (em km ²)	EMPRESA EXECUTORA	POPULAÇÃO URBANA - CONTAGEM 1996	POPULAÇÃO URBANA - CENSO 2000	POPULAÇÃO URBANA - CONTAGEM 2007
Alagoinhas	34,56	Base	103.578	112.440	115.832
Barreiras	62,58	Aeroimagem	87.455	100.085	115.913
Bom Jesus da Lapa	21,02	Aeroimagem	35.005	37.726	41.705
Brumado	20,4	Aeroimagem	39.661	40.710	43.259
Candeias	12,6	Base	63.201	69.127	71.665
Catu	18,24	Base	36.103	37.816	40.275
Cruz das Almas	19,12	Base	33.309	39.604	46.121
Eunápolis	43,2	Aeroimagem	75.769	79.161	87.875
Feira de Santana	226,2	Base	393.943	431.730	² 571.997
Guanambi	40,13	Aeroimagem	49.785	54.003	56.310
Ilhéus	51,78	Aeroimagem	172.627	162.125	² 220.144
Ipiaú	18	Engfoto	36.599	37.924	37.970
Irecê	22,42	Aeroimagem	44.648	53.143	58.036
Itaberaba	13,92	Base	41.961	44.517	45.845
Itabuna	49,08	Aeroimagem	177.944	191.184	² 210.604
Itamaraju	21,6	Engfoto	47.757	48.037	50.021
Itapetinga	23,4	Engfoto	50.793	55.182	60.723
Jacobina	27,6	Engfoto	57.068	52.088	52.939
Jequié	53,6	Aeroimagem	134.910	130.296	133.884
Juazeiro	56,06	Aeroimagem	133.117	133.278	² 230.538
Luís Eduardo Magalhães	37	Aeroimagem	¹	15.669	40.502
Porto Seguro	70,98	Aeroimagem	52.241	79.619	95.814
Santa Cruz Cabrália	25,67	Aeroimagem	9.758	13.527	17.768
Santo Amaro	11,2	Base	42.444	44.505	43.461
Santo Antônio de Jesus	23,12	Engfoto	60.378	66.245	73.312
Senhor do Bonfim	17	Aeroimagem	54.875	51.343	55.293
Serrinha	16,04	Base	43.041	41.587	44.166
Simões Filho	56,64	Base	50.270	76.905	97.624
Teixeira de Freitas	48,6	Engfoto	81.145	98.688	110.084
Valença	16,75	Aeroimagem	50.083	55.884	60.241
Vitória da Conquista	145,22	Aeroimagem	204.295	225.545	² 308.204

Notas:

(1) Município criado em abr/2001. Para o ano de 2000, população calculada pelo IBGE.

(2) População total para 2007. Estes municípios não fizeram parte da Contagem de População, e sua população para o ano de 2007, foi estimada pelo IBGE.

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do IBGE (2001), idem (2003) e idem (2007).

ção pública. Ambos os questionários possuíam em sua primeira página, uma breve descrição da pesquisa e uma apresentação do autor, que serviu para familiarizar o entendimento da pesquisa por parte dos respondentes. Foram elaborados dois tipos de questionários, segundo Castro (2009):

- Questionário piloto, com apenas quatro perguntas, aplicado em quatro prefeituras, que serviu para avaliar a receptividade da pesquisa e sua aplicabilidade, validação da técnica, e identificação dos dados preliminares e confirmação da melhor forma de abordagem para obtenção dos dados;
- Questionário ampliado, com 18 perguntas e

espaço para comentários adicionais, aplicado em todos os 31 municípios envolvidos, cujos dados serviram para compor o quadro de análise que será mostrado mais adiante.

Para identificar os respondentes dos questionários foi necessária a consulta da página na internet das prefeituras, quando disponível, para identificação de sua estrutura organizacional, possíveis secretarias e pessoas responsáveis que poderiam prestar as informações necessárias, o que nem sempre se constituiu numa tarefa exitosa. Com a identificação preliminar dos possíveis respondentes, o passo seguinte foi o encaminhamento da pesquisa. Em virtude da quantidade de municípios e da distribui-

Quadro 02 – Composição do Cálculo do GEOÍNDICE

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO	PESO (%)	QUESTÃO	PESO (%)
AMPLITUDE/ INTEGRAÇÃO SETORIAL LOCAL	Identificar o maior número de órgãos/setores dentro da prefeitura envolvidos com as ações de geoprocessamento, e que utilizaram a base cartográfica que foi cedida pelo projeto	25	Q4	15
			Q13	25
			Q14	35
			Q18	25
RECURSOS HUMANOS	Identificar o quadro de pessoal capacitado, a quantidade de servidores aptos a trabalhar com a "base", se houve a contratação de empresas terceirizadas para a prestação de serviços na área, ou utilização de mão-de-obra própria, bem como a realização de cursos de treinamento específicos (extensão ou pós-graduação)	15	Q2	25
			Q6	25
			Q7	25
			Q16	25
RECURSOS TECNOLÓGICOS	Identificar se o município adquiriu novos equipamentos de informática (hardware), como computadores, plotters, específicos para os setores onde as bases estão alocadas, receptor de sinal dos sistemas globais de navegação por satélite (GNSS), tipo GPS ou GLONASS, e ainda aquisição de licenças de aplicativos de geoprocessamento	15	Qn1*	40
			Q17	60
ALIMENTAÇÃO	Identificar se a prefeitura adquiriu novas bases cartográficas posteriores aquelas que foram elaboradas pelo Projeto, seja via levantamentos aerofotogramétricos ou imagens de satélite; ou ainda a atualização da base original recebida, com inserção de novas informações (níveis cartográficos)	10	Qn2*	60
			Q12	40
INSTITUCIONAL	Identificar se houve a criação de setores específicos nas administrações municipais para coordenar as ações na área de geoprocessamento, bem como na inexistência deste, o setor responsável pela gestão das bases encontra-se no âmbito de qual secretaria (Fazenda/Finanças, Obras/Infra-Estrutura ou Planejamento)	25	Q1	20
			Q3	40
			Q15	40
ARTICULAÇÃO	Identificar se houve a assinatura de acordos de cooperação técnica, convênios ou similares com outros entes da federação, com o Estado e a União, bem como consórcios intermunicipais	10	Q8	40
			Q9	20
			Q10	40

Fonte: Castro (2009).
Observações: Qn1 e Qn2 – são itens que não estavam no questionário, mas foram obtidos quando da realização da pesquisa e, se referem a existência de receptor de posicionamento por satélite, e de realização de alguma atualização da base e inserção de novas camadas, respectivamente.

ção geográfica dos mesmos no estado da Bahia, foi adotado inicialmente o envio dos questionários via correio eletrônico (e-mail) aos respondentes. Com o passar dos dias, esta forma se mostrou pouco eficaz, pois uma pequena quantidade de questionários foi respondida via mensagens eletrônicas, apesar da quantidade de mensagens eletrônicas enviadas, e, para evitar que não ficasse município algum sem ser estudado, ficou decidido também que o questionário seria aplicado por telefone e/ou fax, durante o ano de 2008, segundo Castro (2009).

4. A construção do Geoíndice

De posse destas informações, os dados resultantes da pesquisa de campo foram tabulados e

tratados estatisticamente, com utilização de gráficos e tabelas para melhor ilustrar o trabalho (CASTRO, 2009). De forma complementar, foram ainda analisados documentos e relatórios institucionais referentes aos programas governamentais existentes na área, visando sistematizar as ações desenvolvidas, em relação à produção de cartografia digital, capacitação, acompanhamento e fiscalização dos trabalhos por parte das esferas federal, estadual e equipes das Prefeituras.

A partir dos dados apresentados, surgiu então a necessidade de algo que materializasse os resultados da pesquisa, permitindo quantificar e traduzir melhor todas as informações que foram coletadas através dos questionários. Para melhor compreensão dos resultados, foram analisados (conforme o quadro 02) as seguintes variáveis: ampli-

tude/integração setorial; recursos humanos; recursos tecnológicos; alimentação; institucional e articulação. As perguntas do questionário foram agrupadas segundo estes grupos de variáveis, onde cada questão possuía um peso dentro da variável, e cada variável com seu peso no cômputo geral.

A atribuição dos pesos encontra-se diretamente vinculada com os objetivos da pesquisa realizada por Castro (2009), pois, como pode ser percebido pela leitura da tabela anterior, os itens que receberam a maior pontuação foram as variáveis 1 e 5, respectivamente amplitude/integração setorial local e institucional, que denotam, a princípio, interesse e os investimentos realizados pelo município a partir do recebimento da base.

Depois dessa definição, foi atribuído o valor 1,0 para as respostas positivas, 0,5 ou 0,25 quando a mesma foi atendida em parte, e quando a resposta não foi satisfatória, ou negada, o valor atribuído foi 0,00. Para melhor exemplificar esta atribuição de pesos, observar o padrão adotado para a pergunta 17: Qual o software de geoprocessamento utilizado na prefeitura?

As possíveis repostas e os respectivos pesos foram as seguintes: 1,0 para ArcGis e SPRING; 0,5 para Mapinfo; 0,25 para Autocad e 0,00 quando não utilizavam nenhum software, ou a base não vinha sendo utilizada de forma sistemática. Aplicando esta metodologia aos dados do questionário e as demais informações colhidas nas entrevistas, foi possível transformar em valores as respostas da pesquisa, permitindo elaborar a tabela 3, que acaba funcionando como um ranking do GEOÍNDICE.

Este resultado só vem reforçar as observações obtidas pelo autor durante a realização da pesquisa, onde foram verificados os avanços obtidos ao longo destes anos por Valença, Vitória da Conquista e Bom Jesus da Lapa, sobremaneira por ainda contarem com funcionários que participaram da capacitação após a entrega da versão inicial das bases, e que passaram por aprimoramento contínuo, e também por estarem utilizando ainda softwares como o Spring e Mapinfo.

O destaque obtido pelo município de Valença na pesquisa deve-se a muitos fatores, e, principalmente, por possuir em sua estrutura, desde 2005, um Núcleo de Geoprocessamento, vinculado hoje a Secretaria de Finanças. Outro dado importante, segundo

Castro (2009) foi a assinatura de acordos e convênios com outras instituições, bem como a quantidade de trabalhos realizados com outros órgãos da estrutura da prefeitura, a saber: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE; Secretarias como Infra-Estrutura; Turismo; Agricultura; Educação, Desenvolvimento Social e Esportes e Saúde. Ainda segundo o Núcleo, a tecnologia tem auxiliado o município de forma ímpar, pois, no último censo evitou que 8.500 pessoas fossem recenseadas para outros municípios limítrofes, bem como no questionamento judicial com a Agência Nacional do Petróleo - ANP e PETROBRAS (referentes a exploração de gás na plataforma marítima) no tocante a distribuição dos royalties, argumentações que seriam impossíveis de serem formuladas sem a utilização da base cartográfica municipal e reconhecimento dos limites municipais de forma precisa.

Tabela 3 – Ranking final do GEOÍNDICE

MUNICÍPIO	INDICADOR FINAL
Valença	80,375
Vitória da Conquista	73
Bom Jesus da Lapa	64,375
Cruz das Almas	54,25
Juazeiro	52,625
Candeias	47,625
Feira de Santana	47,375
Brumado	47,375
Barreiras	44
Santa Cruz Cabralia	42,75
Catu	41,625
Eunápolis	41,125
Senhor do Bonfim	39,375
Guanambi	39,25
Itaberaba	39
Porto Seguro	34,125
Serrinha	33
Itabuna	33
Jequié	32,75
Itapetinga	31
Ilhéus	31
Alagoinhas	31
Santo Amaro	29
Simões Filho	27,875
Teixeira de Freitas	27,125
Santo Antonio de Jesus	27
Irecê	27
Luis Eduardo Magalhães	23,25
Ipiáú	21,375
Jacobina	20,875
Itamaraju	14,5

Fonte: Castro (2009).

Já no caso de Bom Jesus da Lapa, é interessante citar que o município não possui ainda um setor específico de geoprocessamento, com esta ou outra denominação similar, entretanto, pelo alcance dos trabalhos realizados pelo Setor de Tributos, vinculado a Secretaria de Finanças, por possuir ainda em seu quadro profissional um dos funcionários que participou do treinamento realizado pelo PRODUR no período de 2001 e 2002, é considerado no âmbito da prefeitura como o responsável pelo geoprocessamento, tendo atuado nas seguintes áreas: cadastro imobiliário, cadastro das atividades econômicas, delimitação dos bairros da zona urbana, produção de indicadores, e nas áreas de educação e saúde, nas obras públicas, identificação dos logradouros, com relação a infra-estrutura de serviços públicos disponíveis, como por exemplo drenagem, abastecimento de água, pavimentação, esgoto e iluminação pública, entre outras. Já outros municípios se destacaram "negativamente" pelo extravio das bases cartográficas, em formato digital, existindo apenas os mapas impressos, que, quando necessário para alguma atividade, eram "scaneados".

5. Considerações Finais

Na segunda metade do século XX o mundo se deparou com o surgimento e disseminação dos computadores e demais recursos informacionais. As organizações públicas e privadas incorporaram a informática, permitindo a montagem de sistemas de informações capazes de gerenciar e arquivar uma grande quantidade de informações, para aplicações específicas no âmbito das organizações. A utilização sistemática da informática contribuiu para a dinamização das atividades das organizações, possibilitando maior interação com a sociedade. As tecnologias da informação e comunicação estão em todos os cantos do mundo, ainda que desigualmente distribuídas e concentradas nas mãos de poucas instituições.

Neste contexto, a necessidade de transformar o conteúdo descritivo de um dado em mapas, de relacionar banco de dados com aplicações espaciais, ensejou o surgimento do geoprocessamento e tecnologias a ele relacionadas. Elas emergem da potencialidade de integrar grande quantidade de informação sobre o território e proporcionar um repertório poderoso de ferramentas analíticas,

para fortalecer e dinamizar a compreensão da realidade urbana e a aplicação de eficientes instrumentos de gestão territorial. No caso das administrações municipais, a necessidade de realizar a gestão do território, operacionalizar os dados sobre a ocupação e uso do solo urbano, de monitorar o ambiente, fomentou a necessidade da utilização e surgimento de tecnologias específicas.

A iniciativa de se promover a elaboração da base cartográfica digital de 31 áreas urbanas do estado da Bahia deve ser ressaltada pela sua magnitude, investimento realizado e importância para as prefeituras. Entretanto, pela pesquisa realizada nestes municípios, verifica-se ausência clara de uma cultura de utilização do geoprocessamento nas prefeituras, notadamente de pequeno porte, bem como falta de pessoal capacitado para lidar com esta ferramenta, o que contribuiu para reforçar a hipótese delineada para o trabalho. Outro fator aqui estudado que muito comprometeu para o pleno andamento dos projetos é a descontinuidade administrativa decorrente de processo eleitoral a cada quatro anos nos municípios, pois foi verificada em muitos casos a mudança de direcionamento dos projetos a cada nova gestão.

Por fim, deve ser ressaltada importância destes programas governamentais específicos, merecendo ainda aprofundamento na discussão sobre as dificuldades encontradas pelos órgãos gestores no cumprimento daqueles objetivos delineados, que não foram objetos de uma análise mais pormenorizada neste trabalho. A leitura permite inferir que a inexistência de um corpo técnico qualificado e engajado, bem como a ausência de uma cultura de geotecnologias, são as maiores causas de insucesso nos projetos que envolvem a implantação do geoprocessamento em municípios do interior.

Referências

- ACSELRAD, H. *Vigiar e unir: a agenda hegemônica da pobreza urbana*. 2001. Disponível em <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/imagens/doc/henri.doc>>. Acesso em 03/11/2003.
- BAHIA. *Convênio que entre si celebram o Estado da Bahia, através da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional*

– CAR e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, na forma abaixo. Salvador, 04/dez/2000.

CARNEIRO, R.; BRASIL, F. de P. D. Descentralização e gestão local: uma análise do desenho e implementação do Programa SOMMA em municípios mineiros. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 31, 2007. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 1 CD-ROM.

CASTRO, C. M. S. Cadastro técnico georreferenciado do Município de Feira de Santana – Bahia: relato de experiência. In: SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS E TECNOLOGIAS DA GEOINFORMAÇÃO, 1, 2004. Recife. Recife: UFPE, 2004. 1 CD-ROM.

_____. O geoprocessamento como ferramenta de gestão do território: Estudo de caso do Programa Bases Cartográficas Municipais, Bahia. Universidade do Estado da Bahia/UNEB, 2004. (Monografia de conclusão de Curso de Especialização em Gestão Governamental. Orientadora: Miriam Nohemy Medina Velasco).

_____. *Análise da utilização do geoprocessamento na administração municipal: alcances e limitações dos programas governamentais de disseminação das geotecnologias* (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental Urbana): Universidade Federal da Bahia/UFBA, 2009.

CEARÁ. AGÊNCIA CEARÁ DE NOTÍCIAS. PROURB investe na estruturação urbana de 44 municípios. Jan/2003 Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?nCodigoNoticia=8063>. Acesso em 19/8/2004.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL CAR. *Programa de Administração Municipal e de Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana - PRODUR: manual operacional – I orientação aos municípios*. Salvador, maio, 1997.

_____. PRODUR Cidades em Revista. Salvador, 2002.

_____. *Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana – PRODUR: relatório final*. Salvador, 2004.

COMPANS, Rose. A estratégia de desenvolvi-

mento local do Banco Mundial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O PODER LOCAL, 8, 1999. Salvador. Salvador: UFBA, 1999. 1 CD-ROM.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO FJP. *Experiências de políticas públicas municipais*. Belo Horizonte, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Perfil dos municípios brasileiros gestão pública 2001: pesquisa de informações básicas municipais*. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *Metodologia das estimativas das populações de 128 municípios e Distrito Federal para 2007*. Rio de Janeiro, 2007.

LEÃO, Igor Z. C. C. PRAM E PEDU: A Política urbana no Paraná entre 1983 e 1994. Curitiba, 1997. Disponível em <<http://economia.ufpr.br/publica/textos/1997/rxt2697%20Igor%20Pram.doc>>. Acesso em 22/12/2007.

MEDINA, M. et. al. Casos e acasos de uma nova dinâmica na gestão urbana. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O PODER LOCAL, 8, 1999. Salvador. Salvador: UFBA, 1999. 1 CD-ROM.

MELO, Marcus André. Políticas públicas urbanas para a nova década: uma agenda de discussões. IN: CASTRO, Ana Célia (org.). *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002; (p. 337-369). Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_debate/3-DesenvUrbano.pdf>. Acesso em 03/11/2003.

MUNICÍPIOS baianos têm tecnologia privilegiada. PRODUR Cidades em Revista. Salvador, 2002. p. 28-29.

PARANÁ. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO SEDU. *Política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná ações imediatas*. Curitiba: 2003. SEDU/ PARANACIDADE. Disponível em <www.paranacidade.org.br>. Acesso em 01/07/2008.

PREFEITOS de 30 municípios recebem mapa cartográfico. A TARDE. Caderno Municípios, 09/03/1999.

RIBEIRO FILHO, G. B. O Banco Mundial e as cidades: construindo instituições na periferia – o caso do PRODUR, Bahia. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. Tese (Curso de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional).

SMOLKA, M. O. Velhas novidades na agenda do Banco Mundial para a política urbana nos anos 1990. In: GONÇALVES, Maria Flora. **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 307-323.

VALENÇA. PREFEITURA MUNICIPAL. **Lei Municipal 1.796, de 15 de junho de 2005**. 2005. Disponível em <http://www.cmvalenca.ba.gov.br/>. Acesso em 05/09/2008.

WERNER, E. As políticas urbanas das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 39, 1996.

A Dinâmica da Cobertura Vegetal de Salvador- Ba (1995 a 2007): entre o fetiche e a degradação

Leonardo Dias Afonso¹
André Nunes de Sousa²
Soraia Santos Monteiro³

Resumo

O presente artigo tem o objetivo de analisar a dinâmica da cobertura vegetal do município de Salvador, por meio de imagens de satélite LANDSAT, dos anos de 1995 e 2007 nas bacias hidrográficas urbanas. Tenta-se aqui demonstrar como o município de Salvador perdeu cobertura vegetal num período em que a natureza é vendida em praticamente todo projeto de intervenção urbana. A partir de informações extraídas das imagens conclui-se que a elaboração dos dados apresentados deve ser pensada como metodologia possível nos estudos sobre a dinâmica das feições geográficas.

Palavras-chave: Cobertura Vegetal. Natureza. Novas Tecnologias. Processamento Digital de Imagem.



Abstract

This article aims to analyze the dynamics of the vegetation in the city of Salvador, BA, Brazil, by means of LANDSAT satellite for the years 1995 to 2007 in urban basis. This article tries to demonstrate how the city of Salvador lost vegetation cover at a time that nature is sold in every project of urban intervention. Through the information extracted by the image, we can conclude that the elaboration of the presented data must be reflected as a possible methodology in studies about the dynamics of geographic features.

Key words: Land Cover. Nature. New Technologies. Digital Image Processing.

¹ Geógrafo, Mestrando em Geografia e membro do grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação pela UFBA, técnico da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. leonardodiasafonso@uol.com.br

² Geógrafo, Mestre em Geografia e Membro do grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação pela UFBA, técnico da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. andre@uol.com.br

³ Geógrafa e membro do grupo de pesquisa MARENA pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e analista ambiental do Instituto de Gestão das Águas e do Clima / CEPRO. sorimonteiro@uol.com.br

Introdução

Aquele que se ocupa dos modos pelos quais se dá a produção das cidades na atualidade se depara com uma questão relevante tratada sobre diversos níveis de análise e investida de ideologias as mais diversas: a questão ambiental.

As questões relativas à chamada “esfera ambiental”, mais do que nunca, participam da construção do imaginário social. São discursos e representações engenhosamente articulados por diferentes agentes sociais munidos igualmente de diferentes intencionalidades.

A análise crítica do fenômeno ambiental e da sua degradação, aqui entendida antes como crise social, nos mostra que na base do modo de produção capitalista a escassez surge como alicerce de tudo que se pretende mercadoria. Em outras palavras, não se produz mercadoria e não se lucra com o que é banal.

E o que vira mercadoria com a degradação ambiental? Tudo. A paisagem, a vista para o “verde” ou para o mar, o contato, cada vez mais raro, com a fauna e a flora, possível tão somente em resquícios de um enclave qualquer (parques temáticos, condomínios fechados, etc.). Conquanto, trata-se de uma crise complexa.

Se pensarmos na cidade do Salvador, nas condições históricas sobre as quais foi formada, bem como na disposição espacial extremamente concentrada da rede de serviços (SILVA, 2009)⁴ comparada com os demais municípios que compõem sua região metropolitana, teremos claros indícios das principais causas da falta de áreas verdes livres na capital baiana.

O desenvolvimento da cidade marcado, como de regra no Brasil, pela presença de uma elite que fundamentou sua riqueza na posse e concentração de terras, somado ao processo de urbanização que incidiu sobre o Brasil de modo in-

tenso na segunda metade do séc. XX, e que atraiu para a capital baiana um contingente populacional extraordinário vindo do campo e sequioso por serviços, ao passo que negara a esses migrantes a possibilidade de ocupar terrenos mais propícios à moradia⁵, impulsionou essa população, como se sabe, a ocupar os “interstícios” da cidade, notadamente baixadas flúvio-marinhas, áreas de mangue e de nascentes de rios, vertentes de angulação acentuada, etc.

A essa “ocupação desordenada”, que preferimos chamar de ordem do possível, seguindo o professor Milton Santos, soma-se uma especulação avassaladora empreendida por grandes agentes imobiliários que utilizam o “discurso do verde” para venderem seus empreendimentos com *slogans* de paraíso natural e vida bucólica, tratando a natureza como mera representação em seus projetos paisagísticos dissociando-a da experiência, do uso e da apropriação. Resultado: espaços são construídos não para serem usados, mas para serem vistos; os elementos, ornamentados em composições estéticas que definem o que é “mato” e o que é “natureza”.

A proposta desse trabalho é, pois, através de dados produzidos pelos autores com o auxílio de técnicas de processamento digital de imagens de satélite, contribuir para o desmanche de consensos pouco cautelosos sobre a natureza. Mais precisamente, mostraremos como Salvador reduziu suas áreas verdes num período em que a natureza, mais do que nunca, ganha relevância e *status* de prioridade em intervenções espaciais implementadas pelos poderes públicos e iniciativa privada.

1. O Fetiche da Natureza

Elaboradas críticas sobre o fetiche da natureza – para falarmos nos termos do filósofo Henri Lefebvre (2008), tem permeado trabalhos desenvolvidos por diversos autores da Geografia brasileira (HENRIQUE, 2005; SERPA, 2007; etc.) bem como a obra de clássicos das ciências humanas (BAUDRILARD, 1972; LEFEBVRE, 2008; SANTOS, 1996; etc.).

Em meados da década de 1970 Lefebvre (2008) já denunciava o fetiche da natureza:

[...] os signos da natureza e do natural se multiplicam, substituindo e suplantando a

“natureza” real. Tais signos são produzidos e vendidos em massa. Uma árvore, uma flor, um ramo, um perfume, uma palavra tornam-se signos da ausência: ilusória e fictícia presença. Ao mesmo tempo, a naturalização ideológica obceca. Na publicidade, a dos produtos alimentares ou têxteis, como a da moradia ou das férias, a referência da natureza é constante [...]. Quanto aos “espaços verdes”, última palavra das boas intenções e das deploráveis representações urbanísticas, o que pensar senão que constituem um substituto medíocre da natureza, um degradado simulacro do espaço livre, aquele dos encontros e dos jogos, dos parques, dos jardins, das praças?

E a professora Ana Fani (1994) corrobora dizendo: “O discurso ecológico apresenta uma concepção idealizada da natureza contraposta à cidade, inventando o anti-urbano”.

Cria-se mais uma contradição: a vida urbana repulsa ao passo que atrai. A cidade – magnífica obra do final do Neolítico, lugar do encontro, das diferenças, da festa, dos conflitos, passa a ser negada por tal ideologia. Mas ficam algumas perguntas: é a cidade ou os modos como a estamos vivendo/negando o que tanto repulsa? O uso e a apropriação de áreas verdes livres não diminuiriam essa necessidade de consumir às favas as representações da natureza? Continuaremos reproduzindo um modelo de natureza que serve apenas para ser visto? Continuaremos tratando o homem como fator antrópico sem fazer as devidas distinções entre as diferentes classes sociais e seu poder em degradar o meio físico? E por fim, resumindo de modo simbólico, continuaremos não pisando na grama?

Como fora exposto em parágrafos anteriores, essas são questões trabalhadas de modo bastante claro por diversos autores da Geografia e demais ciências humanas, o que dispensa maior prolongamento de tal discussão. Logo, não é de balde afirmar que estamos diante de um paradoxo: a cidade perde áreas verdes livres ao mesmo tempo em que supervaloriza as questões ambientais.

Nosso trabalho, nos tópicos que se seguem, será o de demonstrar essa perda de áreas verdes livres a partir de instrumentais técnico-metodológicos amplamente utilizados nos estudos geográficos.

Utilizaremos a técnica conhecida como processamento digital de imagens – PDI, que consiste num aprimoramento das clássicas metodologias de interpretação de fotografias aéreas, ou fotointerpretação.

Esperamos com isso contribuir para uma leitura crítica do fenômeno ambiental, bem como demonstrar as possibilidades oferecidas por esse instrumental na elaboração de políticas sérias para as áreas verdes livres de nossas cidades.

Por fim, cabe lembrar, Salvador situa-se na região de ocorrência da Floresta Ombrófila Densa, Formações Pioneiras, com Influência Marinha (restinga). Os remanescentes de Mata Atlântica no Nordeste brasileiro estão usualmente fragmentados em pequenas manchas de matas cercadas por extensas plantações de cana-de-açúcar ou áreas urbanas (PEREIRA; ALVES, 2006). Originalmente em Salvador era predominante o ecossistema de Mata Atlântica e seus sistemas associados, tais como restinga e manguezal. Porém, na atualidade, encontram-se presentes como fragmentos na parte continental do município ou como extensas unidades relativamente bem preservadas na parte insular.

2. Método para Geração dos Dados

Para a geração dos dados foram selecionadas duas imagens do satélite norte-americano LANDSAT (*Land Remote Sensing Satellite*) disponível no endereço eletrônico do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), em seu catálogo de imagens. A primeira datada de 1995 e a segunda imagem do ano de 2007, ambas com resolução espacial de 30 metros, o que significa que essa é a menor distância em que seus sensores podem distinguir diferentes objetos/feições geográficas.

Após a aquisição das imagens realizamos através do *software* ENVI 4.5 a composição de bandas, gerando uma única imagem. Para a confecção da composição associamos as bandas do satélite às cores: vermelho, verde e azul (*Red* (R), *Green* (G) e *blue* (B)).

Trabalhando com as bandas 1, 2 e 4, realizamos a composição 4R, 2G e 1B, gerando a imagem conhecida como “falsa-cor” (figuras 1 e 2) que destaca a vegetação por utilizar na sua composição a banda referente ao infra-vermelho próximo (banda 4) – banda do espectro eletromagnético que mais destaca áreas vegetadas. A vegetação apresenta-se então de forma avermelhada nas duas imagens geradas.

⁴ A geógrafa Maina Pirajá Silva desenvolveu um trabalho para a obtenção do título de bacharel em Geografia no qual demonstra como os serviços estão excessivamente concentrados em Salvador quando comparados com outros municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador bem como as Regiões Metropolitanas do Recife e de Fortaleza.

⁵ A professora Arlete Moysés Rodrigues demonstra no livro intitulado *Moradia nas Cidades Brasileiras* como foram articuladas políticas de restrição ao acesso à terra ao passo que se libertava do trabalho escravo milhões de homens, mulheres e crianças sem lhes assegurar a posse da mesma. Com a “explosão” urbana esse contingente populacional migra para as cidades e ocupa áreas pouco propícias à habitação.

Figura 1 – Carta-imagem “falsa-cor”, 1995

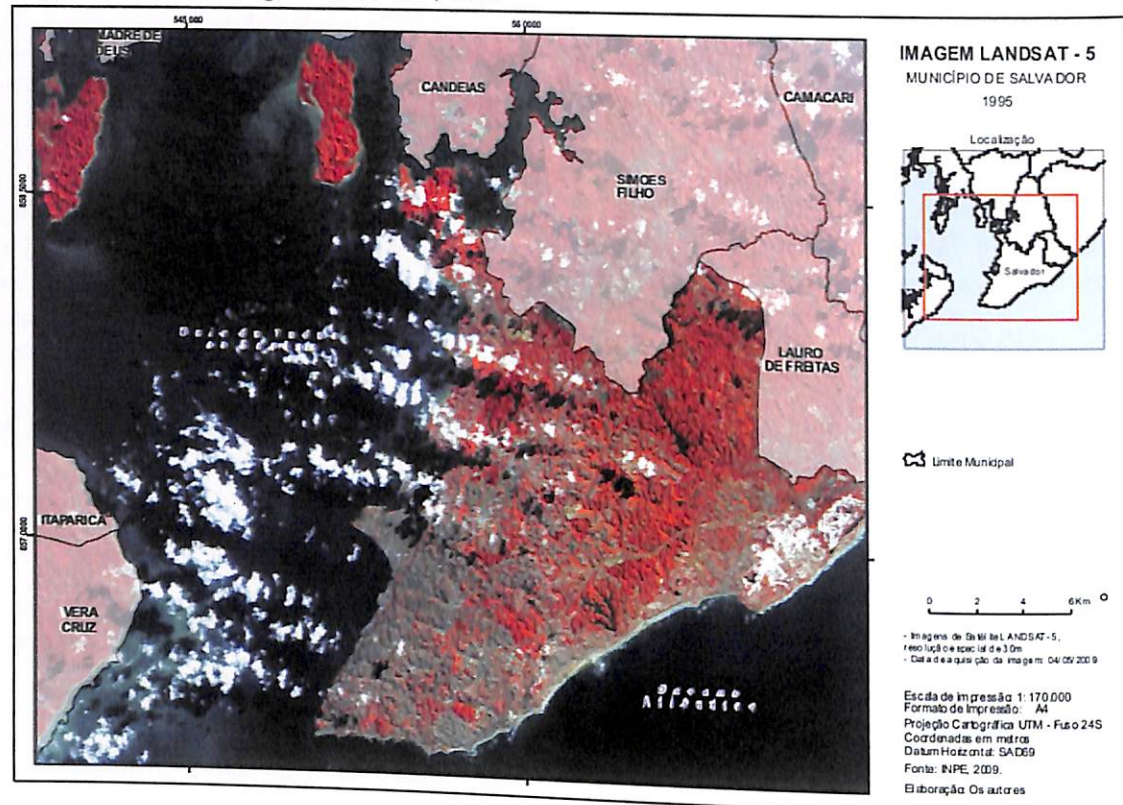
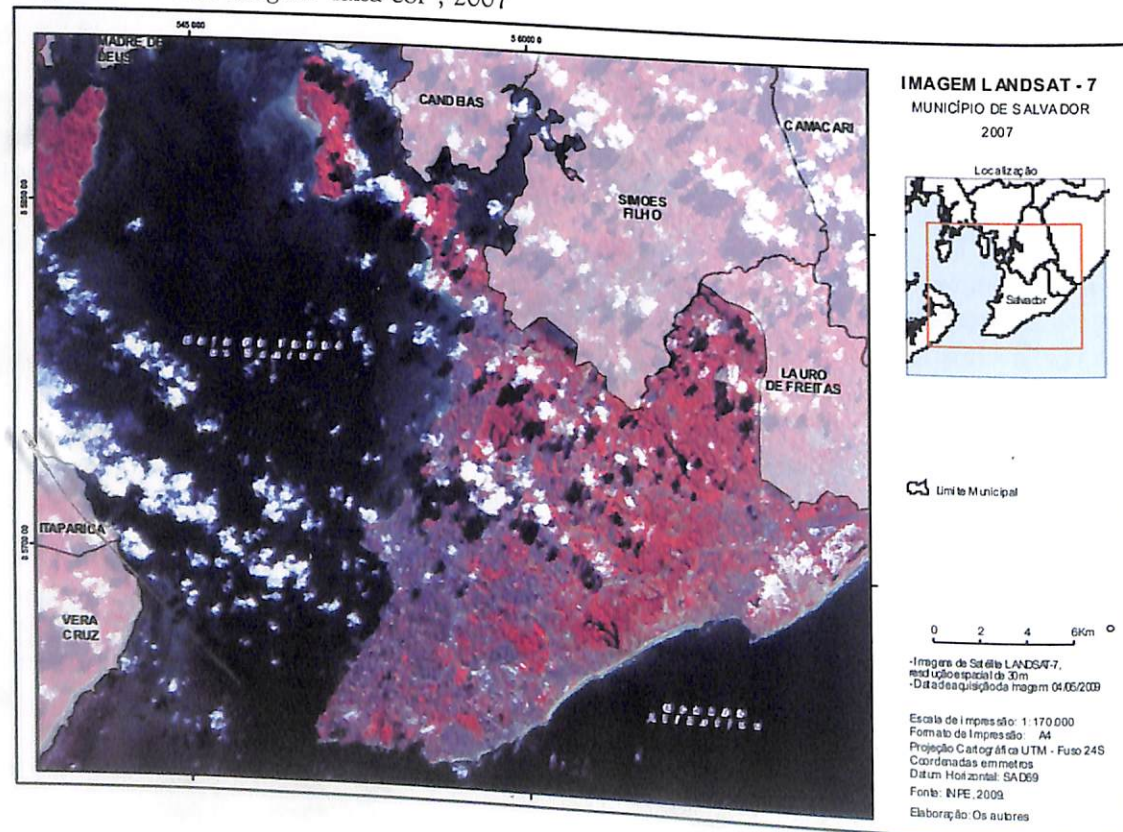


Figura 2 – Carta-imagem “falsa-cor”, 2007



Posteriormente, procedemos com o georreferenciamento de ambas as imagens, por meio do *software* Erdas Imagine 9.1, pelo modelo polinomial de primeiro grau adotando-se a projeção UTM SAD-69 (fuso 24). O georreferenciamento das imagens cedidas pelo INPE foi necessário uma vez que essas são disponibilizadas de modo pré-processado exigindo correções mais apuradas. Para tal atividade foi utilizada a base de dados vetorial SICAR do ano de 1992 da CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia).

Essas imagens foram recortadas com objetivo de cobrir somente o município de Salvador e posteriormente foi realizada a classificação supervisionada pelo Método da Máxima Verossimilhança (MAX-VER). Esse método consiste em “educar” o computador para que identifique *pixels* (menor estrutura da imagem) com a mesma tonalidade de cor expressas por números digitais.

A escolha desse método mostrou-se bastante eficiente, pois se baseia na escolha de áreas que se mostram representativas de determinadas feições conhecidas, das feições as quais o computador foi “educado” a reconhecer (FITZ, 2008). Para as duas imagens foram adotadas cinco classes temáticas, a saber: Cobertura Vegetal, Área Edificada, Corpos Hídricos, Nuvem e Sombra de Nuvem.

As imagens foram convertidas da classe representativa *raster* para a classe representativa *vetorial* através do *software* ArcGIS 9.3 e a partir da classificação dessas imagens foram gerados mapas temáticos dos anos de 1995 e 2007 da cidade do Salvador. A conversão da classe representativa *raster* para a *vetorial* foi realizada a fim de otimizar o processamento para os cálculos de área além de facilitar o vínculo com atributos alfanuméricos para a montagem, manipulação e visualização do banco de dados criado.

4. Resultados

Para melhor sistematizar os dados preferimos analisar a cobertura vegetal no município de Salvador por bacias hidrográficas, a partir das imagens dos satélites LANDSAT-5 e LANDSAT-7 dos anos de 1995 e 2007, respectivamente.

O município de Salvador possui uma área de aproximadamente 309Km², divididos em 21 bacias hidrográficas urbanas de acordo com o Projeto de Qualidade das Águas do qual fazem parte diversas instituições, dentre elas a Prefeitura Municipal do Salvador.

Na bibliografia existente há uma grande diversidade de conceitos que muitas vezes são empregados como sinônimo erroneamente. Assim, conceitos como espaço livre, cobertura vegetal, áreas destinadas à conservação da natureza são identificados como área verde. Para evitar tais confusões adotamos o conceito de cobertura vegetal estabelecido por Cavalheiro et al (1999) por ser mais abrangente e flexível. Segundo este autor cobertura vegetal é a projeção do verde em cartas planimétricas, considerando os espaços livres, os espaços construídos e os espaços de integração além das Unidades de Conservação e da zona rural.

A figura 3 apresenta o limite do município de Salvador e das suas bacias hidrográficas. Entre as Bacias Hidrográficas a que possui maior área é a de Ipitanga que contém 19,52% do município, seguida da Bacia do Jaguaripe com 12,91% e da Camarajipe com 11,62%. A de menor área é a Bacia Ilha de Bom Jesus dos Passos com 0,21%, localizada na porção insular da capital baiana, seguida da Vitória/ Contorno com 0,32% e da bacia do Comércio com 0,56% do total.

Figura 3 – Bacias Hidrográficas

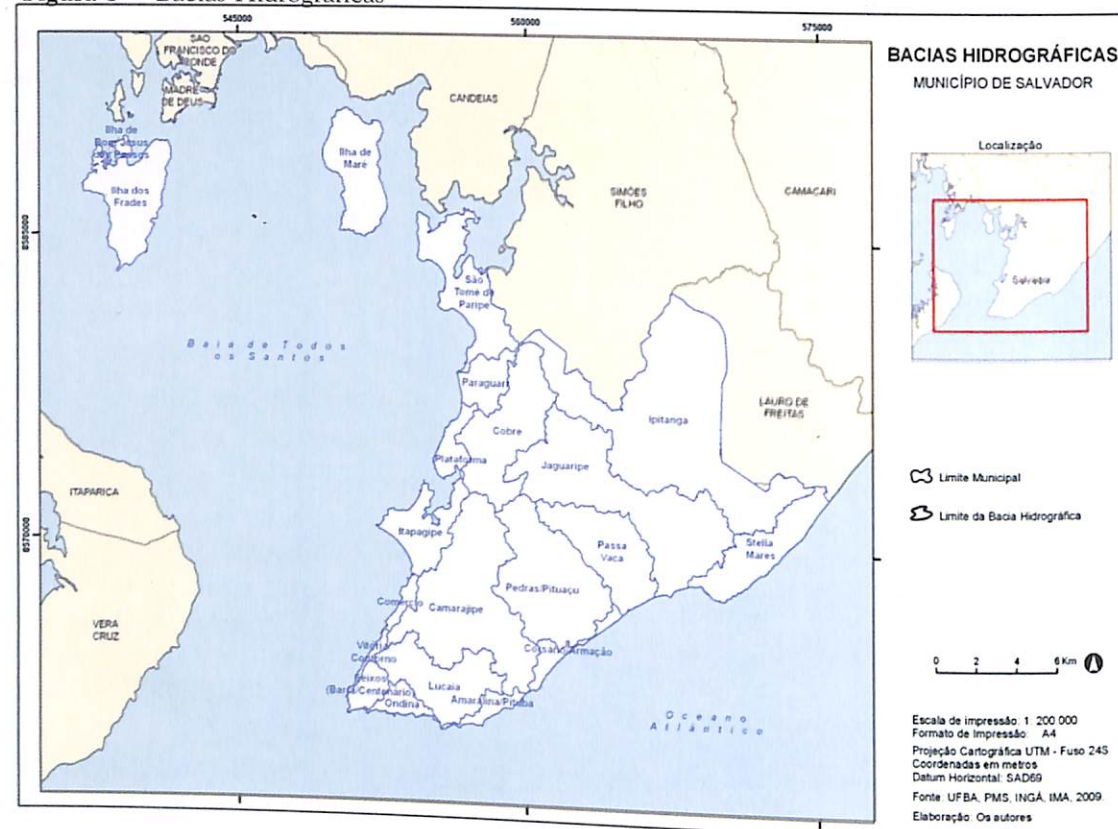


Tabela 1 – Área das Bacias Hidrográficas de Salvador

BACIAS	ÁREA (HA)	ÁREA (%)
Amaralina/Pituba	261,61	0,85
Seixos (Barra/Centenário)	320,98	1,04
Camarajipe	3.587,60	11,62
Cobre	2.064,75	6,69
Comércio	173,50	0,56
Corsário/Armação	323,31	1,05
Ilha de Bom Jesus dos Passos	65,88	0,21
Ilha de Maré	1.379,45	4,47
Ilha dos Frades	1.566,72	5,07
Ipitanga	6.027,97	19,52
Itapagipe	997,95	3,23
Jaguaripe	3.957,53	12,81
Lucaia	1.474,47	4,77
Ondina	307,61	1,00
Paraguarí	583,67	1,89
Passa Vaca	1.690,43	5,47
Pedras/Pituaçu	2.705,34	8,76
Plataforma	396,09	1,28
São Tomé de Paripe	1.580,87	5,12
Stella Mares	1.318,86	4,27
Vitória/Contorno	100,07	0,32
TOTAL	3.0884,67	100,00

Elaboração: Os autores, 2009.

Cabe uma ressalva para o recorte temporal escolhido, para a escala temporal correspondente à análise comparativa dos anos de 1995 e 2007: essa escolha deve-se principalmente ao fato de ser um intervalo de tempo satisfatório para este tipo de análise sobre uma metrópole e sobre a escala espacial em que a resolução da imagem nos permite trabalhar, bem como a disponibilidade de imagens de satélite por parte do INPE, que possuíam menor nebulosidade. O gráfico 1 apresenta os valores comparativos da distribuição por classes temáticas no município de Salvador.

Através do gráfico 1 verificamos significativa diminuição da classe cobertura vegetal. Em 1995 essa classe ocupava 43,76% do município, ou seja, 1.3511,95Ha. Já em 2007 passou a ocupar 33,60% do território municipal, ou seja, 1.0375,12Ha. Ao passo que a área edificada do município saltou de 47,04% (1.4524,91Ha), em 1995, para 51,26% (1.5827,84Ha) em 2007.

A população de Salvador em 2007 representava 20,54% da população total do estado da Bahia. No período de estudo sua população passou de 2.262.731 em 1995 para 2.892.625 em 2007, segundo estimativas do IBGE. Esse fato é um dos indicadores do crescimento urbano em Salvador.

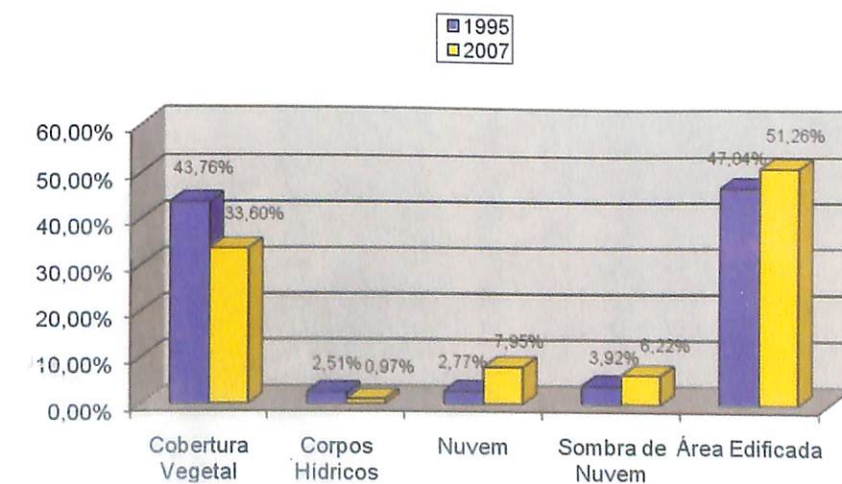
Por meio da Tabela 2 é possível demonstrar que a cobertura vegetal, que já era concentrada em 1995, manteve esse padrão em 2007. As cinco bacias hidrográficas com maior área de cobertu-

ra vegetal (Ipitanga, Jaguaripe, Pedras/Pituaçu, Ilhas dos Frades e Passa Vaca) permaneceram as mesmas. A única alteração nas cinco primeiras posições foi entre as Bacias de Pedras/Pituaçu e Ilhas dos Frades, já que em 1995 a primeira bacia possuía uma área de cobertura vegetal maior do que a segunda. A Bacia de Ipitanga manteve-se na primeira colocação, constituindo a bacia que possui a maior cobertura vegetal em Salvador. Destaca-se também um pequeno aumento na soma dos percentuais de cobertura vegetal das cinco bacias citadas, que correspondem a 64,87% do território municipal. Em 1995 somavam 71,23% e em 2007 somavam 71,93%, o que atesta a continuidade do quadro anterior.

Em contrapartida, as bacias com menor cobertura vegetal, em ordem crescente, são as bacias: Vitória/ Contorno (4,13Ha), Amaralina/Pituba (9,70Ha) e Comércio (9,73Ha). Em 2007 continuaram a ter menor participação em relação à cobertura vegetal, sendo que a Bacia do Comércio perdeu uma posição para a Bacia Amaralina/Pituba que contou com um aumento da área de cobertura vegetal, passando de 9,70Ha, em 1995, para 11,16Ha em 2007. Dessa forma fica evidenciado que as bacias com maior e menor quantidade de cobertura vegetal permaneceram fundamentalmente as mesmas, apenas invertendo algumas posições.

Nas Bacias Ilha dos Frades, Stella Mares, Plataforma, Itapagipe, Corsário/Armação e Vitória/ Contorno os dados apontam para o aumento da área de cobertura vegetal.

Gráfico 1 – Imagem da superfície por classes temáticas em Salvador



Fonte: Os autores, 2009.

Tabela 2 – Distribuição da cobertura vegetal por Bacias Hidrográficas

BACIAS	DISTRIBUIÇÃO DA COBERTURA VEGETAL			
	1995		2007	
	ÁREA (HA)	ÁREA (%)	ÁREA (HA)	ÁREA (%)
Amaralina/Pituba	9,70	0,07	11,16	0,11
Seixos (Barra/Centenário)	14,61	0,11	11,64	0,11
Camarajipe	604,27	4,47	454,87	4,38
Cobre	1.026,38	7,60	641,05	6,18
Comércio	9,73	0,07	8,47	0,08
Corsário/Armação	19,52	0,14	24,19	0,23
Ilha de Bom Jesus dos Passos	16,20	0,12	14,65	0,14
Ilha de Maré	921,04	6,82	601,65	5,80
Ilha dos Frades	1.107,29	8,19	1.178,35	11,36
Ipitanga	4.272,37	31,62	3.064,38	29,54
Itapagipe	25,52	0,19	34,46	0,33
Jaguaripe	1.964,72	14,54	1.415,49	13,64
Lucaia	225,24	1,67	180,04	1,74
Ondina	83,56	0,62	72,16	0,70
Paraguari	127,73	0,95	102,15	0,98
Passa Vaca	1.073,00	7,94	821,50	7,92
Pedras/Pituaçu	1.207,80	8,94	982,67	9,47
Plataforma	36,65	0,27	49,68	0,48
Sao Tomé de Paripe	639,45	4,73	558,53	5,38
Stella Mares	123,04	0,91	142,64	1,37
Vitória/ Contorno	4,13	0,03	5,38	0,05
TOTAL	1.3511,95	100,00	1.0375,12	100,00

Fonte: Os autores, 2009.

Figura 5 – Cobertura Vegetal (2007)

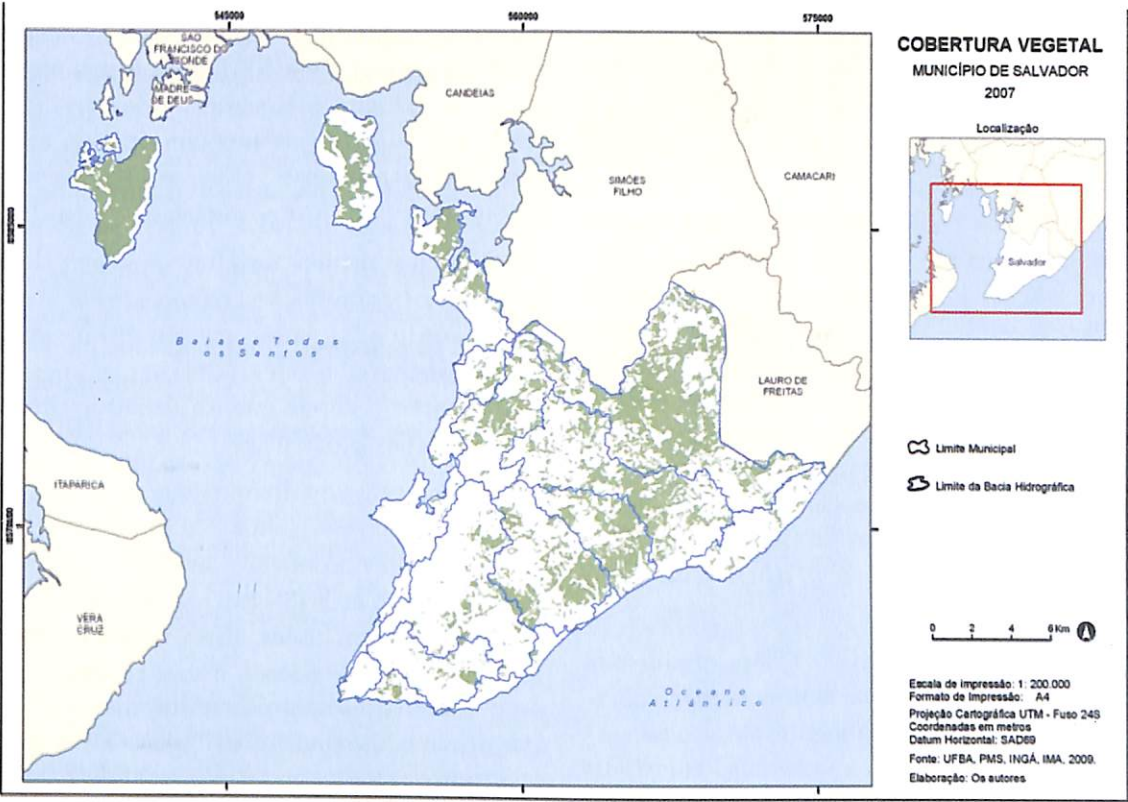
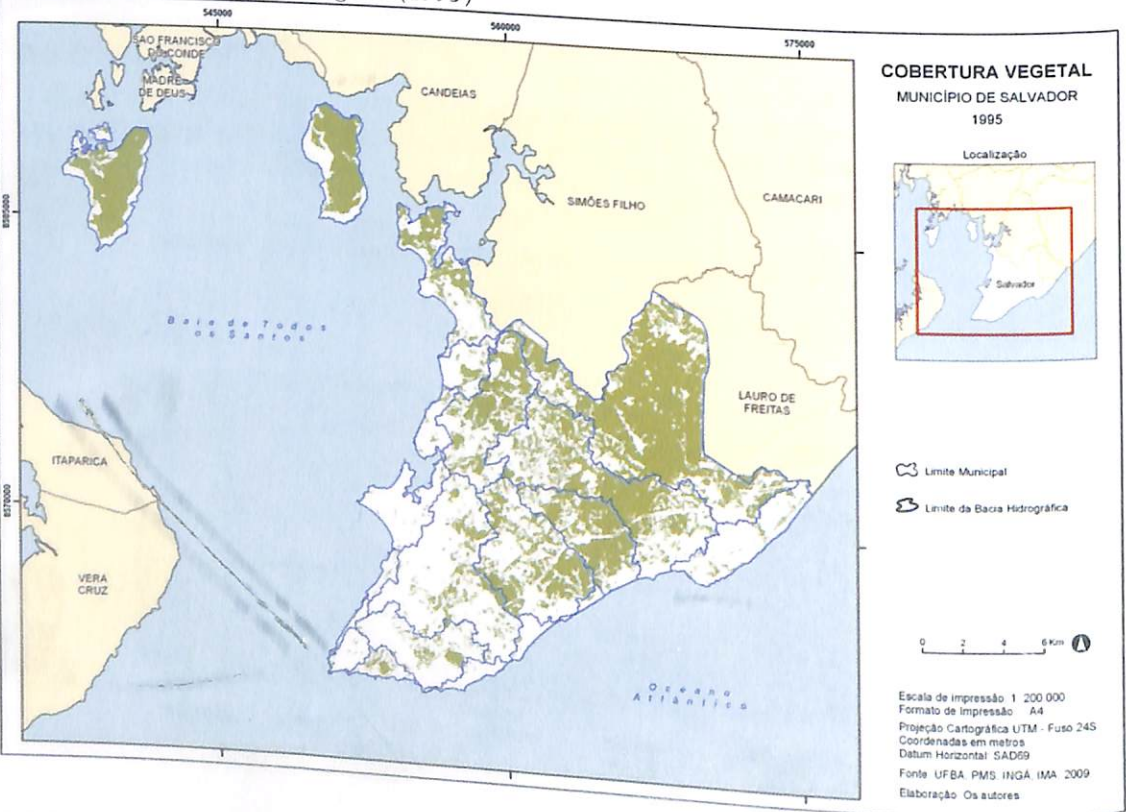


Tabela 3 – Diferença Percentual Relativa da Cobertura Vegetal

BACIAS	DISTRIBUIÇÃO DA COBERTURA VEGETAL				DIFERENÇA (HA)	DIFERENÇA RELATIVA
	1995		2007			
	ÁREA (HA)	ÁREA (%)	ÁREA (HA)	ÁREA (%)		
Amaralina/Pituba	9,70	0,07	11,16	0,11	1,46	15,06
Seixos (Barra/Centenário)	14,61	0,11	11,64	0,11	-2,97	-20,32
Camarajipe	604,27	4,47	454,87	4,38	-149,4	-24,72
Cobre	1026,38	7,60	641,05	6,18	-385,33	-37,54
Comércio	9,73	0,07	8,47	0,08	-1,26	-12,95
Corsário/Armação	19,52	0,14	24,19	0,23	4,67	23,93
Ilha de Bom Jesus dos Passos	16,20	0,12	14,65	0,14	-1,55	-9,57
Ilha de Maré	921,04	6,82	601,65	5,80	-319,39	-34,68
Ilha dos Frades	1107,29	8,19	1178,35	11,36	71,06	6,42
Ipitanga	4272,37	31,62	3064,38	29,54	-1207,99	-28,27
Itapagipe	25,52	0,19	34,46	0,33	8,94	35,03
Jaguaripe	1964,72	14,54	1415,49	13,64	-549,23	-27,95
Lucaia	225,24	1,67	180,04	1,74	-45,2	-20,07
Ondina	83,56	0,62	72,16	0,70	-11,4	-13,64
Paraguari	127,73	0,95	102,15	0,98	-25,58	-20,03
Passa Vaca	1073,00	7,94	821,50	7,92	-251,5	-23,44
Pedras/Pituaçu	1207,80	8,94	982,67	9,47	-225,13	-18,64
Plataforma	36,65	0,27	49,68	0,48	13,03	35,55
Sao Tomé de Paripe	639,45	4,73	558,53	5,38	-80,92	-12,65
Stella Mares	123,04	0,91	142,64	1,37	19,6	15,93
Vitória/ Contorno	4,13	0,03	5,38	0,05	1,25	30,28
TOTAL	13511,95	100,00	10375,12	100,00	-3136,84	

Fonte: Os autores, 2009.

Figura 4 – Cobertura Vegetal (1995)



Esse estudo também buscou analisar o quanto de cobertura vegetal foi suprimido ou acrescido, proporcionalmente, em determinada bacia. A esse índice chamamos de diferença percentual relativa, obtendo-o dividindo-se a diferença de área de cobertura vegetal entre 1995 e 2007 pela área total do ano de 1995.

As Bacias Hidrográficas que apresentaram maior diferença proporcional da cobertura vegetal em seu território foram: Cobre (com diminuição percentual relativa de 37,54%), seguido por Ipitanga (com diminuição percentual relativa de 28,27%) e Jaguaripe (com diminuição percentual relativa 27,95%). Contrariamente aos dados acima, algumas bacias apresentaram aumento proporcional da cobertura vegetal, como é o caso das Bacias de Plataforma (35,55%), Itapagipe (35,03%) e Vitória/Contorno (30,28%).

Com exceção da Bacia do Cobre, nota-se que as bacias hidrográficas que mais perderam cobertura vegetal proporcionalmente são, exatamente, aquelas que possuíam a maior área em extensão e em cobertura vegetal. Assim, ocorreu um decréscimo dessa mancha verde onde esta era mais considerável, indicando que a cobertura vegetal foi suprimida em detrimento do aumento da mancha urbana.

5. Conclusões

Não devemos desconsiderar que as classes temáticas que denominamos nuvens e sombras de nuvens têm alguma interferência nos dados gerados e apresentados no tópico acima. Contudo, parece que são classes temáticas de menor relevância quando comparadas com as classes de área edificada e cobertura vegetal, o que talvez permita afirmar que se trata de uma variação de erro pequena, e que nosso estudo é válido para confirmar a argumentação desenvolvida no início do artigo segundo a qual Salvador perdeu significativas porções de áreas verdes num período em que se festeja de forma bastante romantizada a natureza nas intervenções urbanísticas.

Em Salvador, a cobertura vegetal diminuiu, segundo a metodologia adotada, de 43,75% para 33,59%, no período compreendido entre os anos de 1995 e 2007. Dessa forma, a cidade perdeu, aproximadamente, em uma década, 3.136,84Ha, ou seja, 31,37Km² dessa cobertura.

Outro ponto a salientar é que a cobertura vegetal - concentrada em algumas bacias hidrográficas em 1995 - teve um pequeno aumento dessa característica em 2007, principalmente nas Bacias de Ipitanga e Jaguaripe; e que está ocorrendo um aumento da mancha urbana, tendo como um dos principais vetores as áreas que apresentam maior cobertura vegetal.

Nunca é demais ressaltar que esses dados possuem outras limitações, na medida em que, as imagens utilizadas para o mesmo são de média resolução espacial (30m X 30m), o que impede a identificação e detalhamento de determinados objetos/feições geográficas.

Entretanto, acreditamos que nenhuma das limitações expressas acima - a presença de nuvens e sombras de nuvens, bem como a média resolução espacial da imagem - desminta por completo nossas conclusões. Esses mapas e tabelas servem como indicadores, e seus resultados poderão subsidiar estudos posteriores mais precisos, que possam associar a distribuição espacial da cobertura vegetal ao uso e ocupação do solo.

Por fim, cabe nos debruçarmos mais sobre as contradições aqui apresentadas. Como um município perde aproximadamente 10% das áreas verdes em um prazo de quase doze anos ao mesmo tempo em que transbordam referências à natureza nas intervenções urbanas empreendidas pelos setores público e privado?

Se lembrarmos dos autores aqui apresentados e nas suas argumentações sobre o modo como as sociedades contemporâneas vêm se relacionando com a natureza, talvez fique mais clara a compreensão dos dados aqui apresentados. O fetiche do verde mostra sua verdadeira essência: ao passo que nos alienamos da experiência direta, concebemos uma natureza rara que se torna mercadoria e promessa de paz a ser consumida por aqueles que puderem pagar. A experiência sensitiva desaparece quase que por completo. Reduzimos a experiência à visão.

Referências:

- BAUDRILLARD, J. *Para uma crítica da economia política dos signos*. Rio de Janeiro: ELFOS, 1972.
- CARLOS, A. F. A. O meio ambiente urbano e o discurso ecológico. *Revista do Departamento de Geografia da USP/FFLCH*, São Paulo, n.4, 1994.
- CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; GUZZO, P.; ROCHA, Y. T. Proposição de terminologia para o verde urbano. *Boletim Informativo da SBAU*, Rio de Janeiro, v.7, n. 3 - jul.-set. de 1999.
- FITZ, P. R. *Geoprocessamento sem complicação*. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- HENRIQUE, W. Proposta de periodização das relações sociedade-natureza: uma abordagem geográfica de idéias, conceitos e representações. *Revista Terra Livre*, Goiânia, a.21, v.1, n.24, 2005.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: maio. 2009.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- MARTIN, L. Evidências de um tectonismo quaternário nas costas do Estado da Bahia. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 33, 1984, Rio de Janeiro. Anais... p. 19-35.
- PEIXOTO, C. S. *Os fatores físicos condicionantes dos problemas da Cidade do Salvador*. Salvador, 1968. (Tese de Livre Docência, Faculdade de Filosofia da UFBA).
- PEREIRA, M. S.; ALVES, R. R. N. Composição florística de um remanescente de Mata Atlântica na Área de Proteção Ambiental Barra do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, João Pessoa, v. 6, n. 1, 2006.
- RODRIGUES, A. M. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: maio. 2009.

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, M. P. *Diferenciações regionais do Nordeste Brasileiro: um estudo comparativo das regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza*. Salvador: UFBA, 2009. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia.

Política e Plano Municipal de Saneamento Básico: Contribuições Conceituais e Metodológicas

Luiz Roberto Santos Moraes¹

Resumo

O trabalho faz uma breve abordagem conceitual sobre Estado e políticas públicas, o papel e importância do planejamento, os princípios, condicionantes sistêmicos e interfaces setoriais como conteúdos da política e os planos como instrumentos de gestão. Aborda também a valorização do planejamento integrado e participativo na elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, metodologia de participação e mecanismos de controle social nas etapas de sua formulação, implementação e avaliação, bem como sua dimensão regional e interfaces com as políticas estaduais de saneamento básico, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e habitação.

Palavras-chave: Estado. Planejamento. Plano Municipal de Saneamento Básico. Política. Saneamento Básico.



Abstract

The paper provides a brief conceptual approach on state and public policies, the role and importance of planning, principles, systemic constraints and sectorial interfaces as content policy and plans as management tools. Also addresses the enhancement of integrated and participative planning in formulation of Municipal Plan of Basic Sanitation, methodology of participation and democratic control mechanisms within the stages of its formulation, implementation and evaluation as well as their regional dimension and interfaces with the regional policies of basic sanitation, health, environment, water resources, urban development and housing.

Key words: Basic Sanitation. Municipal Plan of Basic Sanitation. Planning. Policy. State.

¹ Universidade Federal da Bahia. Engenheiro Civil (EP/UFBA) e Sanitarista (FSP/USP); M.Sc. em Engenharia Sanitária (IHE/Delft University of Technology); Ph.D. em Saúde Ambiental (LSHTM/University of London); Pós-Doutorado em Gestão de Saneamento Básico (Universidade do Minho/Portugal); Professor Titular em Saneamento do Departamento de Engenharia Ambiental e do Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

1. Introdução

O artigo tem como objetivo realizar uma breve abordagem conceitual sobre Estado e políticas públicas, o papel e importância do planejamento, os princípios, condicionantes sistêmicos e interfaces setoriais como conteúdos da política e os planos como instrumentos de gestão. Aborda também a valorização do planejamento integrado e participativo na elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico, metodologia de participação e mecanismos de controle social nas etapas de sua formulação, implementação e avaliação, sua dimensão regional e interfaces com as políticas estaduais/regionais de saneamento básico, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e habitação.

2. Metodologia

Para a elaboração do presente artigo foi realizada uma revisão crítica da literatura sobre o tema por meio de consultas a publicações, periódicos técnico-científicos e portais eletrônicos, além da experiência e conhecimento do autor sobre o tema.

3. Estado e Políticas Públicas: uma breve abordagem conceitual

A compreensão da constituição e conteúdo de uma política de saneamento básico passa, necessariamente, pelo entendimento dos fatores políticos, sociais, econômicos, dentre outros, que determinam a atuação do Estado no campo das políticas públicas e sociais em cada contexto histórico. As visões sociais de mundo de cada época, a correlação de poder entre as nações, a situação econômica, o nível de organização e poder de influência da sociedade civil e, no campo epistemológico, o caráter e conteúdo do saber produzido, formam uma malha complexa que influenciam a ação do Estado.

Nos campos da sociologia e da ciência política, alguns autores têm apontado para o reflexo do debate epistemológico nas interpretações contemporâneas das políticas públicas e sociais. Hirsch (1998), em suas reflexões sobre Estado, capital e globalização, tem ressaltado que as

teorias têm sido insuficientes para explicar a realidade contemporânea. Para ele, as transformações econômicas e sociais ocorridas após a crise do capitalismo de 1973 provocaram uma desordem no campo epistemológico. Faleiros (1991) identifica pelos menos cinco vertentes de interpretação: a) as que consideram as políticas sociais como mecanismos de manutenção da força de trabalho; b) como conquista dos trabalhadores; c) como arranjos do bloco do poder; d) como doações das elites dominantes; e) como instrumento de garantia dos direitos dos cidadãos.

Behring (2002) indica pelo menos quatro abordagens teóricas das políticas sociais: o policismo, o redistributismo, o estatismo e o ecletismo. No policismo a política social é automatizada do processo de produção, sendo reduzida à vontade política dos sujeitos. O redistributivo tem como ideal o *Welfare State*, entendendo a política social como solução das desigualdades, desconsiderando, portanto, a natureza contraditória do modo de produção capitalista. Segundo essa perspectiva, a luta política travada em torno da gestão do Estado e a ocupação de espaços de poder poderia redirecionar as políticas e a distribuição dos recursos com vistas à promoção da universalização do acesso aos direitos sociais e à ampliação da cidadania. O estatismo busca explicar a política social por meio do papel do Estado, que é tratado como uma instância acima das relações sociais, não estando, portanto, sujeito às demandas sociais. O ecletismo filia-se a categorias marxistas, embora também incorpore o enfoque redistributivista keynesiano. Para essa autora, o papel do Estado seria o de articular acumulação e legitimação, estando aí o seu caráter político. O Estado, portanto, não estaria acima da sociedade, nem seria politicamente autônomo.

Nos anos 90, o contexto de disputa de fundos públicos e argumentos da escassez de recursos, além da necessidade de conter o déficit público, fazem surgir as fórmulas de corte dos gastos estatais para a garantia do equilíbrio das contas públicas. A política social do *Welfare State* passa a ser vista como uma ação paternalista do Estado, geradora de desequilíbrio, e como algo que pode ser acessada via mercado, não se constituindo, portanto, como um direito social. Surge então a noção de Estado mínimo para os

trabalhadores e Estado máximo para o capital (BEHRING, 2002). É nesse contexto que as teses neoliberais tomam força, promovendo o desmonte das políticas do *Welfare State*. Os países da periferia capitalista são compelidos a adotar o tripé neoliberal (desregulamentação, privatização e abertura comercial) para obter a credibilidade da parte dos novos protagonistas do mundo globalizado: os mercados financeiros. As instituições financeiras internacionais como Fundo Monetário Internacional-FMI, Banco Mundial-BIRD e Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID passam a ser protagonistas de propostas de reformas do papel do Estado no âmbito das políticas sociais nos países em desenvolvimento. As privatizações de empresas estatais e de serviços públicos passam a compor o receituário destas instituições, com o aceite dos Estados-Nação.

Segundo Hirsch (1996), a noção de Estado Provedor, do Bem-Estar Social, dá lugar ao Estado Competência, ou competitivo, que privilegia a regulação da relação capital-trabalho e limita a ação direta do Estado no campo social. Essa noção vincula-se à visão liberal clássica, na qual a liberdade ou as condições de vida dependem das capacidades individuais. Na visão neoliberal, o mercado é capaz de oferecer as condições para que os próprios indivíduos conquistem a sua condição de vida. Daí surge a noção de produtividade individual, competitividade entre cidades, competitividade do Estado. Dessa forma, o espaço público, coletivo, esvai-se, dando lugar ao indivíduo, ao privado, ao mercado.

O saneamento básico é alvo de interesse de diversas instituições governamentais e empresariais, em diversos níveis de governo, determinando o distanciamento do seu fim maior, que seria a promoção da salubridade ambiental e da saúde pública. Nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, essa situação contribui para o desarranjo institucional e a pulverização dos poucos recursos existentes. O déficit de cobertura dos serviços e a falta de recursos para lhe fazer frente têm apresentado crescentes desafios aos governos desses países no sentido da modificação desse quadro que, ademais, foi agravado com a globalização da economia em face do processo de ampliação da pobreza das nações e de seus povos.

A área de saneamento básico recebeu, evidentemente, influências desse momento político,

desviando-se suas ações do campo da saúde pública e/ou da infraestrutura, passando a ser encaradas como um serviço que, como tal, pode ser submetido às leis do mercado, e, portanto, à lei do lucro. Essas teses influenciaram a privatização dos serviços públicos de saneamento básico em alguns países em desenvolvimento, solução que tem sido defendida tanto por instituições financeiras internacionais, como FMI, BIRD e BID, quanto por governos locais que apóiam os ideais neoliberais. Contraditoriamente, a tese da privatização dos serviços públicos de saneamento básico no mundo dito desenvolvido não prosperou, mantendo-se, na maioria dos países, a matriz pública como prestadora dos serviços.

É importante ressaltar, contudo, que a natureza das ações de saneamento básico coloca-a como essencial à vida humana e à proteção ambiental, sendo uma ação eminentemente coletiva, em face da repercussão da sua ausência, constituindo-se, portanto, em uma meta social. Como meta social, situa-se no plano coletivo, no qual os indivíduos, a comunidade e o Estado têm papéis a desempenhar. Considerada a sua natureza, isto é, seu caráter de monopólio natural, o esforço para a sua promoção deve-se dar em vários níveis, envolvendo diversos atores. As ações de saneamento básico, além de fundamentalmente de saúde pública, contribuem para a proteção ambiental, representando também bens de consumo coletivo, serviços essenciais, direito social de cidadania, direito humano fundamental e dever do Estado.

Os serviços públicos de saneamento básico devem estar submetidos a uma política pública de saneamento básico, formulada com a participação social, e entendida como o conjunto de princípios e diretrizes que conformam as aspirações sociais e/ou governamentais no que concerne à regulamentação do planejamento, da execução, da operação, da regulação, da fiscalização e da avaliação desses serviços públicos (MORAES, 1994). Os entes federados devem assumir como prioridade a formulação de um arcabouço jurídico-institucional para a área de saneamento básico, que venha fortalecer a função social dos serviços de saneamento básico, seu caráter público, devendo contemplar os princípios de atendimento universal, de equidade, integralidade, participação e controle social, gestão pública e responsa-

bilidade municipal. Além disso, cabe aos governos dar prioridade a investimentos qualificados nessa área, visando ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços, contribuindo, dessa forma, para reduzir a dívida social nessa área.

4. Papel do Planejamento no Processo de Formulação da Política Pública

O planejamento em políticas públicas deve ser visto e praticado como um processo de decisão político-social e não apenas como um produto técnico. O planejamento depende de informações precisas, transparência, ética, debate de visões diferentes, vontade de negociar e de buscar soluções conjuntas que sejam aceitáveis para toda a sociedade.

O planejamento é uma ação política, uma vez que representa uma forma da sociedade exercer o poder sobre o seu futuro. O planejamento consiste em um processo dinâmico de lidar com conflitos de interesse e de reflexão e análise para escolha de alternativas que permitam alcançar o futuro desejado. Pode ser visto como uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões, marcadas por visões sociais de mundo, e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a realização dos objetivos de uma sociedade (BUARQUE, 1999).

Planejar consiste em partir do estado presente do objeto para definir o estado futuro desejado, sendo o estado presente avaliado a partir de um diagnóstico do objeto a ser planejado, que deve contar com a participação de diferentes sujeitos, como gestores, técnicos, sociedade civil organizada e população em geral. Para a definição do estado futuro desejado torna-se necessário o estabelecimento de princípios, diretrizes, objetivos, metas, programas e projetos.

O planejamento envolve decisões e escolhas de alternativas em torno de objetivos coletivos e a definição de ações futuras passa por uma negociação e formulação política. Toda escolha coletiva envolve interesses e percepções, especialmente sobre o que se pretende alcançar no futuro, que se apresentam diferenciados em qualquer grupo social (BUARQUE, 1999).

O planejamento é um processo ordenado e sistemático de decisão, o que lhe confere uma conotação técnica e racional de formulação e suporte para as escolhas da sociedade. Dessa forma, incorpora e combina as dimensões política e técnica.

Os objetivos e interesses na sociedade podem ser muito diferenciados e são, muitas vezes, conflitantes. Assim, as decisões tomadas no processo de planejamento resultam de uma disputa política entre os atores/protagonistas, procurando influenciar no projeto coletivo, com suas visões sociais de mundo, suas idéias e expectativas em relação ao futuro e utilizando seus meios e instrumentos de poder.

O planejamento, como parte do processo político, constitui um espaço privilegiado de negociação entre os atores/protagonistas sociais, confrontando e articulando seus interesses e suas propostas. Como a hegemonia é um fato social dinâmico e construído, o processo de planejamento representa uma oportunidade para uma nova construção, ordenação e definição de objetivos que dominam na sociedade. Ele cria as condições para a reconstrução da hegemonia, quando articula, técnica e politicamente, os atores/protagonistas sociais para as escolhas (BUARQUE, 1999).

O planejamento participativo leva a uma reformulação da posição dos técnicos na definição das prioridades e à necessidade de uma estrutura de participação e mobilização da sociedade para a tomada de decisões, que conta com a colaboração da reflexão técnica. Assim, o planejamento participativo pode construir um projeto coletivo reconhecido pela sociedade local, contando com o compromisso dos atores/protagonistas sociais (lideranças de movimentos sociais, dirigentes sindicais, empresários, ONGs, políticos eleitos, mídia, dentre outros) e agentes públicos (gestores, técnicos e servidores administrativos). O planejamento, realizado de forma participativa, pode estabelecer um processo de decisão, tecnicamente fundamentada e politicamente sustentada, sobre as ações necessárias e adequadas à promoção do desenvolvimento humano nas unidades político-administrativas.

O processo de planejamento e os planos apresentam instrumentos de negociação com os atores/protagonistas sociais, tanto na elaboração quanto com o plano concluído, bem como de aglutinação

política dos atores, na medida em que pode expressar, de forma técnica e organizada, o conjunto das decisões e compromissos sociais. Além disso, o planejamento e os planos, construídos de forma participativa, conferem transparência às alternativas escolhidas e decisões tomadas pela sociedade, explicitando os objetivos e as prioridades.

A proposta metodológico-conceitual que deve orientar o processo de planejamento é aquela que coloca a simultaneidade das dimensões política e técnica como elementos constitutivos deste processo, sendo que a dimensão política é a que pretende explicitar o objeto da intervenção pública, enquanto a dimensão técnica procurará responder pela operacionalização de uma proposta que foi politicamente definida (CARVALHO, 2001). Assim, o processo de planejamento deve se estruturar em um conjunto de atividades de forma articulada e organizada, seguindo uma sequência lógica que assegure racionalidade e participação da sociedade no processo de decisão. Esta sequência de atividades deve, por um lado, combinar o processo técnico e a negociação política, e, por outro, integrar a forma de análise e formulação de prioridades.

Oliveira (2006) assinala que a importância do processo de planejamento em políticas públicas se dá, principalmente, na implementação, pois ela conduz aos resultados finais das políticas, planos, programas ou projetos.

Assim, o processo de planejamento no campo das políticas públicas, incluindo as de saneamento básico, deverá considerar algumas questões como: 1) o objeto a ser planejado - o que implica em conhecimento sobre o objeto, conceitos; 2) os sujeitos do processo - ou seja, quem participará do planejamento; 3) os pressupostos do planejamento - os princípios que orientarão o planejamento, e seu instrumento, o plano; 4) objetivos - a serem definidos no processo de planejamento; 5) metodologia - definição de método a ser utilizado.

5. Plano Municipal de Saneamento Básico: instrumento de planejamento integrado e participativo

O Plano Municipal de Saneamento Básico como instrumento de planejamento deve ser fru-

to de um processo de decisão político-social, devendo-se ter o cuidado para não transformá-lo em peça meramente técnica, elaborada para atender demandas locais. O Plano deve também ser fruto de um processo de planejamento integrado, de uma construção coletiva e sua visão como processo requer a incorporação de perspectiva estratégica, que propicia transformá-lo em ação efetiva. O início da elaboração do Plano pode ser um momento estratégico para instalar no Município um fórum permanente de discussão sobre as questões de saneamento básico, podendo se configurar no embrião de um Conselho Municipal de Saneamento Básico que deverá aprová-lo.

Para a elaboração do Plano deve-se considerar o perfil epidemiológico da população e indicadores sócio-ambientais, incluindo nível de renda da população e a salubridade ambiental, devendo ser revisado periodicamente, de forma articulada com as políticas municipais de saúde, meio ambiente/recursos hídricos, desenvolvimento urbano/habitação e desenvolvimento agrário.

O Plano deve informar como, quando, por quem e com que recursos serão implementadas as ações e que mecanismos de avaliação serão utilizados para identificar os erros e acertos e os possíveis redirecionamentos.

A seguir encontra-se apresentada a metodologia desenvolvida pelo autor e utilizada para a elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico em alguns municípios brasileiros (BRASIL, 2005), com a formação de duas instâncias:

- Grupo Executivo, composto por técnicos de órgãos Municipais responsáveis pelos serviços de saneamento básico ou que tenham interfaces com eles, bem como por pesquisadores de Universidade/Centro de Pesquisa ou profissionais de ONGs ou de empresas de consultoria e entidades da Sociedade Civil, tendo como principais atribuições: elaborar o diagnóstico da situação do saneamento básico e de seus serviços no município; avaliar estudos, projetos e planos existentes das diferentes componentes do saneamento básico, bem como os que tenham relação com o saneamento básico; propor ações para implementação ou melhorias dos serviços públicos de saneamento básico do ponto de vista técnico e institucional.

• Comitê Consultivo, instância formada por representantes (autoridades e/ou técnicos) das instituições do Poder Público sediadas no município, relacionadas com o saneamento básico. Além destas representações, o Comitê deverá contar com os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico, de Saúde, de Meio Ambiente, e de representantes de organizações da Sociedade Civil, tendo como principais atribuições: discutir e avaliar, mensalmente ou a cada dois meses, o trabalho produzido pelo Grupo Executivo; criticar e sugerir

alternativas, auxiliando o trabalho do Grupo Executivo na elaboração do Plano; avaliar o andamento dos trabalhos do ponto de vista da sua viabilidade técnica, operacional, financeira, social e institucional, buscando promover a integração das ações de saneamento básico.

A experiência brasileira tem mostrado que o tempo para elaboração do Plano, por meio de processo participativo, é, em média, de doze meses. O Quadro 1 apresenta as etapas e atividades para a elaboração, aprovação, institucionalização, implementação e avaliação do Plano.

Quadro 1: Etapas e Atividades para o Desenvolvimento do Plano Municipal de Saneamento Básico

ETAPA	ATIVIDADES
1ª. Fundamentos	- Definir diretrizes e conceitos básicos, com orientações gerais e específicas para cada órgão relacionado com o saneamento básico. - Discutir as diretrizes do Plano em reunião pública do Comitê Consultivo com participação dos diversos segmentos da sociedade. - Elaborar diagnóstico com levantamento da situação atual, identificando as carências e determinando a demanda reprimida de cada serviço público de saneamento básico. - Realizar prognóstico com avaliação das condições atuais e projeção para o horizonte proposto pelo Plano, considerado o Plano Diretor Municipal, caso exista.
2ª. Propostas	- Apresentar as conclusões da primeira etapa ao Comitê Consultivo em reunião pública para crítica e encaminhamento de propostas. - Realizar proposições contemplando os seguintes aspectos: Diretrizes para a ação municipal (obras e serviços). Estrutura administrativa para a gestão do Plano e definição de competências. Sistema de avaliação permanente e integrado ao sistema de planejamento municipal. Prioridades de investimentos com orientação para o cronograma de implantação. - Discutir as proposições em reuniões públicas do Comitê Consultivo. - Realizar reunião pública final do Comitê Consultivo (Seminário Final) para discussão do relatório e encaminhamento do Plano ao Conselho da Cidade ou Municipal de Saneamento Básico, ou equivalente.
3ª. Aprovação	- Discussão pelo Conselho da Cidade ou Municipal de Saneamento Básico ou equivalente ou pelo Poder Legislativo Municipal. - Aprovação pelo Conselho da Cidade ou Municipal de Saneamento Básico ou equivalente e pelo Poder Legislativo Municipal com sanção de Lei pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
4ª. Institucionalização	- Elaboração e aprovação de resoluções pelo Conselho e decretos regulamentadores pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. - Realização das alterações administrativas necessárias para implementar o Plano. - Realização de previsões orçamentárias.
5ª. Implementação	- Implementação das ações propostas no Plano.
6ª. Acompanhamento e Avaliação	- Acompanhamento trimestral e avaliação anual da implementação do Plano pelo Conselho da Cidade ou Municipal de Saneamento Básico, ou equivalente.

Obs.: As atividades das 1ª. e 2ª. etapas são desenvolvidas pelo Grupo Executivo.

6. Outros aspectos importantes da política, planejamento e planos de saneamento básico

O município tem uma escala territorial adequada à mobilização de energias sociais e integração de investimentos potencializadores do desenvolvimento humano, seja pelas suas dimensões, seja pela aderência político-administrativa que oferece, por meio da municipalidade e instância governamental.

O planejamento deve considerar o território municipal e sua relação com outros territórios, com outros municípios, com a região, porém cada um respeitando a autonomia do outro.

Pela escala territorial e populacional, o planejamento municipal tende a ter uma grande proximidade dos cidadãos e seus problemas e uma grande aderência aos instrumentos institucionais de gestão e intervenção, embora possa não conter toda a complexidade sócio-ambiental, segmentando unidades ecossistêmicas ou socioeconômicas homogêneas (bacias, biomas, Estados ou microrregiões homogêneas). Esta proximidade dos problemas e dos cidadãos permite que o planejamento tenha amplos mecanismos de participação da população e dos atores/protagonistas sociais, comprometendo a sociedade com as decisões e com as iniciativas e prioridades, mobilizando as energias da sociedade (BUARQUE, 1999).

O território municipal pode, contudo, ser complementado e ajustado a uma interação com seu entorno, formando unidades integradas de municípios com afinidades e homogeneidade, articulando, politicamente, mais de um município em um aglomerado sócio-econômico e ambiental.

Embora o território municipal seja o *lôcus* privilegiado para o planejamento em saneamento básico, algumas vezes ele pode se mostrar limitado para a solução dos problemas, necessitando ser ampliado para uma escala regional.

Sistema de abastecimento de água que utiliza manancial fora dos limites político-administrativos do município atendido, sistema de esgotamento sanitário que se mostra limitado em despoluir um determinado corpo d'água que, para tal, necessita de intervenções em municípios à montante, siste-

ma municipal de resíduos sólidos que pode ter o local para a destinação final dos resíduos fora dos limites do município são alguns exemplos de como o território municipal pode se apresentar limitado para o planejamento de ações de saneamento básico. Também a melhoria da salubridade ambiental em um município e do nível de saúde de sua população devido às ações de saneamento básico pode levar à migração intermunicipal e ao aumento da demanda de serviços.

O plano municipal de saneamento básico, embora local, deveria assim, ser elaborado com uma preocupação e dimensão regional, bem como deveria procurar manter estreita relação com as diretrizes estabelecidas nas políticas de saneamento básico, meio ambiente/recursos hídricos, desenvolvimento urbano/habitação e desenvolvimento agrário do estado/região onde está situado.

A política e a gestão dos serviços públicos de saneamento básico devem também buscar: i) a sustentabilidade ambiental, ou seja, contribuir com a capacidade de suporte dos ecossistemas em absorver ou se recuperar dos impactos gerados pelas intervenções de saneamento básico e/ou pela falta, precariedade ou impropriedade dos serviços públicos de saneamento básico; ii) a sustentabilidade social que objetiva promover a melhoria da qualidade de vida e da saúde por meio da universalização de serviços públicos de saneamento básico de qualidade; e iii) a sustentabilidade econômico-financeira por meio de investimentos planejados, ou seja, previstos nos planos, realizados de forma ética e com recursos públicos não onerosos e financiamentos acessíveis, e utilizando tecnologias apropriadas, bem como o estabelecimento de política tarifária e de outros preços públicos condizentes com a capacidade de pagamento dos diferentes usuários dos serviços.

7. Conclusão

Com base nos diversos aspectos abordados no trabalho, cabe concluir que: i) o campo teórico sobre Estado e políticas públicas e sociais é marcado pelo entendimento de fatores políticos, sociais, econômicos, dentre outros, em cada contexto histórico, com a ação do Estado sendo influenciada por visões sociais de mundo, correlação de poder entre as nações, situação econômica, nível de organização e poder de influência da

sociedade civil e, no campo epistemológico, pelo caráter e conteúdo do saber produzido; ii) as políticas públicas de saneamento básico são dependentes do contexto sócio-político-econômico e devem ser norteadas pelos princípios apresentados no texto, entendido o saneamento básico como direito social de cidadania, e formuladas de forma democrática com participação popular, visando assegurar a efetividade e a continuidade das decisões. Na sua formulação devem ser considerados além dos princípios, os condicionantes sistêmicos e as interfaces setoriais; iii) o planejamento em políticas públicas deve ser visto e praticado como um processo de decisão político-social e não apenas como um produto técnico, como um processo ordenado e sistemático de decisão, que incorpora e combina as dimensões política e técnica; iv) os planos são importantes instrumentos do sistema de planejamento e gestão municipal, sendo o Plano Diretor Municipal o instrumento básico de política, desenvolvimento e expansão urbana, e suas diretrizes devem se constituir em orientação do Plano Municipal de Saneamento Básico; v) o Plano Municipal de Saneamento Básico deve ser fruto de um processo de planejamento integrado, de uma construção coletiva e não um produto eminentemente técnico, e sua visão como processo requer a incorporação de perspectiva estratégica, que propicia transformá-lo em ação efetiva; vi) o Plano deve ser considerado como instrumento de planejamento para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico; e vii) a política e a gestão dos serviços públicos de saneamento básico devem buscar a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Referências

- BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BORJA, P. C. *Política de saneamento, instituições financeiras internacionais e Mega Programa*: Um Olhar através do Programa Bahia Azul. 2004. 400f. Tese (Deutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Organização Pan-Americana da Saúde. *Política e Plano Mu-*

nicipal de Saneamento Ambiental: experiências e recomendações. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: MEPF; INCRA; IICA, 1999.

CARVALHO, S. N. *Estatuto da Cidade: aspectos políticos e técnicos do plano director*. São Paulo em Perspectiva, v.15, n.4, p.130-135, 2001.

FALEIROS, V. P. *O que é política social*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

HIRSCH, J. *Globalização e mudança social: o conceito da teoria materialista do Estado e a teoria da regulação*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 19, n.1, p.9-31, 1998.

HIRSCH, J. *Globalização, capital e Estado*. México: Universidade Autônoma Metropolitana, 1996.

MORAES L. R. S. *Gestão do saneamento*. Salvador: DHS/UFBA, 1994.

OLIVEIRA, J. A. P. *Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas*, Revista de Administração Pública, v.40,n.1, p.273-288, 2006.

A Atuação do Montepio na Produção Estatal de Habitação em João Pessoa de 1932 a 1963

Angela Araujo Nunes¹

Resumo

O texto examina a atuação construtiva da Carteira Imobiliária do Montepio do Estado da Paraíba na produção estatal de habitação na cidade de João Pessoa, durante o período de 1932 a 1963, estabelecido entre a designação da instituição para produção de moradias em benefício do funcionalismo público até a última realização popular dela antes do exercício do BNH. Através de exaustiva pesquisa documental, realizada em acervos locais e tendo como principal fonte o Jornal A União, registro oficial das realizações do poder executivo estadual, foram recolhidos dados sobre as realizações habitacionais do instituto, possibilitando a identificação das suas vilas e conjuntos populares e posteriormente a classificação das unidades construídas e a reconstituição da planta e fachada originais. Resultando em um inventário das 223 habitações realizadas em quatro vilas e um conjunto, mas sem o propósito de estabelecer discussões de ordem arquitetônica, estética ou estilística.

Palavras-chave: Montepio. João Pessoa. Carteira Imobiliária. Habitação Popular.



Abstract

The investigate examines the constructive actuations of the real estate portfolio of Montepio Paraíba State in the statal housing production in the city of João Pessoa, from 1932 to 1963, established between the institutional designation for the production of housing in benefit of the public functionalism and its last popular realization before the work of BNH. Through exhausting documental research, done in local collections and especially through the newspaper "A União", official record of the realizations of the state executive, data was found regarding the realizations of the housings by the institution, identifying the cities and popular aggregation and later on classifying the built unities and the reconstitution of the house plans and the front elevation. Resulting in an inventory of the 223 dwellings in four villages and one popular aggregation, but we didn't intent to enter into architectural, aesthetic or stylistic discussions.

Key words: Montepio. João Pessoa. Real Estate Portfolio. Popular Housing.

¹ Arquiteta e Urbanista formada em 2002 pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental (PPGEUA) do Centro de Tecnologia (CT) da UFPB. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). E-mail: angelanunes2@hotmail.com.

1. Introdução

A questão habitacional, entendida como necessidade de provisão de uma morada para as classes menos abastadas, teve sua origem e consolidação a partir das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas a partir do século XVIII, em virtude da Revolução Industrial. A partir da insalubridade e degradação produzida pela inadequada confluência populacional, o poder público foi compelido a intervir, para dar fim ao caos urbano e recompor a cidade. Primeiramente através de medidas sanitárias, em seguida à determinação de leis e normas que buscavam, além da higiene, a necessária disciplina construtiva para a edificação das casas e alojamentos operários e populares.

Ainda assim, o fornecimento de moradia para aqueles desfavorecidos, que eram acusados da "feição" da cidade industrial, tardou a ser encarada como uma responsabilidade estatal. A habitação do operário, do trabalhador, do pobre, continuava destinada ao especulador privado, apenas lentamente o Estado chegou ao posto de agente direto para conter e eliminar o déficit habitacional.

Por conta da insustentável condição urbana que se formara e pela pressão popular, o empenho governamental direcionava-se para ações concretas, como a construção de casas, vilas, conjuntos e até bairros inteiros para a população desprovida. Desta forma, a atuação pública tornava habitação subsidiada um sinônimo de habitação popular. O resultado construído do comprometimento governamental popular passou a ser elemento não só arquitetônico, mas político, econômico e social na formação das cidades. A casa subsidiada começava a ser um definidor urbano.

Até a década de 1930, a Europa já mostrava um amadurecimento pioneiro no âmbito habitacional. Em parte devido à antecedência cronológica das transformações urbanas desencadeadas pela Revolução Industrial, mas fundamentalmente às experiências ocorridas após a Primeira Guerra, com o envolvimento estatal no provimento de habitação para o trabalhador. Encontramos duas etapas distintas, balizadas de acordo com a forma de atuação desempenhada pelos governos locais. A primeira seria a Era Industrial, compreendida entre o aparecimento e a

firmação do processo de mecanização da produção. Nesta fase, o Estado, sob suas várias esferas, ocupou-se apenas indiretamente da resolução do problema, através da criação e implementação de leis sanitárias e mecanismos burocráticos para obtenção da moradia, ficando no âmbito privado a maioria das realizações construtivas. O outro momento estaria caracterizado no período entre guerras, quando a iniciativa pública direcionava-se ao cooperativismo, pelo incentivo direto para a realização de moradias através de instituições de origem previdenciária. Mesmo que esta fase tenha sido marcada pelo início da construção em massa de edificações e conjuntos habitacionais, o Estado ainda não assumia a posição de promotor ou executor da moradia popular, apenas mostrava-se disposto a colaborar com os institutos e organizações que objetivavam concretizar a habitação para seus associados. Este partido de atuação estatal, seja pela comodidade burocrática ou pelo sucesso construtivo, tornou-se um modelo de participação reproduzido em diversos países, como no caso brasileiro, por exemplo, onde a maior parte da habitação realizada pelo governo provinha de sociedades mutuárias.

No Brasil, a produção de moradia pelo Estado teve seu ápice construtivo quando da atuação emblemática do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através do Banco Nacional de Habitação (BNH), tanto por ser o primeiro executor de uma verdadeira política habitacional no país, quanto pela quantidade de unidades que foram construídas. Mas as experiências anteriores também desempenharam importante papel na tentativa de prover moradia popular. As primeiras manifestações de preocupação com a problemática habitacional remontam ao período final do Império. Contudo, as ações governamentais para aqueles que não tinham condições de obter moradias sem ajuda começaram a ser realizadas apenas a partir do século XX. Enquanto as cidades cresciam, a estrutura urbana entrava em colapso, como no caso europeu, por questões de aglomeração populacional e deterioração do espaço, agravadas pelas condições de moradia dos necessitados. O governo brasileiro, em suas diferentes esferas de atuação, perseguiu as mais distintas soluções para sanar a dificuldade habitacional da população pobre ou do trabalhador humilde. Até dar execução diretamente à construção de casas,

o Estado colocou-se como incentivador da construção privada e como executor de uma rígida postura higienista para garantir o controle sobre a cidade e "resolver" a questão habitacional.

A princípio, a ação do poder público foi incipiente, com poucas realizações concretas e poucas unidades construídas. O embrião de uma política habitacional só se formou a partir da República Nova (1930-1937), com a criação dos IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensão, entidades que realizavam programas de financiamento das habitações, onde os beneficiados deveriam pertencer àquelas determinadas categorias trabalhistas, razão pela qual a aquisição da casa própria ficava restrita a pequenas parcelas da população, deixando as camadas menos favorecidas excluídas desses benefícios.

As carteiras prediais destes institutos foram as maiores empreendedoras de habitação no país, inclusive durante o Estado Novo (1937-1945), responsáveis por inúmeros conjuntos habitacionais que se tornaram símbolos do ideário da arquitetura moderna. A produção dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAP) foi abalada pela inflação, pois "muitos dos financiamentos para a compra da casa própria não eram reajustados (não havia ainda o sistema de correção monetária), de modo que os Institutos tiveram que absorver os prejuízos decorrentes da desvalorização da moeda" (FINEP/GAP, 1983, p.55).

Com a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), em 1946, o Estado pretendia sistematizar as atividades, até então dispersas, de todos os órgãos do governo que estavam intervindo no setor da habitação para a população de baixa renda. Além de responder aos anseios daqueles que não participavam do mercado formal de trabalho, e que por isso não tinham acesso aos programas dos IAPs. Com limitados recursos para o seu vasto campo de atuação, a FCP chegou a construir apenas 4.879 unidades em 45 cidades de 12 estados do país.

Havia apenas esforços desconcentrados para a construção de unidades, até a instituição do SFH e BNH quando a ação governamental passou a acontecer de forma coordenada e sistemática. Um marco, não necessariamente positivo, na forma de gestão da questão da habitação pelo Estado, visto que a provisão de moradia passou a

ser um mero mecanismo de reaquecimento da economia na época, sem a necessária preocupação social ou urbana. Todas estas iniciativas foram importantes na abordagem do problema habitacional no país e na tentativa de solucioná-lo. As realizações destas diversas instituições públicas marcaram a paisagem de muitas cidades, bem como foram fatores determinantes do desenho e da expansão de muitas delas, mesmo que o planejamento não fizesse parte da política de implantação das unidades.

Na cidade de João Pessoa, como em diversas capitais do Brasil, anteriormente à atuação do BNH, os IAPs e a FCP se encarregaram de promover casa própria para seus segurados associados mediante parcelas amortizadas e tiveram grande importância no desenvolvimento e na definição do traçado urbano, como apontaram diversos estudos (CAVALCANTI, 1999; LAVIERI, 1999). Mas, antes dos renomados institutos federais, o governo da Paraíba prontificou-se a auxiliar seu funcionalismo na solução do problema da casa própria.

2. O Montepio dos Funcionários Públicos na Produção Habitacional de João Pessoa

Em 1913 seria fundada a instituição responsável pela realização das primeiras unidades de habitação subsidiada no estado: o Montepio dos Funcionários Públicos do Estado da Paraíba. O órgão tinha cunho previdenciário e assistencialista, era mantido por seus associados formando um fundo para a cobertura de determinados infortúnios, no intuito primeiro de prover pensões e conceder empréstimos. No ano de 1929, o então Presidente do Estado, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, sugeriu em mensagem oficial que o Montepio passasse a construir edificações para os servidores, como forma de incentivo aos funcionários. Todavia, com a morte do presidente em 1930, o plano de construção de habitações foi retomado apenas em 1932 quando foi fundada a Carteira Imobiliária do Montepio, objetivando o financiamento para construção, aquisição, ampliação e liberação de edifícios residenciais destinados aos seus segurados.

Desta forma foram construídas unidades não-populares e populares – de maneira isolada ou em conjuntos e vilas. Utilizando como marco divisor a atualização estrutural que transformou o Montepio dos Funcionários Públicos do Estado da Paraíba em Montepio do Estado da Paraíba (MEP), separamos o inventário das habitações populares realizadas de forma agrupada em duas fases. Na primeira etapa estariam compreendidas as habitações construídas entre 1932 e 1941, anos iniciais da criação da Carteira Predial. E a segunda etapa iria de 1942, ano em que o interventor Ruy Carneiro sancionou a alteração para MEP, até o ano 1963 que antecede o estabelecimento do BNH na Paraíba.

2.1 O Montepio e a Carteira Imobiliária: 1932 a 1941

Figura 1 – Trecho da Av. Almirante Barroso onde foram implantadas as primeiras unidades.



Fonte: Autora sobre mapa Google Earth.

Com a instauração da Carteira Imobiliária, seriam mantidas as funções primordiais da instituição: o pagamento de pensões e a concessão de empréstimos; porém, começaria a ser disponibilizado capital para financiamento de construção de edifícios, compra de terrenos e aquisição de prédios já construídos. Todas estas ações visavam o uso exclusivamente residencial, não seriam permitidos financiamentos para fins comerciais ou de qualquer outra natureza.

O ato inaugural da ação habitacional ocorreu em janeiro de 1932. Através de uma concorrência pública, a diretoria do Montepio selecionou a proposta do engenheiro e construtor Giovanni Gioia para a construção das 10 primeiras casas, pelas vantagens de economia e con-

forto que o empreiteiro oferecia. As edificações seriam construídas em terrenos de propriedade do órgão localizados na atual Avenida Almirante Barroso, à época Avenida Walfredo Leal, onde ainda seria possível a implantação de mais 30 casas. A área escolhida estava próxima ao Parque Solon de Lucena, importante ponto da cidade, era tida como zona eminentemente residencial e consolidou-se pela quantidade de prédios construídos ou comprados pelo instituto, posteriormente esta extensão seria delimitada como Bairro Montepio.

Para estas primeiras unidades foram oferecidos quatro tipos de construções: casa tipo A – com área de 100m², custo de 15:000\$000 e construída isoladamente; casa tipo B – com 120m², custo de 18:000\$000 e também isolada; casa tipo C – com 85m², custo de 12:500\$000, seriam agrupadas duas a duas e a casa tipo F – com 40m², custo de 6:000\$000, dispostas em séries maiores. Todos os tipos de edificações contrariam com instalações de água, luz e esgoto. Seriam utilizados os mesmos materiais de construção e acabamento: paredes de alvenaria, estrutura de concreto, piso de tacos e forro de madeira nos dormitórios e salas, piso de mosaico hidráulico e paredes revestidas de azulejo na cozinha e banheiro. A distinção entre as unidades estaria na quantidade de cômodos e nas áreas destes.

A instituição ainda ajustava seus regulamentos para as especificidades da Carteira Imobiliária, que passou a ser, em tão curto espaço de tempo, uma das atividades mais solicitadas. Até então, o serviço de habitação subsidiada continuava exclusividade do Montepio. Não obstante já tivessem sido criados alguns IAPs em João Pessoa, nenhum deles havia habilitado suas carteiras prediais ou começado a construção de edificações. Restava à população não atendida pelas entidades públicas recorrer ao auto-emprego da casa própria ou às empresas privadas de promoção predial que se disseminavam na cidade. Eram empresas que contemplavam seus mutuários através de sorteios dos títulos de capitalização, como a Auxiliadora Predial S.A., Constructora Universal Ltda., Líder Construções ou A Promotora da Casa Própria S/A. Todas sediadas em outros estados, mas com sucursais instaladas em João Pessoa a partir de 1934, em

busca do crescente mercado disposto a livrar-se do aluguel.

Apenas no ano de 1935 seria construído o primeiro conjunto de habitação popular do Montepio, e também de João Pessoa, realizado no bairro que passaria a se chamar Montepio. Conhecido como Vila Macacos, o conjunto era formado por 35 unidades padronizadas, implantadas com generosos afastamentos laterais. Estas unidades distanciavam-se da denominação popular, pela tipologia diferenciada e pelo alto nível de qualidade das construções.

Figura 2 – Sede do Montepio, jul. 2008



Fonte: Autora

Esta intervenção de 1935, acontecida durante a presidência de José Gomes Coelho, estabeleceu uma conduta nas realizações da Carteira Imobiliária do Montepio. Começaram a ser definidos padrões para projeto e construção das unidades de baixo custo, ditas populares. Na intenção de facilitar a execução e baratear a obra, assegurando, assim, o maior número possível de edificações, estas unidades seriam realizadas segundo projetos pré-definidos pela Diretoria. Seria um sistema mais econômico, diferentemente do critério da “planta própria” adotado nos casos das edificações maiores e mais caras, onde candidato apresentava o projeto da requerida residência.

As construções passavam a ter uma distinção explícita, em relação ao tamanho, ao valor, ao projeto e mesmo à nomenclatura utilizada pelo órgão para defini-las. A chamada “casa residencial” era a unidade que não tinha um modelo pré-estabelecido, nem seguia uniformização ou Standards. Nesta, a concepção do projeto ficava a cargo dos futuros proprietários, mas deveriam ser obedecidas metragens, números de cômodos e acabamentos indicados pelo Montepio. Este tipo de edificação

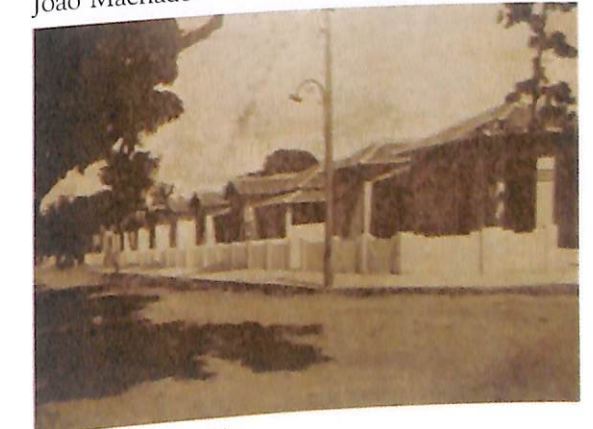
era o modelo habitacional direcionado para aqueles de remuneração melhor, era a edificação de cômodos generosos, acabamentos suntuosos e elementos decorativos segundo o gosto da época. Já a unidade padronizada, que seguia mesmo projeto arquitetônico e era entregue na forma de conjuntos e vilas, recebia a denominação de “casa residencial tipo popular”. Esta apresentava área reduzida, em torno dos 60,00m², e estava destinada aos funcionários de ganhos mais modestos.

Figura 3 – Localização da Vila 10 de Novembro



Fonte: Autora sobre mapa do Google Earth

Figura 4 – Vista das casas construídas na Av. João Machado.



Fonte: Melo (1946, p. 29)

Assim, o Montepio focalizou sua produção na casa individual, chegando a priorizar o tipo não-popular. Entre os anos de 1936 a 1940 foram construídas 80 grandes residências, com a regularidade de produção de uma unidade entregue por mês. As casas populares, séries e vilas foram postas, temporariamente, em segundo plano. Mas em 1939, o presidente do Montepio, Virgílio Cordeiro de Melo já buscava a retomada da construção

em massa de casas de baixo custo. Sempre preocupado com a repercussão social do instituto, este gestor teve um desempenho diferenciado e realizou alguns dos mais significativos trabalhos, como a instalação da sede própria do Montepio no antigo prédio do Banco do Brasil, localizado na av. Barão do Triunfo, e o maior conjunto entregue pelo Montepio até o fim da fase: a Vila 10 de Novembro, construída em 1941 no Bairro Montepio.

A vila era composta por 42 unidades populares que guardavam a mesma disposição em planta, mas diferiam quanto ao acabamento e à localização, estando classificadas em tipo A, B e C. As casas do tipo A custavam Cr\$ 16.000,00 e foram construídas na Avenida João Machado e Maximiniano de Figueiredo. As do tipo B e C custavam entre Cr\$14.000,00 e Cr\$ 12.000,00 e foram construídas na Rua Francisca Moura e Avenida D. Pedro II. Mesmo destinadas aos segurados mais necessitados, o padrão das casas desta vila sobrepunha os modelos conhecidos de casas populares, devido ao tamanho, área, acabamentos e ao preço. Apesar disso, o conjunto era classificado como popular pelo aspecto da padronização das unidades, pois era perdida a exclusividade da casa residencial, planejada por seus proprietários.

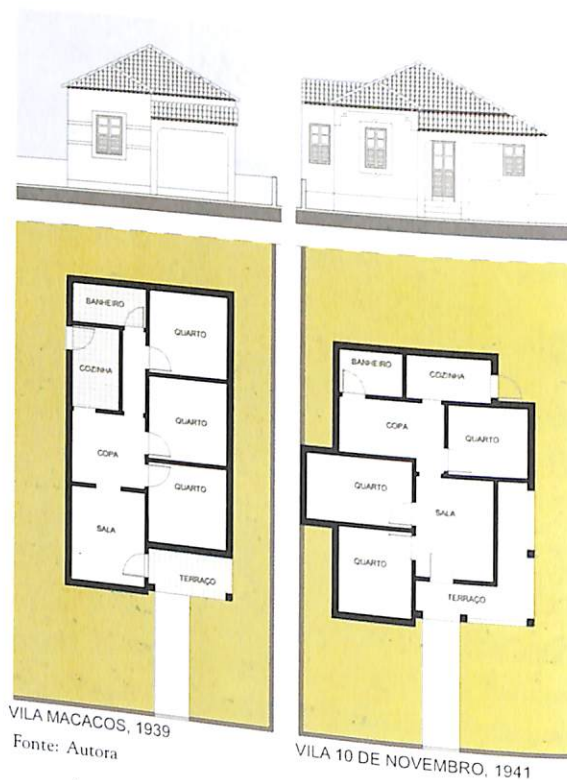
Nestes anos iniciais de produção habitacional, o Montepio foi responsável pela construção de 228 unidades, sendo 57% de unidades residenciais e 43% de unidades residenciais tipo popular. Embora parecesse um número tímido diante dos badalados conjuntos habitacionais realizados naquele período pelos IAPs, esta produção local representava, contudo, um avanço. Visto que, no Brasil, até o fim do Estado Novo, só foram reconhecidas pela bibliografia, além da atuação federal dos IAPs, a construção de unidades pelo governo de Pernambuco para erradicação dos mocambos e do governo do Rio de Janeiro para erradicação de favelas. A descoberta destas unidades do Montepio ratifica a produção, até então desconhecida, de outros órgãos estatais.

2.1.1 Classificação de Unidades Populares Produzidas em Conjuntos

Para as duas vilas, a referência construtiva foi a habitação tipo A construída em 1932. Maiores e mais confortáveis, as casas viraram um modelo tipológico também para a cidade, ficando

conhecidas como as primeiras "casa de conjunto" de João Pessoa. Embora a padronização não seja bem quista pelos moradores de conjuntos, haja vista as famigeradas mudanças operadas pelos proprietários com a ocupação dos imóveis, a composição da fachada acabou repetida em outras residências do bairro, inclusive naquelas que não eram construídas pelo Montepio.

Figura 5 - Planta e fachada frontal original da unidade construída na Vila Macacos e Vila 10 de Novembro



As unidades da Vila Macacos apresentavam volumetria mais simples que as residências individuais, não-populares, realizadas pelo Montepio. Estavam implantadas de forma livre no lote, isto é, com recuo frontal e afastamentos laterais todos ajardinados. As edificações tinham um programa até extenso para uma casa tida como popular: terraço, sala, copa, três quartos, cozinha, banheiro e lavanderia externa, totalizando cerca de 66,50m². Por economia, as áreas molhadas continuavam concentradas e colocadas sempre na parte posterior da casa, sempre longe dos olhos dos visitantes, resquícios da hierarquia de espaços e dos preconceitos de um passado colonial.

Com área e programa semelhantes ao da Vila Macacos, foram construídas as casas da Vila 10 de Novembro, diferindo apenas quanto à dispo-

sição da planta e à implantação no lote. Estas tinham 67,00m² e também eram compostas por terraço, sala, copa, três quartos, cozinha, banheiro e lavanderia externa. Porém, apresentavam um lado geminado e um esforço projetual para que todos os quartos estivessem voltados para a rua. Outro diferencial era a ampla área avarandada, igualmente inédita em outras construções populares.

Nos dois exemplares das vilas, não pudemos notar grandes avanços em relação à tecnologia e aos materiais de construção. Eram materiais, em sua maioria, do repertório local como tijolo maciço, telha colonial, madeira, cimento, ladrilho hidráulico e azulejos. Estes eram utilizados num esquema construtivo simples e tradicional, que contava ainda com as alvenarias dobradas como sistema estrutural. O emprego tímido e a escolha destes materiais não eram apenas uma questão de preferência particular ou imposição do órgão, tratava-se do momento ainda tímido pelo qual passava a industrialização de materiais de construção no Brasil, como apontou Reis (1978, p. 64).

As unidades produzidas até 1941 refletiam o desenvolvimento lento da cidade de João Pessoa, ainda amadurecendo como uma capital de estado. Mesmo sem os avanços materiais, a qualidade das unidades construídas era superior a muitas experiências realizadas neste período. As habitações produzidas pela Liga Social Contra o Mocambo no Recife, por exemplo, não dispunham de certos cuidados em relação a detalhes e acabamentos da construção. Segundo Lira (2002, p.59):

Se os materiais por vezes variavam e se aqui ou ali eram empregados pequenos lageados, marquises, colunas, caixas de esquadria ou basculantes, a casa colunas, caixas de esquadria ou basculantes, a casa térrea, unifamiliar, de alvenaria de paredes singelas, rebocos internos e externos de uma só massa, pé-direito de três metros, piso em cimento e teto sem forro, instalação de esgoto simplificada e coberta com telhas planas sobre caibros e ripas serradas, oferecia a solução econômica oficial.

A diferença existente entre as unidades propostas pelo Montepio e pela Liga podia ser justificada tanto pela forma de financiamento e aquisição das casas, quanto pela ausência de um modelo verdadeiramente popular no caso do Montepio. No caso de Recife, fazia-se urgente a instituição de uma casa popular que pudesse ser reproduzida a exaustão, dada a quantidade de pessoas vivendo nos mocambos, assim essa unidade deveria ser viável economicamente para o poder público. Já em João Pessoa, o custo da

unidade realizada estava garantido nos descontos do assegurado e futuro proprietário, bem como não houve investigações técnicas para obter um modelo de baixo custo. Portanto era compreensível que, ao contrário das unidades da Liga, as do Montepio tivessem melhorias como alvenaria de paredes dobradas (em torno de 0,28m), pé-direito de 4 metros, piso de tacos e ladrilho hidráulico, teto com forro de madeira e coberta de múltiplas águas com telhas tipo colonial de barro sob madeiramento.

Figura 6 - Vista de uma casa da Vila 10 de Novembro na época da inauguração



Fonte: Melo (1946, p. 33)

Figura 7 - Casa da Vila 10 de Novembro, localizada na Rua Francisca Moura em jul. 2008



Fonte: Autora

Um fator comum entre as unidades dos dois locais foi a opção pela unidade unifamiliar, resultado de condições tecnológicas, sociais e culturais. Numa tentativa de garantir a salubridade e a decência, fazendo com que a moradia popular tivesse aspectos qualitativos semelhantes às residências abastadas.

[...] A ideia higiênica da habitação unifamiliar, isolada e devidamente compartimentada, com jardim em frente para a ocupação moral do tempo livre e bem-disposta em arruamentos e conjuntos planejados, se espalharia ao mesmo tempo pela opinião e pelo espaço com impressionante rapidez.

[...] E não foi por acaso que, a partir da década de 30, os ícones românticos da arquitetura residencial européia como o cottage, o bungalow e o chalet, viessem a fornecer o modelo inspirador de um sem-número de paraísos proletários e vilas populares construídas pelo Estado e pelo empresariado local (LIRA, 2002, p. 56).

Estes aspectos, de relação edifício/lote e produção, em escala econômica e reduzida, de elementos das habitações dos ricos também foram mencionados por Reis (1978) ao discorrer sobre o desenvolvimento urbano no Brasil no período de 1920 a 1940. Apontando como uma forte tendência na produção das casas populares, a repetição das “aparências” das residências mais ricas com a modéstia dos recursos disponíveis.

Vimos que o isolamento, total e parcial, da edificação no lote foi utilizado nas unidades das Vilas, procurando garantir vistosos jardins e discretas passagens para a porção posterior das residências. Mas não parecia haver mais preocupações com conforto térmico-ambiental na edificação, já que a mesma planta era inserida em terrenos de diferentes orientações, fossem frente Norte ou Sul. Quanto ao emprego de componentes advindos das residências opulentas, notamos que este uso resultou numa volumetria sem evidência de estilo arquitetônico, sem refinamento projetual, servindo de ponto de divisão entre as unidades populares e não-populares do Montepio.

Enquanto a política de vários órgãos de provisão habitacional, notadamente os IAPs, baseava-se na eleição de uma planta mínima de baixíssimo custo, para a produção em larga escala, e na verticalização para potencializar o aproveitamento do solo, o Montepio continuou com sua proposta de residências individuais reproduzindo tipologias bem sucedidas no primeiro ato de sua Carteira Predial. Sem a procura por um modelo econômico, estas casas populares tinham a qualidade e o conforto das grandes residências, e, por conseguinte, esse custo impediu um maior número de construções.

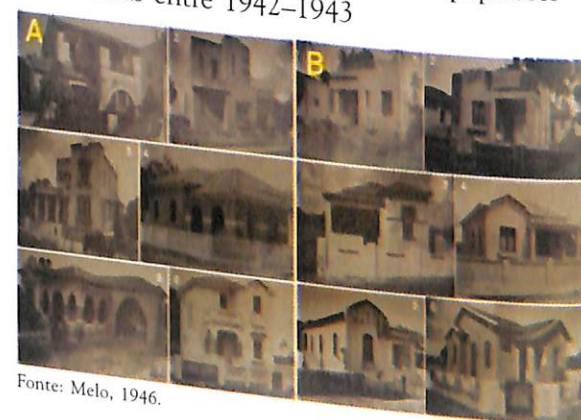
2.2 A Habitação Através do MEP: 1942 a 1963

Mesmo com as novas funções atribuídas pelo Governo da Paraíba, transformando o instituto em MEP, ainda era finalidade principal do órgão assegurar pensão e pecúlio aos beneficiados dos

seus segurados falecidos e, por finalidade secundária facilitar aos seus segurados empréstimos em dinheiro e financiar construção ou aquisição de casa para moradia. E foi justamente o sucesso das atividades das carteiras de empréstimos e de imóveis que atraía cada vez mais contribuintes e inscritos para adquirir ou construir casas. Além da construção, a liberação de crédito para reforma de habitações também passou a fazer parte das pertinências do instituto.

Nos anos seguintes à alteração para MEP, o ritmo de produção das edificações manteve-se semelhante ao período anterior, mas passou a ser exclusivamente de casas não-populares, com elevação significativa do custo médio das unidades. Considerando resguardadas as devidas variações de custo pela inflação ou pela alta das tarifas relativas à construção civil, os valores unitários triplicaram. Como se tratavam de valores médios, obviamente cada casa apresentava suas particularidades, uma vez que, para estas unidades, era utilizado o sistema da “planta própria”, projeto apresentado pelo futuro proprietário e não pelo MEP. Assim, foram construídas residências com os mais variados projetos e, por conseguinte, diversos estilos arquitetônicos. Embora fossem os mais distintos os projetos, estas unidades residenciais não-populares podiam ser balizadas e agrupadas de acordo com área e valor de custo.

Figura 8 – Grupo A e B de casas não-populares construídas entre 1942–1943



Fonte: Melo, 1946.

No grupo A estariam as casas maiores com área em torno de 150,00m² e número considerável de cômodos – na maioria das vezes compostas por duas salas, sala de copa, três ou quatro quartos, terraço, banheiro, cozinha e área de serviço, algumas até com quarto e banheiro de empregada. Estas unidades, geralmente

dispostas em dois pavimentos – térreo e primeiro andar, eram implantadas em terrenos maiores que os habituais utilizados pelo Montepio, em torno de 300,00m² ou 360,00m², e sempre com afastamentos laterais e frontais ajardinados e bem definidos. Num grupo B estariam as demais casas, igualmente “residenciais”, porém menores e mais simples. Eram unidades com área abaixo dos 100,00m²; implantadas em terrenos de tamanho regular, segundo padrão do Montepio – 10,00m X 30,00m; todas com afastamento frontal e apenas algumas gozando de afastamentos laterais. Todas estas residências eram térreas e constituídas de sala, terraço, dois ou três quartos, cozinha, banheiro e área de serviço externa. Os modelos apresentados nessa classe aproximavam-se dos definidos como populares, mas cada proprietário conferia certas particularidades às casas, de acordo com a necessidade ou gosto.

O Montepio distanciava-se da execução de habitações populares, dedicando-se exclusivamente à construção das grandes residências. Segundo registros do órgão (MENSAGEM, 1950; Melo, 1946), entre os anos de 1942 a 1948, foram construídas 178 casas, nenhuma delas do tipo popular. Naqueles anos, as atividades da Carteira Imobiliária – quer fossem de construção, aquisição, hipoteca ou compra de terrenos – estavam direcionadas para os contribuintes que se dispunham a pagar maiores parcelas.

Foi apenas em 1949, mesmo ano em que a FCP realizaria seu primeiro núcleo residencial na cidade, em meio ao brado local e nacional pela provisão de moradia e baixa dos aluguéis, que o MEP retomou a construção das requisitadas casas populares. A Vila 11 de Junho, inaugurada naquele dia no ano de 1949, consagrou o recomeço da produção em massa das unidades habitacionais, realizada pela última vez em 1941. O conjunto, destinado às famílias mais humildes, foi implantado no Bairro Santa Júlia. Eram 30 casas térreas, geminadas por um lado, com uma nova composição e tipologia de dois quartos e com área menor em relação às vilas anteriores. Tratava-se de um grupo de casas modestas, como há tempos não era realizado pelo MEP, para atender àquela parcela desconsiderada de seus contribuintes.

Figura 9 – O Governador Oswaldo Trigueiro na inauguração da Vila 11 de Junho



Fonte: Jornal A União, 12 jun. 1949.

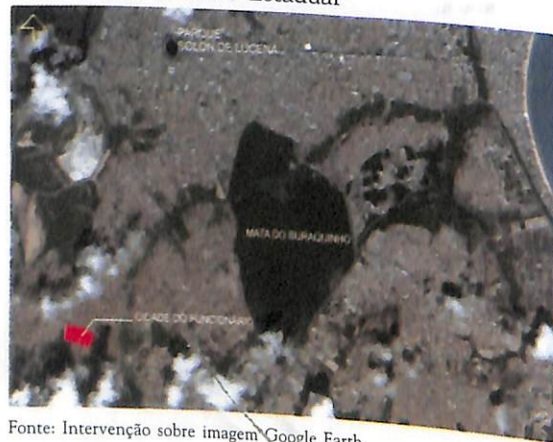
Com o governo estadual imbuído deste espírito empreendedor, fora lançada a pedra fundamental de mais um conjunto residencial destinado ao funcionalismo público, na ocasião da inauguração da Vila 11 de Junho. Tratava-se da Vila da Rua Miguel Santa Cruz no Bairro Torrelândia, entregue em 1950. O conjunto era composto por estabelecimentos comerciais, quatro unidades destinadas a açougues e 38 prédios para moradia, realizados com o mesmo projeto da vila de 1949, edificada no bairro de Santa Júlia. A iniciativa, segunda realizada na presidência de Dr. Normando Guedes Pereira, inovava pela inclusão de outros usos além do residencial, a exemplo de outros usos além do residencial, a exemplo, guardadas as devidas proporções, dos conjuntos dos IAPs realizados pelo país que continham alguns serviços necessários aos moradores, como praças, lavanderia, posto médico ou lojas. Com a realização desta vila, sagrava-se a mudança de postura do MEP, priorizando o atendimento dos servidores desprovidos ao invés da construção apenas das grandes casas, pequenos palacetes como chamavam alguns críticos na época. A adoção da causa habitacional fez com que o MEP continuasse a construção das casas populares nos quatros anos que se seguiram.

Contudo, o movimento produtivo a partir dali não cresceu e o número de unidades, tanto das residenciais quanto das residenciais de tipo popular, caiu admiravelmente. Passando das 82 construções realizadas em 1949 e das 60 em 1950, para 13 unidades construídas em 1951, 32 unidades construídas em 1952 e 1953 e 39 unidades construídas em 1954. Além do declínio da produção, outra característica do período foi a construção isolada das casas populares, não sendo execu-

tado nenhum conjunto ou vila após 1950. Em prejuízo para a população de maneira geral, por que a implantação das vilas significava a possibilidade de implantação da infra-estrutura básica na área.

A diminuição da produção do MEP deveu-se em parte ao pouco comprometimento da sua administração e também ao lançamento e atuação de diversas Carteiras Prediais de outros institutos que dividiram a atenção e o incentivo estatal. Em destaque, não só o exercício das instituições já reconhecidas – como os IAPs e a FCP, responsáveis por pelo menos sete conjuntos entre 1949 e 1963 – mas, sobretudo a iniciativa de instituições novas na questão habitacional, como as locais Caixa de Aposentadoria dos Serviços Públicos na Paraíba, a Caixa Beneficente da Polícia Militar da Paraíba, o Instituto dos Servidores do Estado ou a Caixa Econômica Federal da Paraíba que implantou o Bairro Jardim Miramar em 1950. O Governo do Estado fez parceria com todos estes institutos, mas deu preferência às ações federais pelo número de unidades que poderiam ser construídas e pela aparente comodidade em ser incentivador, através da doação de terrenos e isenção fiscal, ao invés de investir diretamente na construção ou aquisição das casas. Muito mais vantajoso para o Estado incentivar a produção federal que custear suas próprias habitações.

Figura 10 – Localização do conjunto Cidade do Funcionário Público Estadual



Fonte: Intervenção sobre imagem Google Earth

A retomada do crescimento do MEP só aconteceu no governo de Pedro Gondim, que reparou a estrutura do instituto e reconduziu a construção em massa de casas populares, acontecida no ano de 1963. Pelo empenho do governador, foi realizado o maior plano de

construção de casas populares do Montepio ao fim do período pré-BNH: a Cidade do Funcionário Público Estadual, implantada no Bairro de Oitizeiro em 1963. Na ocasião da inauguração, foi entregue para 76 famílias a primeira parte das 300 unidades que seriam construídas. A distribuição das casas respeitou o mesmo critério usado para entrega dos conjuntos anteriores, dando preferência aos funcionários inscritos com família mais numerosa, mais sobrecarregada de filhos. Auxiliando assim os servidores mais desamparados, mais humildes, mais sacrificados, aqueles de remuneração menos significativa.

O Montepio atingia ineditamente um número bastante expressivo de unidades populares em benefício da parcela realmente desprovida de seus associados. Também em caráter pioneiro, estabelecia a implantação de conjuntos habitacionais em áreas periféricas, este seria o primeiro conjunto do MEP a ser instalado fora do perímetro e das adjacências da zona central da cidade, numa área de nível socioeconômico bem mais baixo. Assim, dava-se início a um processo de expansão urbana, de periferização que se tornaria tão comum na Era BNH, e bastante criticado posteriormente.

Ao fim deste período, vimos que o Montepio deixou de ser único provedor de habitação subsidiada, com o início da construção de vilas e conjuntos pelos IAPs e FCP na cidade. Distanciando-se do foco popular, o instituto estadual continuou sua produção habitacional colocando em primeiro plano a construção de residências maiores e mais luxuosas para associados de melhores posses. Enquanto esteve sozinho na provisão de unidades subsidiadas, o Montepio atuava similarmente às autarquias federais, numa espécie de escala reduzida pela disponibilidade de recursos e pelo tamanho da cidade. Com a vinda dos IAPs e FCP para João Pessoa, pareceu-se que este instituto estava “liberado” do apelo popular e poderia se dedicar à construção de outra modalidade de casas, onde houvesse retorno financeiro, sem grandes investimentos por parte dos cofres da instituição. A produção do Montepio ficou associada a estas unidades diferenciadas, enquanto que as casas de conjunto começaram a ser “responsabilidade” dos órgãos federais.

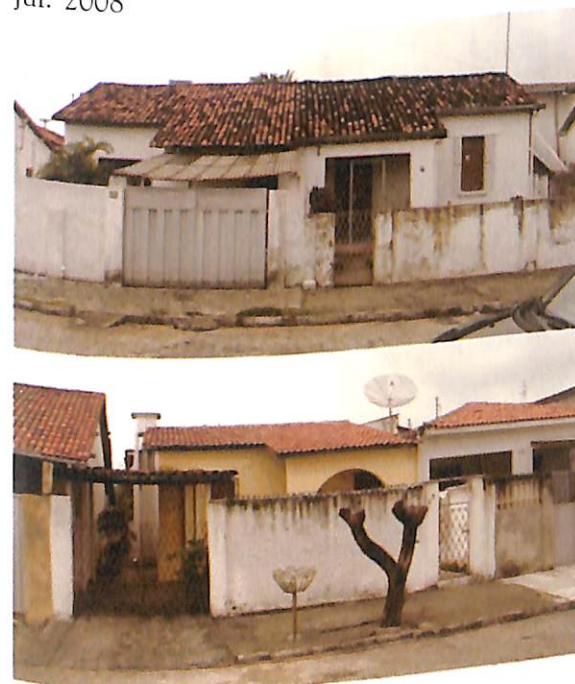
2.2.1 Classificação de Unidades Populares Produzidas em Conjuntos

Figura 11 – Vila 11 de Junho no ano da inauguração



Fonte: Jornal A União, 9 jun. 1949

Figura 12 – Casas na Vila Miguel Santa Cruz, jul. 2008



Fonte: Autora

Nesta segunda fase, a produção popular do Montepio foi caracterizada pela alteração do seu modelo. Com redução das áreas das unidades e do número de cômodos, seguidos da simplificação tipológica e construtiva semelhante à praticada por outros institutos como IAPs e FCP. Foi adotado o mesmo projeto nas duas vilas realizadas em 1949 e 1950, em Santa Júlia e Torrelândia respectivamente. A repetição do projeto na Vila da Rua Miguel

Figura 13 – Planta e fachada da unidade construída na Vila 11 de Junho e Vila da Rua Miguel Santa Cruz



VILA 11 DE JUNHO, 1949
VILA RUA MIGUEL SANTA CRUZ, 1950

Fonte: Autora

Santa Cruz também tinha por objetivo a economia de tempo e recursos, assim como esta nova tipologia empregada pelo Montepio já havia sido bem aceita pelos contribuintes.

As realizações federais tornavam-se referência para construções populares, influenciando diretamente a produção do MEP. A padronização das unidades passou a ser inevitável para o sucesso dos empreendimentos populares do instituto, e junto à ideia da uniformização, fortaleceu-se a cada ano a simplificação construtiva. O programa e a área das unidades foram reduzidos, a planta tornou-se mais compacta e funcional. Como resultado, o volume arquitetônico surgia despojado de elementos de-

Figura 14 – Unidades da Cidade do Funcionário em julho 2008



Fonte: Autora.

corativos, sem profusão de recortes na coberta, nem preocupações estilísticas, apenas fruto de mera representação dimensional da planta. Os materiais de construção e os acabamentos também ficaram mais modestos, enquanto que as técnicas construtivas não apresentaram grandes alterações, privilegiando as empresas e o trabalho local.

Com área aproximada de 51,00m², estas casas eram compostas por terraço, sala, dois quartos, copa, cozinha e banheiro. Estavam geminadas por um lado, além de implantadas em um terreno menor e com composição volumétrica bem mais simples que as unidades das vilas anteriores, num esforço do Montepio para baratear o custo das casas e assim possibilitar um número maior de construções. Adotando-se esta postura de simplificar e padronizar, as unidades construídas pelo Montepio acabaram por

Figura 15 – Planta e fachada frontal original de unidade da Cidade do Funcionário



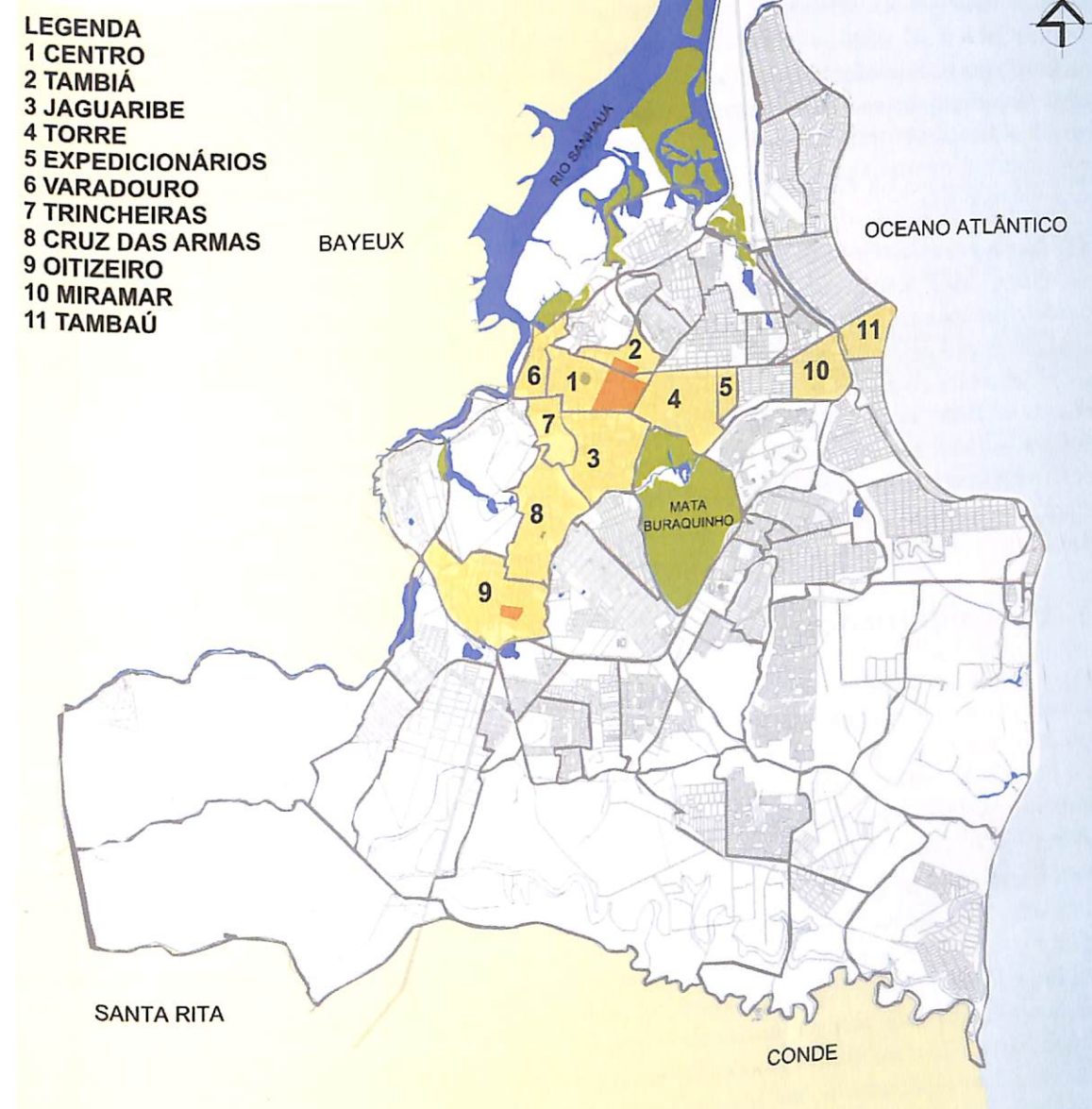
Fonte: Autora.

se aproximar, financeira e tipologicamente, das casas construídas pelos institutos federais.

A construção dessas unidades consagrou a retomada das casas populares e a associação do significado habitação de baixo custo, uma vez que o Montepio mudava sua postura na concessão dos financiamentos, dedicando-se aos contribuintes mais carentes em benefício dessas famílias.

Compartilhando desta mesma intenção, porém após treze anos, foram construídas as unidades da Cidade do Funcionário, com número de cômodos e área ainda menores. A habitação, com aproximadamente 50,00m², era composta por terraço, sala, dois quartos, cozinha e banheiro, sem a copa das vilas anteriores, mas implantadas em terrenos de maiores dimensões, com dez metros

Figura 16 – Bairros com obras do Montepio até 1963, em laranja o Bairro Montepio e a Cidade do Funcionário Público Estadual



Fonte: Base cartográfica atual, SEPLAN – PMJP

de frente por trinta de comprimento. O conjunto também foi concebido primando pela economia, embora a edificação estivesse disposta livremente no terreno, com afastamentos laterais – decisão considerada menos econômica, a composição volumétrica apresentava-se de maneira mais simplificada sem adornos decorativos, além da coberta com caimento em uma água.

O padrão construtivo do Montepio nestes vinte e nove anos de atuação da sua Carteira Imobiliária sempre foi tido como alto, quer pelo tamanho das unidades construídas ou pelo esmero no uso dos materiais e acabamentos, mesmo nas cons-

truções mais modestas. Contudo, foi inevitável promover a adaptação deste alto padrão às necessidades quantitativas e financeiras do Instituto.

No processo evolutivo das unidades populares, desde a primeira casa realizada na Vila Macacos até esta última na Cidade do Funcionário, vimos a diminuição gradual das áreas de construção – as plantas tornaram-se cada vez mais enxutas; a supressão de cômodos – primeiro a retirada do terceiro quarto, seguida da remoção da copa; a busca pela economia na geminação das unidades – antes implantadas livres no lote, depois dispostas aos pares, unidas por um cômodo ou lateral e,

por último, viu-se a gradual e sensível limpeza formal das unidades – em parte por questões de custo, mas também a considerar as transformações estéticas e de gosto no decorrer deste tempo. Contudo, as unidades populares do Montepio ainda guardaram um padrão diferenciado, tendo-se em consideração às residências de outros institutos estatais e mesmo algumas propostas de organizações privadas.

Nesta segunda etapa, ocorreu uma divisão de esforços. O MEP acabou por dedicar-se à construção de casas maiores e deixar em segundo plano as unidades populares, visto que a atenção para estas unidades estava resguardada pelos órgãos federais. Mas as unidades construídas pelo Montepio, populares ou não, tiveram grande importância no desenvolvimento dos bairros em que foram implantadas e, conseqüentemente, no crescimento da cidade, como veremos no capítulo seguinte.

3. Considerações Finais

Com as primeiras descobertas deste estudo, começamos a perceber uma instituição que gradativamente foi dominando a construção civil na cidade, realizando grandes casas – ou pequenos palacetes como disseram alguns – apesar de relegar a construção das casas populares, tratando-as como uma questão de mero exercício de caridade. Afinal, a instituição tinha outras atividades e investimentos, sendo os empréstimos a médio e longo prazo bem mais rentáveis, ao passo que a modalidade predial, através da Carteira Imobiliária, não possibilitava grandes lucros, ainda mais com estas construções. Mas era inegável a função e a necessidade social da intervenção do Montepio, pois grande parcela dos contribuintes dependia exclusivamente da instituição para ter a idealizada casa própria. Apenas sob a ótica assistencialista foi que as primeiras moradias populares foram construídas.

Mesmo que não tenha realizado avassaladores planos urbanísticos ou grandes conjuntos com centenas de casas como os dos institutos federais, o Montepio realizou aquilo que era sua meta primordial: a casa para o funcionário público, sendo popular ou não. E amparado nesse sentido, foi muito bem sucedido em sua missão. Pode-se afirmar que a atuação do Montepio na habitação consolidou o uso residencial naquela área próxima à

Tabela 1 – Unidades Residenciais Construídas entre 1932 – 1963

ANO	Nº	TIPO DE UNIDADES
1932	15	Residenciais
1933	7	Residenciais
1934	41	Residenciais
1935	8	Residenciais
	35	Residenciais tipo popular em séries
1936	16	Residenciais
1937	14	Residenciais
1938	15	Residenciais
1939	15	Residenciais
1940	20	Residenciais
1941	42	Residenciais tipo popular em séries
1942	17	Residenciais
1943	13	Residenciais
1944	11	Residenciais
1945	24	Residenciais
1946	24	Residenciais
1947	24	Residenciais
1948	65	Residenciais
1949	30	Residenciais tipo popular em séries
	52	Residenciais
1950	38	Residenciais tipo popular em séries
	22	Residenciais
1951	2	Residenciais
	11	Residenciais tipo popular
1952	11	Residenciais
	21	Residenciais tipo popular
1953	8	Residenciais
	24	Residenciais tipo popular
1954	10	Residenciais
	29	Residenciais tipo popular
1958	20	Residenciais
1959	17	Residenciais
1963	78	Residenciais tipo popular em séries
TOTAL	471	Residenciais
TOTAL	223	Residenciais tipo popular em série
TOTAL	85	Residenciais tipo popular
TOTAL	779	CONSTRUÍDAS

Fonte: Autora

Lagoa, dinamizou a infra-estrutura do local pelo número considerável de construções; atraiu o interesse do governo para provisão da infra-estrutura após a instalação das vilas e conjuntos – embora as respostas estatais tenham sido comumente mais demoradas; foi responsável pelas incursões iniciais em bairros como Torre e Expedicionários – que mais tarde se firmariam como bairros residenciais pela ação de outros institutos também públicos e, finalmente, o Montepio inaugurou a implantação periférica de habitação subsidiada e produzida em larga escala ao conceber a Cidade do Funcionário Público Estadual.

Quantitativamente a produção do Montepio pode até ser considerada pequena diante dos números dos institutos federais, mas foram realizações e alguns reflexos urbanos importantes que ficaram a muito esquecidos pela inexistência de um estudo aprofundado sobre o período abordado. Mesmo que de forma acanhada, a Paraíba envolveu-se diretamente no processo de produção habitacional e antecipou-se à ação federal, como fizeram poucos estados da Federação, a exemplo de Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. O Montepio, com suas casas unifamiliares e vilas para o funcionalismo público, conseguiu estabelecer um padrão construtivo que se tornou referência em João Pessoa, sendo repetido, inclusive, por particulares. Numa ação que, até então, encontrava-se pouco documentada e desmerecida, em conseqüência da dificuldade de acesso às informações da atuação do órgão ou mesmo por se tratar de um instituto estadual de pouca visibilidade, diante dos recursos nacionais que possibilitaram a implantação das vilas e conjuntos da FCP, dos pequenos e médios conjuntos dos IAPs e, posteriormente, dos grandes conjuntos habitacionais afastados da malha urbana pelo BNH na cidade.

O instituto continuou a construção de unidades habitacionais para seus funcionários públicos, mesmo após a instauração do BHN. E o fez de maneira ainda mais organizada, através do estabelecimento de políticas voltadas exclusivamente para a concessão das moradias. Isto foi possível com a reestruturação do órgão acontecida em 1970, quando o Governador João Agripino assinou o Decreto nº 5.144 de 27 de outubro, modificando o MEP para Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP).

Referências

- CAVALCANTI, Jovanka Baracuhi. *A política habitacional do BNH no Brasil pós-64 e seus reflexos na expansão urbana de João Pessoa*. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1999.
- FINEP / GAP. *Habitação popular: inventário da ação governamental*. Rio de Janeiro: FINEP; Projeto, 1983.
- LAVIERI, J. R.; LAVIERI M. B. F. *Evolução urbana de João Pessoa pós-60*. In: GONÇAL-

VES, R. C. A. *Questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1999.

LIRA, J. T. C. *Modernidade e economia de morar no Recife (1930-1964)*. In: SAMPAIO, M. R. A. (org.). *A promoção privada de habitação econômica e a arquitetura moderna 1930 – 1964*. São Carlos: RiMa, 2002. p. 52-76.

MELO, V. C. *Relatório do exercício de 1944: apresentado ao Conselho fiscal do Montepio do Estado da Paraíba*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1946.

MENSAGEM Governamental. A União. João Pessoa, 04 jun. 1950, 4ª Secção.

PARAHYBA (Cidade). *Código de Posturas. Lei nº 140 de 04 de outubro de 1928*. Parahyba: Imprensa Oficial, 1928.

REIS, N. G. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

Desrespeito às Faixas de Pedestres: o papel dos órgãos de trânsito

Clément Vialle¹
Werner Kraus Junior²

Resumo

Discute-se que o uso sem critério, por parte das autoridades de trânsito, das faixas de travessia de pedestres é um fator contribuinte para o desrespeito a esta forma de sinalização. Parte-se da análise do texto do Código de Trânsito Brasileiro, cujos artigos que tratam do tema dos pedestres não se preocupam em distinguir, com símbolos diferenciados, as várias situações de uso das faixas. A situação confusa reflete-se no caso ora estudado, que examina o emprego das faixas em uma realidade urbana específica. Nesta, as faixas são aplicadas nas mais variadas situações de tráfego e com todo tipo de sinalização auxiliar, configurando um quadro de diluição da semântica do símbolo visual, situação esta que se supõe vigorar em outras cidades brasileiras. Com base na discussão, apresenta-se um conjunto de recomendações sobre a normatização do uso das faixas de pedestres.

Palavras-chave: Faixa de Pedestre. Segurança Viária. Normatização da Sinalização.



Abstract

It is argued that the lack of criteria from traffic authorities when deploying pedestrian crosswalks contributes to the disregard of the priority rules of such signs. The starting point is the analysis of the Brazilian Traffic Code, which does not consider the need for symbolic distinction of the various pedestrian crossing situations. Then, a case study in a particular urban reality is conducted, where a confusing situation is found. In this city, the same horizontal pedestrian crosswalk sign is used in a wide variety of traffic conditions, combined with an assortment of ancillary signs, resulting in a dilution of the semantics of the visual symbol. Such is the case that is likely to exist in other Brazilian towns. Based on the discussion, recommendations are made for standards for the deployment of pedestrian crosswalk signs.

Key words: Pedestrian Crossing. Road Safety. Normalization of Signaling.

¹ Engenheiro de Sistemas Urbanos - Université de Technologie de Compiègne.
² Engenheiro Eletricista - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Mestrado em Engenharia Elétrica, Doutorado em Engenharia. Professor do Departamento de Automação e Sistemas do Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina - CTC / UFSC.

1. Introdução

Apesar de concebidas para sinalizar de forma segura e não ambígua os locais de travessia de pedestres, as faixas de segurança tornaram-se foco de polêmica por serem sistematicamente desrespeitadas por motoristas e pelos próprios pedestres. Várias opiniões têm sido veiculadas pela imprensa sobre este fenômeno, refletindo o sentimento de frustração dos usuários das vias públicas, sejam pedestres ou motoristas. Assim, o jornal Folha de São Paulo registra que “a cidade é fisicamente hostil a esse direito [a prioridade para o pedestre prevista no Código de Trânsito Brasileiro]. [...] Vale a lei do mais forte” (SCARPELLINI, 2002). Mesmo em Brasília, cidade na qual as faixas são efetivamente lugares de preferência, existe esse conflito entre pedestres e motoristas, conforme relata o jornal Correio Brasiliense: “Tanto que motoristas apressados são obrigados a forçar a passagem por entre os pedestres também apressados que parecem preferir perder a vida-num-minuto a um-minuto-na-vida” (MENEZES, 2002). Ou ainda: “Havia — e sempre haverá — os que acham absurdo dar vez aos que julgam ser cidadãos de segunda classe. Na mudança de governo, o Correio Braziliense testemunhou um motorista furioso, ordenando a uma senhora que saísse logo da faixa “porque essa palhaçada iria acabar” (PAVARINO, 2000).

O sentimento generalizado é de que a responsabilidade pelo problema cabe exclusivamente a motoristas e pedestres. Cita-se que cerca de 90% dos acidentes são provocados por culpa destes (IZIDORO, 2002). Mas, conforme declara Roberto Scaringella, “foi uma inverdade repetida tantas vezes que passou a fazer parte do inconsciente coletivo” (IZIDORO, 2002). Um estudo coordenado pelo pesquisador conclui que 56% dos acidentes de trânsito tem influência de fatores externos, tais como o mau estado das vias ou da sinalização (SCARINGELLA, 2002).

Seguindo a mesma lógica, discute-se neste artigo a hipótese de que um fator externo que contribui para a falta de segurança dos pedestres é a falta de critério e consistência no uso da faixa de sinalização horizontal por parte dos órgãos responsáveis pela sinalização viária.

A argumentação está estruturada nos seguintes tópicos:

- inicialmente, na Seção 2, analisa-se o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para que se verifique (i) a lei vigente e (ii) as normas de sinalização, presentes no Anexo II do mesmo; a interpretação de diversos Detrans também é analisada;
- na Seção 3, apresenta-se o estudo da realidade de Florianópolis, Santa Catarina, com ênfase nas diretrizes do uso da sinalização pelas autoridades de trânsito e nas práticas de respeito às faixas nas vias analisadas.
- A partir desta análise, faz-se na Seção 4 as possíveis generalizações para o caso brasileiro, apresentando-se um conjunto de recomendações sobre o emprego das faixas de travessia de pedestres.

2. As Faixas e o Código de Trânsito Brasileiro

A mais recente versão do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), promulgado como Lei 9.503 de 23/09/97 (BRASIL, 2002) foi saudada como um prenúncio de mais segurança no trânsito, com menor número de mortos e feridos. Ainda que uma lei não signifique muito sem a correspondente ação coercitiva para que seja cumprida, as reações otimistas que se seguiram à publicação da lei são, em parte, devidas à carência anterior na legislação para caracterização de crimes de trânsito e responsabilização dos culpados. A nova versão do CTB inspira comentários como a seguir:

É consenso que o Código de Trânsito Brasileiro é bom. O documento é comparável a aqueles existentes nos países de primeiro mundo, contempla todos os elementos que caracterizam o sistema de trânsito, tratando dos usuários — motoristas e pedestres — da educação de trânsito nas escolas, dos veículos, do sistema viário, dos pólos geradores de tráfego. Enfim, é completo. (A VÍTIMA, 2001).

Cabe verificar se este é o caso dos artigos que tratam do caso de pedestres, agrupados no Capítulo IV do Código, que são o artigo 69 e o artigo 70. Antes de iniciar a travessia, o comportamento desejável dos pedestres é regido pelo artigo 69 do CTB. Expressamente, tem-se a seguinte redação:

“Art. 69. Para cruzar a pista de rolamento o pedestre tomará precauções de segurança, [...] utilizando sempre as faixas ou passagens a ele

destinadas sempre que estas existirem numa distância de até cinquenta metros dele, observadas as seguintes disposições:

[...]

II - para atravessar uma passagem sinalizada para pedestres ou delimitada por marcas sobre a pista: a) onde houver foco de pedestres, obedecer às indicações das luzes; b) onde não houver foco de pedestres, aguardar que o semáforo ou o agente de trânsito interrompa o fluxo de veículos.”

A redação do inciso II pode levar à interpretação de que a travessia sobre a faixa, onde não houver foco de pedestres, não pode ocorrer até que o semáforo bloqueie o fluxo conflitante ou intervenha um agente de trânsito. Este erro surge quando se tomam como sinônimos os conceitos de “faixa” e “passagem”. A distinção entre estes dois termos não aparece no Anexo I do Código, que trata dos conceitos e definições. Cria-se então uma ambigüidade, pois no artigo 70 a seguir pode-se ler:

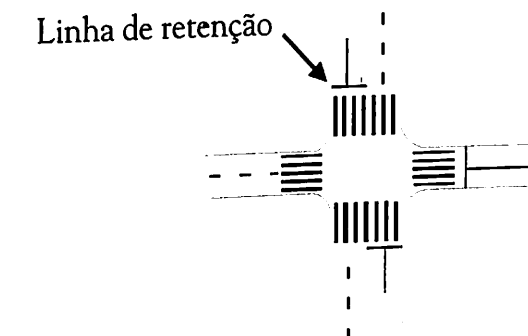
“Art. 70. Os pedestres que estiverem atravessando a via sobre as faixas delimitadas para esse fim terão prioridade de passagem, exceto nos locais com sinalização semafórica, onde deverão ser respeitadas as disposições deste Código”.

Referindo-se a este último artigo, os pedestres têm a preferência nas faixas, quando eles estão atravessando. Significa que eles têm preferência nas faixas quando ela é o único objeto da sinalização (sem semáforo para pedestre, agente de trânsito ou semáforo para motoristas). Em resumo, o próprio código induz a uma certa confusão conceitual sobre o uso das faixas. A elucidação dos conceitos de faixa e passagem eliminaria o problema, com a vantagem adicional de se restaurar o valor da “passagem” como elemento de sinalização horizontal para pedestres.

Do ponto de vista da sinalização, o CTB, em seu Anexo II, apresenta apenas o diagrama apresentado na Figura 1, que trata das faixas e das linhas de retenção (BRASIL, 2002).

Observa-se, no Anexo II, a ausência das “passagens” de pedestre. Tal ausência deve-se, provavelmente, à simplicidade do símbolo, que consiste em duas faixas transversais à pista de rolagem e que delimitam o espaço da travessia. Mas, na redação do Artigo 69, lê-se “passagem sinalizada para pedestres ou delimitada por marcas sobre a pista” (destaque dos autores), sem que se tenha diagramas sobre tais marcas.

Figura 1 – Esquema de sinalização horizontal de faixas de pedestres



De alguma forma, esta ausência parece levar à noção de que a faixa é o único símbolo para travessia de pedestres. Assim, o mesmo símbolo visual acaba sendo usado numa grande variedade de situações de volume e velocidade de tráfego, com sinalizações auxiliares das mais diversas. Estuda-se a seguir o desgaste da identidade visual e semântica das faixas decorrentes desta situação.

3. O Emprego das Faixas de Pedestres em Florianópolis

O estudo do emprego das faixas de pedestres nas vias baseia-se na realidade urbana de Florianópolis, em Santa Catarina. Nesta cidade de cerca de 350 mil habitantes (INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS, 2002), os boletins de acidente de trânsito da Polícia Civil mostram que nos meses de abril de 2001 a abril de 2002 aconteceram 17 atropelamentos na jurisdição do Centro. No bairro Trindade, aconteceram 26 atropelamentos no mesmo período, com 3 deles ocorrendo nas faixas para pedestres. Entrevistas com moradores e comerciantes do bairro indicam que estes dados estão subestimados, pois mais 3 atropelamentos sobre faixas em pontos distintos foram descritos.

Considerando estes dados, os itens seguintes apresentam uma análise do emprego das faixas e seu respeito pelos pedestres.

3.1 Diretrizes do uso da sinalização pelas autoridades de trânsito

Em Florianópolis existem várias configurações e sistemas de sinalização para permitir um

fluxo alto de pedestres e carros com segurança. Em geral, a escolha do órgão de trânsito municipal (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF) depende do fluxo de pedestres e de veículos, e da velocidade na via. São empregados três sinais para dar a preferência aos pedestres: as faixas de pedestres, as linhas de retenção (sinalizações horizontais) e os semáforos (sinalização vertical).

3.2 Uso das faixas de travessia

As faixas sem semaforização têm sido usadas em situações diversas, desde vias de alto fluxo com velocidade média (entre 45Km/h e 60Km/h), até locais com tráfego lento (em torno de 20Km/h). Percebe-se que no primeiro caso não há concessão de preferência aos pedestres. Nesta categoria de vias, foram registrados atropelamentos sobre as faixas. A Figura 2 mostra um dos pontos perigosos observados, localizado em frente ao Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina. Note-se a clara intenção de travessia no gesto dos pedestres.

Figura 2 – Faixa de pedestres em via de alto fluxo e velocidade média de 50Km/h



Neste ponto, a velocidade média dos veículos é de 50Km/h, com alto fluxo (via saturada em horário de pico). O desrespeito à faixa ocorre principalmente nos momentos de alto tráfego. Como resultado, tem-se um intenso movimento de pedestres que atravessam fora da faixa: em medição efetuada em dia típico, horário de pico, cerca de 30 pedestres/h atravessam a 5 metros da faixa.

Na mesma via, a cerca de 50 metros do caso anterior, encontra-se outro ponto de travessia, desta vez semaforizado (Figura 3). Além do pé-

simo estado de conservação da pintura da faixa, vê-se que o órgão de trânsito interpreta diferentemente a necessidade de semáforos em pontos de características similares de velocidade de tráfego (muito embora, neste caso, a distância de travessia seja maior, aumentando o risco para o pedestre). Assim, os semáforos (Figura 3) levam os motoristas a não respeitarem a preferência aos pedestres no conflito não semaforizado. (Figura 2).

Figura 3 – Faixa de travessia semaforizada em região com velocidade média de 50Km/h



Outro aspecto importante é a proliferação das faixas. Tome-se como exemplo a Rua Lauro Linhares, principal via do bairro Trindade (Figura 4). Num trecho de extensão de aproximadamente 1.100 metros, encontram-se 18 faixas para os pedestres, resultando numa distância média entre duas faixas de 61 metros. Pelo CTB, os pedestres são obrigados a atravessar nas faixas quando estas se encontram a menos de 50 metros de distância. Assim, configura-se na via analisada uma situação mais confortável para os pedestres. Porém, para os motoristas, as sucessivas paradas acabam gerando o desrespeito às faixas, pois pressente-se que não há progressão adequada do fluxo veicular. Nesta via, aconteceram 2 atropelamentos sobre as faixas no período de 12 meses até abril de 2002.

3.3 O respeito às faixas

A partir das constatações acima, um estudo preliminar de respeito à faixa foi realizado. Três casos foram considerados, de acordo com o fluxo (alto, médio e leve), todos com faixas não semaforizadas. Foi observado o comportamento dos motoristas em dias de semana (quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira). Os resultados estão na Tabela 1.

Tabela 1 – Resultados das Contagens de Respeito à Faixa de Pedestres

RUA/ AVENIDA	DIA E HORÁRIO	CARACTERÍSTICAS	VEÍCULOS QUE PARARAM NA FAIXA	CARROS QUE NÃO PARARAM NA FAIXA	PEDESTRES QUE ATRAVESSARAM FORA DA FAIXA
Mauro Ramos	quinta-feira 13:00/13:30	Fluxo alto, velocidade 50 Km/h; 4 pistas	20%	80%	8
Lauro Linhares	quarta-feira 16:10/16:40	Fluxo médio, vel. 40 Km/h	53%	47%	11
Esteves Júnior	sexta-feira 12:00/12:30	Fluxo baixo, vel. 30 Km/h	73%	27%	12

Para os percentuais apresentados na Tabela 1, foram considerados somente os veículos em situação de conflito com pedestre, isto é, na situação em que havia a presença de um pedestre mostrando claramente sua intenção de atravessar e um veículo chegando. O número de veículos contados 45, 64 e 26 nas ruas Mauro Ramos, Lauro Linhares e Esteves Júnior, respectivamente. Os números na tabela indicam uma grande heterogeneidade no número de motoristas que respeitaram a faixa. Nota-se um número importante de pedestres que atravessaram fora da faixa (a menos de 30 metros dela).

Com respeito à primeira faixa (Figura 4), verifica-se o maior valor de desrespeito da faixa pelos motoristas, sem dúvida por causa do fluxo alto de veículos e da velocidade nesse momento do dia, implicando em risco de colisão traseira. A faixa é visível e o trecho é reto.

Figura 4 – Faixa na Av. Mauro Ramos, Centro.



Já na Rua Lauro Linhares (Figura 5), o valor de observância da sinalização é maior. Quase a metade dos motoristas pararam na faixa. A presença do supermercado e de um centro comercial nas proximidades acarreta um fluxo de pedestres importante. A velocidade dos veículos é menor,

em função de muitos movimentos de conversão para as áreas de estacionamentos.

Figura 5 – Faixa na R. Lauro Linhares, Trindade



Por último, a Figura 6 mostra a faixa na rua Esteves Júnior (Centro), frente ao Colégio Catarinense. O número de 73% de veículos que pararam na faixa mostra claramente que nessa via, a faixa de pedestres guardou melhor a significação de lugar de preferência dos pedestres. Aqui, todas as condições são reunidas para garantir o respeito da faixa: fluxos e velocidades baixos e boa visibilidade, além da presença de escola. Nesse contexto, a faixa de pedestre, sozinha, impõe-se como lugar de preferência dos pedestres.

Figura 6 – Faixa na R. Esteves Júnior, Centro



4. Discussão e Recomendações

A facilidade em usar a faixa de pedestres para resolver conflitos entre pedestres e veículos transformou as faixas em panacéia. Entretanto, conforme discutido neste artigo, a solução pode vir a agravar o problema devido ao desrespeito gerado em relação ao símbolo. Melhorar a segurança de pedestres requer procedimentos sistemáticos, como os apresentados em Cucci Neto e Waismann (1999), os quais nem sempre são observados pelas agências de trânsito das cidades brasileiras. Como consequência, as faixas existem com um significado dúbio, pois os usuários das vias percebem o contraditório entre a intenção de prioridade para os pedestres e a localização freqüentemente inadequada das faixas devido à falta de critérios por parte das autoridades.

Neste cenário, observou-se o comportamento dos motoristas e pedestres em Florianópolis. Tal comportamento pode ser considerado "espontâneo", pois não há ação coercitiva dos policiais nem campanhas publicitárias maciças de respeito à faixa, como houve em Brasília na segunda metade da década passada. Observa-se nesta cidade que o respeito às faixas não-semaforizadas aumenta em vias de velocidade baixa, em contraste com o desrespeito que surge em vias de média velocidade e alto fluxo. Com base nestas observações, podem ser feitas algumas recomendações quanto ao emprego das faixas, as quais buscam revalorizá-las como símbolo de travessia de pedestres com prioridade absoluta para estes.

4.1 Quanto ao papel do Código de Trânsito Brasileiro

O CTB poderia ser mais claro sobre a definição dos termos dos artigos, buscando restaurar o papel das "passagens de travessia" nos casos onde a prioridade da faixa não se justifica em face das condições de tráfego vigentes.

Com relação à sinalização em si, tratada no Anexo II do CTB, é importante a homogeneidade da sinalização, através da normatização, a fim de permitir aos usuários entender e aplicar seus direitos e deveres, sem hesitação, desculpa ou ignorância. Para tanto, propõe-se símbolos dis-

tintos para travessia de pedestres, da seguinte forma:

- 4.1.1 em travessias semaforizadas, não usar as faixas, e sim duas faixas transversais à faixa de rolamento espaçadas para demarcar a "passagem" de travessia. Esta solução já é adotada por algumas municipalidades brasileiras;
- 4.1.2 em vias de alto fluxo com médias velocidades, usar esquemas diferenciados no pavimento apoiados em grupos focais intermitentes acionados por botoeiras, caracterizando a não-prioridade absoluta do pedestre;
- 4.1.3 faixas de pedestres, como as atuais, devem ser reservadas para pontos de prioridade absoluta de pedestres (em frente a escolas, hospitais), tendo-se a certeza de tratar-se de locais de baixas velocidades do fluxo veicular, com símbolos de advertência a motoristas sobre a prioridade dos pedestres.

Ou seja, propõe-se reduzir, em muito, o emprego do símbolo "faixa zebra" no panorama da cidade, por dois motivos: primeiro, ficaria clara a intenção de prioridade absoluta do pedestre quando a faixa estiver presente; em segundo lugar, isto traria um aumento na responsabilidade das autoridades municipais no projeto e implantação de travessias de pedestres, com semaforização por botoeiras e sinalização auxiliar, subsidiando a demarcação dos pontos de travessia e evitando o desgaste de significado provocado pelo uso excessivo das faixas.

4.2 Quanto ao papel dos órgãos de trânsito

Os órgãos municipais de trânsito devem se pautar pelo uso criterioso dos símbolos de travessia de pedestres. Quando houver a decisão de usar as faixas tradicionais em vias de média velocidade, é fundamental o uso de sistemas de moderação de tráfego para baixar a velocidade nas vizinhanças das faixas (estreitamentos e lombadas eletrônicas, p.ex.).

Também, é preciso reconhecer o uso excessivo das faixas tradicionais na realidade urbana atual. Estudos devem ser conduzidos para apoiar a

substituição das faixas nas vias de média velocidade nas quais não é estritamente necessário garantir prioridade absoluta de travessia aos pedestres, e que, portanto, não devem ter suas velocidades livres reduzidas. Nestas, deve-se usar semáforos de travessia, conforme sugeridos nas recomendações da Seção 4.1.1. Estes devem fazer parte integral de sistemas de controle de tráfego por semáforos, tendo-se em conta aspectos de sincronização ótima para diminuição de atrasos e número de paradas para os veículos. Argumentos de alto custo de tais sistemas não mais se sustentam diante da realidade de custos decrescentes dos sistemas microprocessados de controle de tráfego urbano.

Referências

A VÍTIMA ignorada. *Revista da Confederação Nacional dos Transportes*. 2001. Disponível em: <http://www.cnt.org.br>.

CUCCI NETO, J.; Waisman, J.. Aplicações da engenharia de tráfego na segurança dos pedestres. In: XIII CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES - ANPET. São Carlos, 1999. p. 535-545.

BRASIL. *Código de Trânsito Brasileiro*, 2002. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/pg151.jsp>.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: www.ipuf.sc.gov.br; acesso 03/05/2002.

IZIDORO, A. Fator externo influencia 56% dos acidentes de trânsito. *Folha on Line*, Caderno Cotidiano, 03/05/2002. Disponível em: <http://www.folhaonline.com.br/cotidiano>.

MENEZES, R. Faixa de pedestre e cadáveres no Eixão. *Jornal Correio Braziliense*, 03/04/2002. Brasília.

PAVARINO, V. A lição da faixa de pedestres. Disponível em: <http://www.transito.hpg.ig.com.br/verbo7.htm>.

SCARINGELA, R. *Investigação da causa de acidentes de trânsito: estudo de amostra de acidentes*. Disponível em: http://www.scaringela-transito.com.br/body_icat.html.

SCARPELLINI, V. Faixas de pedestres. *Jornal Folha de São Paulo*, Caderno Cotidiano, 8/05/2002. São Paulo.

Ética, Hábitos, Virtudes e Felicidade: Patrimônio Cultural e Testamento

Carlos Amorim¹

Resumo

O artigo resulta das questões apresentadas na conferência "Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Ética" proferida no III Congresso Brasileiro de Controle Público: Ética Pública e Desenvolvimento; ocorrido em Salvador, em outubro de 2010. Apresentando inicialmente o estado do IPHAN na Bahia e partindo da etimologia do termo, o autor procura aproximar historicamente uma ação ética à prática preservacionista dos bens culturais no Brasil. Ao distinguir acervo de patrimônio nacional, e tomando como referência a discussão proposta por Hannah Arendt na relação passado/futuro, o artigo apresenta brevemente a evolução do conceito de patrimônio cultural no país, concomitante à postura ética da ação institucional do IPHAN.

Palavras-chave: Ética. Preservação. Patrimônio Cultural. Passado/Futuro.



Abstract

The article is the result of the issues presented at the conference "National Historical and Artistic Heritage and Ethics" given at the III Brazilian Congress on Public Control: Public Ethics and Development, held in Salvador in October 2010. Initially presenting the condition of IPHAN in Bahia and based on the etymology of the word, the author seeks a historically close to the action ethics of cultural preservation practice in Brazil. By distinguishing collection of national patrimony, and with reference to the discussion proposed by Hannah Arendt in the past / future relationship, the article briefly presents the evolution of the concept of cultural heritage in the country, concomitant with the ethical stance of the institutional action IPHAN.

Key words: Ethics. Preservation. Cultural Heritage. Past/Future.

¹ Administrador de Empresas, Bacharel em Direito e atual Superintendente do IPHAN na Bahia.

A Bahia e o Patrimônio Cultural Brasileiro

A Bahia ocupa uma área de 567.692,669 km², é o quinto maior estado do país e possui um dos maiores e mais significativos acervos de bens culturais do Brasil. O processo de ocupação humana da região remonta ao período pré-colonial e está registrado em milhares de sítios arqueológicos que se agregam à herança dos ciclos econômicos que se sucederam na apropriação do território baiano, para constituir alguns dos mais importantes referenciais da identidade nacional.

A organização da salvaguarda deste acervo cultural, primazia do Estado iniciada já nas primeiras décadas do século XX, foi intensificada após a criação do IPHAN, a quem coube as tarefas de identificação, restauração e preservação dos bens culturais de excepcional valor. A ação desenvolvida ao longo dos 73 anos de existência da instituição resulta hoje na proteção legal de 175 bens de natureza material tombados no estado da Bahia; aí inclusos e tomados como bens individuais: o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cachoeira; o Conjunto Paisagístico de Igatu, em Andaraí; o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Itaparica; o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Lençóis; o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Monte Santo; o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Mucugê; o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro; o Município de Porto Seguro; o Conjunto Arquitetônico de Rio de Contas; o Centro Histórico de Salvador; o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Salvador – trechos da Av. Otávio Mangabeira, Conceição da Praia, Dique do Tororó, Conjuntos Urbanísticos e Vales Florestais, Largo dos Mares, Penha, Praça Ana Nery, Praça Severino Vieira, Outeiro de Santo Antônio da Barra, Praça da Sé e Passo; Conjunto Arquitetônico da Rua Carneiro de Campos e Travessa Aquino Sodré; o Bairro do Comércio; o Conjunto Paisagístico de São Félix; e, finalmente, o Conjunto Paisagístico de Santa Cruz de Cabralia. Além destes, são objeto de registro do patrimônio imaterial: o Samba de Roda do Recôncavo o Ofício das Baianas de Acarajé, e a

Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira. A relevância deste patrimônio é reconhecida pela UNESCO que distingue o Centro Histórico da Cidade do Salvador e a Costa do Descobrimento como Patrimônio Mundial Material, além do Samba de Roda do Recôncavo inscrito como Obra Prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade. Muito recentemente, o Conjunto da Igreja e Claustro da Ordem Primeira de São Francisco de Salvador foi eleito uma das Sete Maravilhas do Mundo Lusófono.

A Bahia possui também um dos maiores e mais importantes patrimônios arqueológicos do Brasil. Os sítios arqueológicos do estado constituem um patrimônio histórico e cultural de extrema importância, fonte de pesquisa para os diversos campos das ciências humanas, fazendo da sua preservação um aspecto fundamental, uma vez que sua natureza é finita, frágil e não renovável.

No registro da passagem do homem pelo território baiano, identificado nos milhares de sítios arqueológicos do estado, destacam-se os painéis de pinturas rupestres, testemunho voluntário de sociedades extintas, cujos significados ainda exigem pesquisas profundas. Os locais de pinturas e gravuras rupestres podem ser considerados verdadeiros documentos sobre a presença e atuação dos grupos pré-coloniais em determinada região, ao passo que constituem marcos de memória social para as populações contemporâneas. Assim, os sítios de arte rupestre assumem a condição de monumentos históricos que evocam configurações sociais diferentes daquelas de origem européia, mas indiscutivelmente associadas ao processo de ocupação humana do território baiano.

No âmbito da arqueologia pré-histórica, destaca-se a região da Chapada Diamantina como aquela que apresenta uma maior concentração dos sítios identificados e estudados. Investigações mais recentes, contudo, revelam o enorme potencial do Complexo Arqueológico de Paulo Afonso e da Região Arqueológica de Central, além da Costa do Descobrimento, ainda não devidamente exploradas.

Além dos sítios arqueológicos pré-coloniais, muitos outros do período colonial brasileiro estão distribuídos por todo o Estado. No Centro Histórico da Cidade do Salvador, um projeto de pesquisa arqueológica ainda em andamento e que

conta com a coordenação e acompanhamento do IPHAN, busca entender como se deu a ocupação de sua malha urbana, em uma área que abrange um total de onze bairros e engloba obras de dois programas de habitação popular. Lá foram resgatados cerca de 800.000 fragmentos e peças arqueológicas. Essa exuberante coleção mostra uma mistura de culturas impressionante, com vestígios de diversos continentes, como Ásia, Europa, África e Américas, incluindo a produção local. Eles revelam traços étnicos únicos reproduzidos nas decorações estilísticas de muitas de suas peças.

A riqueza deste patrimônio baiano tem sido objeto de investigação por diversas universidades que, atualmente, possuem núcleos de pesquisa arqueológica; a saber: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Atuam ainda em nosso território, outras como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desenvolvendo trabalhos para pesquisas acadêmicas e para projetos de licenciamento ambiental.

Dos sítios urbanos protegidos na Bahia, o acervo arquitetônico e paisagístico da Cidade do Salvador, primeira capital do Brasil, merece destaque, pois, além do seu excepcional valor cultural, riquíssimo em história e arquitetura, destaca-se por sua extensão. O conjunto edificado do seu Centro Histórico, tombado pelo IPHAN e reconhecido pela UNESCO como "Patrimônio Mundial", possui cerca de 3.000 imóveis.

O IPHAN possui bens tombados em 27 municípios do estado. Esse número, embora seja de grande significação, representa menos de 10% dos 417 municípios da Bahia. Somado a isso, existem inúmeras solicitações de tombamento, em trâmite na Superintendência da Bahia, provenientes de todo o Estado, que indicam um vasto e rico território a ser explorado, demonstrando uma clara demanda da sociedade em capilarizar a atuação do IPHAN por todo o seu território.

A concorrência das diferentes instâncias governamentais na gestão do patrimônio cultural, que se afirma a partir dos anos 1970, criou na Cidade do Salvador uma experiência que deve

ser tomada como modelo para as demais áreas urbanas protegidas. O ETELF - Escritório Técnico de Licenciamento e Fiscalização é fruto de um convênio firmado inicialmente em 1984 entre o órgão Federal, o Estadual e o Municipal de Preservação, representados na época pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Fundação Nacional Pró-memória (SPHAN-FNPM), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e a Prefeitura Municipal de Salvador. O referido convênio é renovável e tem validade de cinco anos.

Desde a sua criação, até os dias de hoje, o ETELF atua nas áreas tombadas pela União e Estado e nas que estão sob Legislação Específica Municipal, segundo a Lei nº 3289/83, que trata das áreas da cidade consideradas de Proteção Cultural e Paisagística do Município. A equipe é composta por representantes das três instâncias governamentais que realizam o trabalho de análises técnicas conjuntamente, sendo este um fato ainda inédito na área de preservação em todo o Brasil.

Por força da atividade sempre crescente dos últimos anos, pelo aumento do número de núcleos e de monumentos a serem protegidos em Salvador, o ETELF emitiu, em média, mais de trezentos e oitenta (380) pareceres técnicos por ano.

A partir do ano de 2000, com o Decreto Lei nº 3551, de 04 de agosto, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, da criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI e da consolidação do Inventário Nacional de Referências Culturais, houve um significativo aumento da demanda de proteção para os bens de natureza imaterial.

O Núcleo de Patrimônio Imaterial da Superintendência da Bahia desenvolve uma série de projetos, especificamente ligados à Educação Patrimonial, aos Inventários de Referências Culturais e as Ações de Salvaguarda do Samba de Roda do Recôncavo Baiano e do Ofício das Baianas de Acarajé.

Do total de 15 bens registrados como Patrimônio Imaterial do Brasil, três deles encontram suas origens na Bahia: o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, o Ofício das Baianas de

Acarajé e a Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira, estes últimos, ainda aguardando a conclusão do seu plano de salvaguarda. Neste ano de 2010, a Bahia, pela primeira vez, venceu as principais categorias do Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade, com o projeto Viva Saveiro (Patrimônio Material) e com os Sons de Canudos (Patrimônio Imaterial). Logrou também vencer o PNPI – Prêmio do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, com o Terreiro de Oxumarê.

Patrimônio Cultural e Testamento

Para juntar a atividade de proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com a ação ética, no dia a dia, é necessário aproximá-la das práticas de proteção do patrimônio cultural.

O termo ética deriva do grego *ethos*, que significa costume ou conjunto de hábitos que pautam nossa conduta cotidiana. Originalmente, não estão assentados sobre esses ou aqueles valores – uma vez que os valores pertencem a outro campo do conhecimento, que nos interessa muito, mas que não é determinante para as distinções que pretendemos fazer. Assim, os valores se fixam no campo da axiologia, sendo fundamentais para determinar o que é mais belo, o que é mais forte ou o que é excelente. Em todos os casos, ética e valores, estão historicamente circunscritos e imbricados a uma determinada cultura, variando no tempo e no espaço. A problemática da ética consiste em distinguir, grosso modo, o certo e o errado, o bom e o mau, o aceito e o tabu. Parece ser uma fronteira que separa o agir pessoal, individual, do que é socialmente suportável ou mesmo recomendável.

Acompanhando Michel Foucault (2009), no ritmo de Márcia Sant'Anna (1995), são as necessidades materiais ou as premências individuais que alteram a lógica do poder, propiciando reformas ou reorganizações da realidade. Logo, é por amor ao poder que se conservam coisas que lhe sirvam de símbolo ou alegoria. Toda essa lógica vai se assentar numa discussão mais profunda, cujo propósito é identificar na leitura do que se lega como patrimônio cultural protegido o rol de valores predominantes na sociedade. Seja no Renascimento, seja na Revolução Francesa, para a

ótica do patrimônio parece importar resguardar o monumento – não como memória e celebração, mas como escala e superioridade. Desvinculado de seu sentido original, ligado a um fato individual e personalizado, o monumento passa a ser, de *per si*, conteúdo e continente: o belo ou grandioso sendo a expressão vazia do fato que já não lembramos ou da homenagem que já esquecemos. Aqui o termo monumental assume o sentido em escala, tomando-se expressão do bom, do certo ou do belo, dissociado de seu significado primário. Trata-se da simples apropriação da coisa, independente de seus atributos pretéritos.

Considerando esses termos é possível distinguir ética de moral, sendo moral aquilo que respeita às nossas convicções pessoais, ainda que possa ser socialmente compartilhado. Possa ser, embora não necessariamente, como por exemplo: os nossos pensamentos, nosso mundo onírico ou intimidades físicas, para colorir de tintas fortes o argumento. Cotidianamente, estes limites vêm sendo forçados e estreitados, uma vez que se esgarçam as divisas entre público e privado, e, sobretudo, entre personalidade e despersonalização dos indivíduos. O que se toma de forma geral como avanço da comunicação e estreitamento das relações entre milhões, por instrumentos como os microblogs e redes sociais, tornou a ideia de intimidade retrógrada e a publicidade dos fatos comezinhos do dia-a-dia em momentos eventualmente chocantes.

Paparazzi, hackers, spams, arapongas, polícias de estado, a este aparato invasivo vieram se juntar imensas favelas virtuais como o Orkut, onde violações são a regra e o exibicionismo não tem paralelo na história da humanidade. Tudo pode ser arrancado de outrem e não há limites ao que pode ser compartilhado: da demência do preconceito regionalista homicida até a mais baixa escatologia sexual da hora.

Bem, tentamos separar ética e moral. Concordamos que a ética tem uma abrangência social mais significativa e pressupõe filtros e, como queria Platão, reflexão da parte dos homens. Com Platão, a ética se distancia do código de hábitos para alcançar ares de liberdade, pela imposição

da reflexão sobre os nossos atos. Porque aí é imperativo associar ética e *areté* ou virtude.

Dando um salto, um grande salto mesmo, dos diálogos inconclusivos do eminente Sócrates podemos nos apegar a outra distinção que se nos impõe fazer: ética e justiça.

Tomemos algumas virtudes, se considerarmos que a Ética deve ser a busca de um caminho virtuoso. Vale aduzir que as virtudes são; sendo bem pedregoso o caminho de sua generalização ou conceituação. Então, pensemos no Bem, na Beleza, na Verdade, na Força ou mesmo na Excelência. Faz o bem quem pratica as virtudes. Faz o mal quem as renega, por meio de injustiças e da perversidade. Portanto, aquele que comete iniquidades deve ser punido, para seu próprio bem; porque, pior do que fazer o mal, é não ter a oportunidade de expiar sua culpa. De Platão a Aristóteles e destes a Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, a ideia da expiação, da mortificação, passou a ser o sentido mesmo da justiça. A punição sendo o corolário da lógica que mistura axiologia, ética e um arremedo de justiça, como forma de contenção social não pactuada.

A justiça, na verdade, deve garantir aos homens que o acordo que os mantém contidos esteja vigente, nos termos da sentença: “a democracia é a contenção da força pelo consenso”. Submetida ao *due process of Law*, a sociedade referenda regras que não alteram a moral ou a ética das pessoas, dizendo-lhes não o que é virtuoso ou bom, mas o que é lícito ou o que é ilícito. Confinadas num campo anterior à lei, submetidas ao livre-arbítrio, a moral e a ética dependem da adesão, pessoalíssima e intransferível de cada pessoa, como no célebre adágio de São Paulo (I Coríntios, 6-12): *tudo me é lícito, nem tudo me convém*.

Assim, deste ponto é possível divisar que adesão e compromissos maiores exigem a religião. A ligação com o divino limita a nossa ação em obter bons resultados à benignidade dos meios que empregamos para tais fins. Acompanhando Max Webber (2004), é a ética dos santos – o projeto dos convertidos, que bem associa o regramento das sociedades protestantes e a organização das sociedades capitalistas.

Voltemos, pois a Aristóteles (2009). No livro dedicado a Nicômaco, seu filho, Aristóteles

enuncia a ética como o caminho que leva à felicidade. Caminho que é o *mesotes*, o caminho do meio – caminho do equilíbrio, no qual a *areté* assume exclusivamente o sentido de excelência. A palavra ética toma sua acepção original, do grego *ethos*, ou hábito. A virtude é ética e é hábito; devendo, portanto, ser exercida, praticada, com equilíbrio e moderação. Ao ponto de empregar a força, se necessário, para garantir que não se alterem as relações entre as coisas. Desse modo: fazendo menor o que é maior, para que permaneça como tal, em relação inteiramente compensada. Assim, a função social da propriedade ou a preservação do patrimônio cultural pelo Estado está plenamente justificada, em face da superioridade inequívoca do interesse público sobre o indivíduo. Nesse caminho aristotélico, a felicidade não se assenta nos prazeres, na riqueza, na força ou na segurança e no poder.

Não havendo certezas quanto ao futuro seu e de seus afetos, resta ao homem exercitar o bem comum, vez que a contemplação da felicidade dos outros é a felicidade do sábio, que possui discernimento para tanto. Discernimento este que é característico dos deuses e dos santos; como encontramos em Eclesiastes (8-5), o sábio *distinguirá o tempo e o modo*.

Aonde vamos avançar no enlace, no enredamento, entre ética e patrimônio histórico e artístico nacional?

Vale iniciar por distinguir acervo e patrimônio cultural nacional. O acervo cultural nacional é constituído por todas as coisas de valor cultural, sejam aquelas conhecidas pelas municipalidades, aquelas reconhecidas pela justiça, ou outras indigitadas pelo Poder Legislativo, e também as que integram o Patrimônio Cultural Nacional protegido. Contudo, existem aquelas coisas que integram o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, porque separadas pelo Decreto Lei 25/1937 e inscritas nos livros de tombo. Assim, há coisas de valor cultural que não integram o Patrimônio Cultural Nacional protegido.

Constitui, portanto, o que é Patrimônio Histórico e Artístico Nacional aquilo que é submetido, no devido processo legal, ao tombamento federal e inscrito no livro de tombo respectivo.

O célebre historiador e pensador Jacques Le Goff (2003) afirma que a oposição passado e pre-

sente é essencial para que se tenha consciência do tempo; assim, conhecer e mesmo conservar as coisas do passado constitui exercício fundamental à rerepresentação dos valores, das virtudes que, mais que nunca, no mundo da globalização, aspiramos universais.

Mas é em Hannah Arendt (2009) que encontraremos o sentido ético para transitar entre o passado e o futuro. É justo nessa conexão incrível, que Arendt afirma que a ruptura entre passado e futuro ocorre porque nenhum testamento legou o passado ao futuro. Escrevendo no entre-guerras e no holocausto, o pensamento da filósofa é marcado pelo terror do desaparecimento iminente – de coisas e de *mores* – e suporta a ideia de que é preciso testar ao futuro as coisas do passado, em sua inteireza. Para tanto, a máxima *fiat veritas, et pereat mundus* (faça-se a verdade, mesmo que o mundo pereça) se associa ao testamento pleno do passado. Sem qualquer sentido político, o legado deve ser completo, virtuoso ou não.

A criação do IPHAN e sua ação institucional ao longo de 73 anos têm o objetivo precípuo de manter a ligação entre passado e futuro. Todas as coisas têm valor histórico, das mais reles às mais nobres. Contudo, para fins do tombamento federal, que implica na interferência no exercício do direito de propriedade, em face da legitimidade democrática do IPHAN, decorrente da eleição do Presidente da República, o IPHAN, no *due process of Law*, busca caracterizar as coisas e os eventos, do patrimônio material e imaterial, que possam garantir, no presente, o legado do passado ao futuro; como ensina Arendt.

Para atualizar a questão, é importante assinalar que a ideia de monumento está muito longe de ser um mero arcaísmo. Ao longo do século XX, o conceito de patrimônio cultural evoluiu no Brasil. Como atrás mencionado, desde uma perspectiva foucaultiana até a lógica do testamento, houve uma patente interferência de uma nova ética na eleição do Patrimônio Cultural protegido. Vale aduzir que o Brasil é signatário de todas as cartas internacionais de preservação. E ainda, que o rol do Patrimônio é arbitrado e resulta de escolha e seleção. Por isso, muitos novos bens de naturezas diversas foram agregados ao conjunto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sobretudo os bens registrados como integrantes do acervo do Patrimônio Imaterial.

O conceito de monumentalidade foi inteiramente revisto já em 1985 (anterior, inclusive, à Constituição Cidadã, de 1988), quando do tombamento do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho da Federação - Ilê Axé Yá Nassô Oká. O processo dividiu o IPHAN e seu Conselho Consultivo, porque tratava da arquitetura de “pretos e pobres”, porque o “ritual” tinha valor folclórico – *sem sentido religioso*, porque não havia ali no sítio qualquer coisa que lembrasse um monumento. Foi relator o Dr. Gilberto Velho, antropólogo brasileiro de renome internacional. Mudou-se ali o conceito de monumento e de monumental, com o tombamento do Terreiro da Casa Branca, defendido com brilho pelo relator. Sustentou-se a monumentalidade da relação entre a cosmogonia ritualística da religião africana e a espacialidade das “pequenas áfrias” que os Terreiros de Candomblé encerravam, na expressão consagrada pelo célebre antropólogo Roger Bastide (2001). A ideia, com Bastide, é de que o sagrado não habita a Bahia. A Bahia se apresentando como oposição ao sagrado. Moram os orixás na África, “a terra da vida”, sendo atraídos para a Bahia pelos tambores e pelo sangue sacrificial. Assim, o que faz cessar a oposição entre sagrado e profano é a transposição da África para a Bahia, operada pelos terreiros de candomblé. Eles, os terreiros, carregam, de um lado a outro do oceano, a sacralidade, o testamento das “pequenas áfrias” – monumentais como o continente negro.

Dissociou-se o conceito de monumental da necessidade de escala. O monumento não era mais o signo, mas, e sobretudo, o significado que abrigava. No mesmo sentido, a ideia de excepcional renovou-se para tornar-se hígida, porque admitiu o sentido da singularidade por oposição ao reiterativo. Assim, protege-se no presente o terreiro singular que alimenta a relação entre passado e futuro. Não há previsão legal para a proteção da tipologia “terreiros de candomblé”, como não há para a tipologia “estádios de futebol”. Isso seria uma mera generalidade.

Os pilares que sustentam o conceito de Patrimônio Nacional, na forma da lei, se renovaram na prática institucional quando do tom-

bamento do primeiro terreiro de candomblé no Brasil. Por isso é absurda a oposição entre um conceito ultrapassado e outro moderno de patrimônio cultural. A ideia de moderno como contemporâneo não tem qualquer amparo entre os que discutem cultura. Foi no contexto do moderno, no entre - guerras, que foi concebido o IPHAN. Foi nesse período que o vigor das ações de proteção da memória ganhou corpo, em consequência da dimensão assustadora do conflito internacional de 1914. Para além, o moderno pode ser ultrapassado para o pós-moderno, como afirma Marshall Berman (1987). A ética, na defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é o cumprimento da lei e o respeito à prática institucional. A Constituição Federal de 1988 ampliou a ação de proteção da União ao Patrimônio Cultural Nacional. Determinou, no entanto, limites pelo estabelecimento de competências exclusivas ao Município, em seu art. 30, incisos VIII e IX. Estes fixam a exclusividade da autoridade do Município sobre o uso e o manejo do solo urbano. Atualizando sua ação, ao IPHAN resta revogar a Portaria no. 10/1986, em seus aspectos francamente inconstitucionais, preservando sua especialidade na guarda do acervo tombado pela União.

Ao legar às gerações futuras o testamento do presente, o IPHAN se preocupa em fixar parâmetros que remetam a um apelo nacional. Tomando dentre o acervo local aqueles bens que inspirem indivíduos de outros pontos geográficos e de outras reminiscências culturais. O valor arquitetônico de um bem, por exemplo, deve estar sob o alcance do Decreto Lei nº 25/1937, sendo explícita sua relevância nacional.

No mesmo sentido, o valor paisagístico deve evocar a tirada de vista de singular importância para a formação de uma imagem própria do país, que justifique a limitação do exercício do direito de propriedade.

A singularidade de um bem, seja ele tomado individualmente ou em conjunto, compõe o que se chama de excepcionalidade; parte dos elementos que facultam o tombamento de coisas relevantes para o Patrimônio Cultural Nacional. Assim é que coisa singular deve integrar o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São singulares porque não reiterativas; assim sendo, são excepcionais. Ocorre que, para além da excepcionalidade e da monumentalidade, como as compreendemos após o tombamento da Casa

Branca, em 1985, no início do último quartel do século passado, é imprescindível alcançar relevância frente à nacionalidade.

Este é o propósito que devemos almejar para sermos quem somos – viajantes do tempo, sem temor da incerteza futura. Porque teremos sido capazes de, dialogando frontalmente com o presente, fazermos o testamento que une passado e futuro.

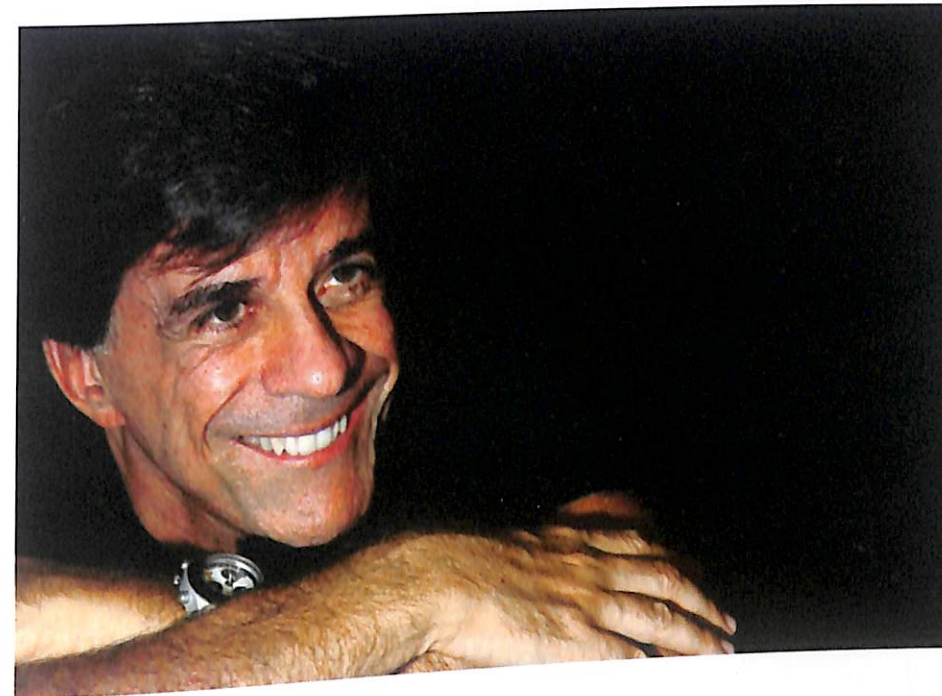
Referências

- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e futuro* – 6ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Ed. Atlas, 2009.
- BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar* – 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Moderna, 1981.
- _____. *Da realidade sem mistérios aos mistérios do mundo*: Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2009.
- Le GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª. ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000.
- SANT'ANNA, Márcia. *Da Cidade – Monumento à Cidade – Documento*. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação de Mestrado. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 1995.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ponto de vista

Sobre o que Representar

Fernando Guerreiro¹



Sou um diretor à moda antiga, gosto de estudar e dirigir um bom texto. Ao longo desua estória, o teatro viu seus palcos invadidos por diretores autores, atores autores, ou simplesmente, ausência de autores, as famosas perfomances, criações coletivas, acontecimentos teatrais, ou como se queira denominar montagens em que a palavra perde em importância para todos os outros elementos da encenação.

Como podemos formar platéias sem oferecer-lhe a oportunidade de entrar em contato com grandes obras dramáticas? Para mim a palavra é a essência do drama, seu elemento principal e o que o personaliza. É fundamental o desenvolvimento de novos dramaturgos, que saibam construir a base para grandes encenações. Mas para isso precisamos trazer o texto de volta aos palcos, sem firulas, sem inovações (uma ilusão que já perdi, pois sei que tudo se repete), apenas com competência e muito, muito trabalho.

Comecei a minha carreira no final da década de 70 e tive o prazer de ter contato com montagens

de pérolas da dramaturgia. De João Augusto, no Vila Velha, à saudosa Cia de Teatro da UFBA, pude assistir Sófocles, Goldoni, Pirandello, Shakespeare, Moliere, Nelson Rodrigues, Oduvaldo Viana Filho, Cleise Mendes, Nélon Araújo, Suassuna e por aí vai. E, o mais importante, em montagens que não brigavam com estes textos, não “recriavam” o que estava no papel. Sempre que converso com jovens diretores eu digo: cuidado com o que vocês vão fazer com o texto! É preciso dissecá-lo, estudá-lo a fundo, descobrir todas as suas nuances e possibilidades. Criar uma relação de respeito e não de competição. Nunca querer aparecer mais que ele, mostrar que é melhor que ele.

Quero começar um movimento pela volta de grandes textos ao tablado, em montagens básicas, sem firulas ou enganosas “inovações”. O teatro baiano está vivendo um momento de resaca, poucas estréias interessantes, um excesso de pós-modernismo de um lado, um excesso de comédias rasas do outro. Vamos buscar de novo a qualidade, trazer grandes atores de volta, representando textos essenciais. Só assim podemos sair da lama em que estamos chafurdando.

¹ Diretor Teatral.

ensaio

Pelas ruas de Cachoeira: morte, vida, angústias e esperanças¹Wendel Henrique²

A paisagem urbana e o cotidiano das cidades sempre instigam nossa observação e a busca por formas de representação – imagéticas, sensoriais, textuais – que permanecem guardadas em nossas idéias e memórias. Nunca passamos incólumes pelas cidades e suas gentes. O cheiro, as cores, as formas, as conversas e os cumprimentos dos amigos se encontrando, as senhoras fazendo suas feiras e seus olhares sobre aqueles elementos estranhos aos lugares, no caso, nós, os seres exteriores, sempre são marcantes em nossas representa-

ções e idéias sobre as cidades. Construir explicações acadêmicas sempre é algo muito mais complexo que a observação e contemplação de lugar, de uma paisagem e um acontecer cotidiano. Esta explicação acadêmica se conforma, em muitos casos, a partir de uma distância da vivacidade concreta de nossas cidades.

O bombardeio de imagens e informações nas cidades contemporâneas nos leva a uma paralisia sensorial e sensitiva em nossa vida cotidiana, tanto em relação às formas das cidades quanto aos seus conteúdos humanos, sociais e culturais. Apesar da diversidade quantitativa de eventos, dados e informações presentes nas cidades do mundo contemporâneo, devemos nos ater, neste momento, na qualidade de seus acontecimentos,

¹ Agradecimentos a população de Cachoeira e a FAPESB, pelo financiamento da pesquisa "Reestruturação Urbana, Mercado Imobiliário, Turismo e Exclusão Social no Município de Cachoeira. Diagnóstico e Proposições", que estamos executando no Laboratório de Geografia Urbana e Regional – IGEO/UFBA.

² Professor Adjunto do Departamento e Mestrado em Geografia da UFBA
www.citeplan.geo.ufba.br / wendelh@ufba.br

quer seja a partir da materialização do moderno na grande cidade capitalista ou da passagem lenta do tempo de uma cidade debruçada sobre mundo rural. Qualitativamente, qualquer cidade sempre permite que nossos sentidos captem sutilezas e poesias na forma de uso e apropriação dos lugares. Pequenos gestos e filigranas que ornamentam o cotidiano das ruas de nossas cidades apenas são captados quando nos colocamos a disposição do tempo e do espaço, quando percorremos lentamente os caminhos indissociáveis entre o real e o imaginado, entre o concreto e a poesia, entre o corpo e a cidade.

O desafio que nos propomos neste ensaio é, literalmente, buscar nas representações da ficção um fio para trilharmos na construção de um diário de experiências corporais e geográficas pela cidade de Cachoeira, uma cidade marcada pela força de suas mulheres e por formas particulares de realização de um cotidiano miscigenado.

As ruas e os casarões de Cachoeira, bem como os olhares e gestos de seus moradores, constroem um jogo de claridade e neblina, de visibilidades e esconderijos. Uma trama em vários atos, alguns trágicos e outros luminosos e alegres, que levam ao entrelaçamento de casas, pessoas, festas, procissões e irmandades na construção do seu tecido urbano.

Trama 01

A quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso, tolhidas de insanável caqueixa, uma verdade, que é um desconsolo, ressurre de tantas ruínas: nosso progresso é nômade e sujeito a paralisias súbitas. Radica-se mal. Conjugado a um grupo de fatores sempre os mesmos, reflue com eles duma região para outra. Não emite peão. Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas.

[...] Mal a uberdade se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foga dela o capital – e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho. E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas.

[...] Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito.

Umas tantas cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes.

[...] Erguem-se por ali soberbos casarões apalaçados, de dois e três andares, sólidos como fortalezas, tudo pedra, cal e cabiuna; casarões que lembram ossaturas de megaterios donde as carnes, o sangue, a vida, para sempre refugiram.

[...] São os palácios mortos da cidade morta. (LOBATO, 1919)

O texto acima de Monteiro Lobato, retrata a vida e as cidades construídas por forças dos ciclos econômicos agrícolas em São Paulo. A mesma força que ergueu grandes construções, casarões e sobrados fortes e imponentes na paisagem urbana é um conteúdo, uma alma fluída e fugaz que sorrateiramente abandona o corpo, esvaziando as formas, derrubando as sustentações, até então inabaláveis, das poderosas cidades do café, do ouro, do açúcar e do fumo.

Recém chegado à Bahia a imagem representada pelo texto de Lobato era o que mais se aproximava da paisagem real, da observação direta da cidade que via, enquadrada pelo rio, pela vertente verde e pela ponte de ferro. Os casarões apalaçados, imponentes com suas fachadas austeras, anteriormente sustentados pelas vigas e colunas do capital comercial, açucareiro e fumageiro, agora eram amparados por vergonhosas estacas de madeira. Muletas de sustentação frágil, incoerentes com a potência inserida na forma e no seu conteúdo esvaziado. O tabuleiro das ruas, anteriormente complementadas em sua linearidade pela circulação das pessoas, naquele dia de domingo ensolarado eram espaços praticamente vazios, aonde apenas o vento vinha trazer o cheiro do rio, vago, sem saveiros, sem vapores. Onde estavam os homens fortes e as mulheres guerreiras enaltecidos aos quatro cantos do mundo? Esvaziada em sua essência mercante, as pessoas vagavam pela busca da sobrevivência em outras paragens, buscavam outros pousos, deixando à margem uma obra coletiva produzida ao longo dos tempos, a própria cidade de Cachoeira. Cachoeira não estava morta, mas estava anestesiada, congelada, esvaziada. A Heróica Cachoeira se escondia sob o pesado e denso nevoeiro da economia.

A fuga da cidade enevoadas, na tentativa de novos espaços de esperança, se dá pelo caminho das rodovias, buscando a vida nas cidades onde jorrava o ouro betuminoso em outras áreas do Recôncavo.

Outra visita, uma noite de agosto e compõe-se um contraste. De um lado o vazio das ruas, dos casarões numa tarde de domingo quente e ensolarado e aquela noite de eventos mágicos, de manifestação desta vida potencial, latente e subjugada. Cachoeira, a heróica, não é um cenário morto para um monólogo decrépito. O coração potente ainda batia, num conjunto de casarões pintados nas cores rosa e vermelho, cores quentes para aquecer e fazer despertar a vida. O sangue a correr e animar as carnes, os músculos, os olhos e os braços. A luz das velas carregadas pelas ruas é ofuscada pelo brilho dos olhares e pela força feminina. A cidade morta se levanta num novo sopro de vida, graças às mulheres guerreiras, que sabem que ainda não é a hora da morte de Cachoeira.

Além deste impulso, a cidade recebe novas doses de vida, novas descargas de adrenalina, novos conteúdos que a transformam em cidade de produção de conhecimento acadêmico, com a Universidade. Os casarões recebem cuidados, são recuperados e se metamorfoseiam em patrimoniais urbanos. Chegam também novos visitantes, com suas máquinas digitais, alguns a retomar um laço familiar, uma origem, outros apenas a registrar na memória virtual da câmera, resíduos de espaços e de tempos que permanecem irreconhecíveis.

Trama 02

Portas e janelas fechadas em uma casa que está de luto. Bernarda, Angústias, Martírio, Adela, mulheres, mães, filhas e empregadas trancadas. Mulheres a discutir seus conflitos e suas aspirações. Espaços e personagens femininos de uma famosa peça teatral de Frederico Garcia Lorca: A Casa de Bernarda Alba.

Um sítio urbano fechado, congelado pelo tombamento. Irmandade de mulheres fortes, corajosas. Angústias e martírios nas transformações do cotidiano. Conflitos e tensões em uma cidade feminina e heróica. Espaços e pessoas reais no desenrolar de uma trama de relações que tomam lugar na cidade de Cachoeira.

A analogia entre a peça de Garcia Lorca e a cidade de Cachoeira, a princípio improvável está fundada nas relações possíveis entre o espaço no qual acontecem as ações, tanto na peça quanto na cidade, e no papel central das mulheres na construção dos enredos e dos cotidianos.

Na peça, a tensão está na concentração de poder e autoridade materna, que comanda os desejos e paixões de duas filhas Angústias e Adela em uma disputa pelo poder de um homem, apenas mencionado – Pepe. Martírio não só no nome de uma personagem, mas no sacrifício feminino para a manutenção das tradições.

Em Cachoeira, o poder e a autoridade anteriormente estabelecidos, tradicionalmente representados no capital cultural e social, entram em uma série de tensões com novos agentes (seriam filhas?) – a UFRB, o Monumenta e o Turismo Étnico. Na disputa, algo mais concreto e real, como o espaço urbano ou não tão material, quanto o capital político e o econômico.

Fechados em seu espaço, estes personagens, mesmo no momento da exteriorização da fé no uso da rua para a procissão, os olhares e as rezas, tanto na casa de Bernarda quanto em Cachoeira, concorrem com aqueles que buscam outras direções. A sedução exercida pelos homens que passam com suas tropas no texto de Garcia Lorca é metamorfoseada na cidade pelas janelas do mundo exterior, na sucção do tempo pelo espaço virtual. Sentados e olhos fixos nas telas, os jovens das *lan houses* não ouvem e não vêem as mulheres com suas vestes específicas no dia da procissão pelas ruas molhadas de Cachoeira. Enquanto as Senhoras da Boa Morte entoam seus cânticos e carregam suas velas, iluminando os caminhos entre os diversos tempos da cidade, abrindo brechas entre o passado e o presente, outras formas de religiosidade se mostram nas casas pentecostais, aos sons dos microfones e com seus rituais próprios. Mas as Senhoras e a Cidade não se abalam, afinal, a tolerância e convívio são peças centrais, tanto para as pessoas quanto para os espaços africanos – indígenas – brancos – masculinos – femininos – transgêneros baianos.

Angústias e Martírios em Cachoeira

A opção pela análise da cidade a partir de obras de ficção não é tentativa de romantização de questões fundamentais que se colocam para a discussão sobre a Cachoeira no presente e no futuro. A ficção permite uma poesia no enquadramento de questões que afligem a população local e aqueles que sentem afetividade pela cidade, mesmo não sendo moradores.

A concentração de novos investimentos para dinamizar a economia local, em um sítio urbano tombado, tem provocado a especulação e valorização imobiliária diante da falta de espaços e possibilidade de adensamento. Os preços dos aluguéis sobem e acabam por expulsar os mais pobres para as áreas mais periféricas, sem infraestrutura básica ou para as áreas de risco, nas margens do Caquende, por exemplo.

O conflito entre a modernidade e o tradicional também se faz presente, quer seja no comportamento e na organização social dos novos moradores e usuários, quer seja nas formas e objetos inseridos na cidade, como a *delicatessen* e o *apart hotel*. As novas, modernas, padronizadas e refrigeradas formas de consumo de alimentos, contrastam com o calor e humanidade da feira livre.

Outra angústia é risco da museificação do 'tradicional', tanto das formas quanto das pessoas. Um espetáculo humano do tempo passado, com a 'turistificação' das festas e da religiosidade. Para sobreviver ao mundo da guerra entre as cidades turísticas, Cachoeira se enfeita, a festa se transcreve em inglês, se 'etnifica', passa a se dedicar a um nicho de mercado. A mundialização do espaço leva um isolamento de quem não se insere nos modelos predefinidos do museu de gentes e de culturas.

Esperanças

A maior riqueza de Cachoeira está, sem dúvida, em seus homens e, principalmente, em suas mulheres: corajosas, guerreiras, sagazes e humanas. A participação de sua população no processo de planejamento da cidade é fundamental para dar vida nova à cidade antiga. Os novos agentes e obras devem considerar o conhecimento acumulado ao

longo dos tempos por todos aqueles que produziram e vivenciaram Cachoeira. As Senhoras da Boa Morte, mais do que serem fotografadas, devem ser ouvidas, respeitadas e não espetacularizadas. Os senhores pescadores na orla reformada da cidade tem histórias e esperanças na Cachoeira reavivada, reanimada. A exclusão dos saberes tradicionais das populações locais sobre o seu lugar leva ao risco de novamente ocorrer a emigração do progresso ou das pessoas, como escreveu Monteiro Lobato, ou mesmo na mercantilização da vida e das relações pessoais, que se tornariam apenas uma relação profissional, assim como na fala de Bernarda Alba para sua empregada La Poncia: 'Me serves e eu te pago! Nada mais'.

Aqui nada é conclusivo, nada se apresenta como verdade única, talvez nem como alguma verdade. Aqui, a veracidade está apenas na liberdade e na autonomia de se ver a cidade.

Referências

- LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas**: contos e impressões. São Paulo: Revista do Brasil, 1919.
- LORCA, Federico Garcia. **A Casa de Bernarda Alba**. Lisboa: Europa-América, 1988.

ensaio natureza mítica

Guache Marques



Guache Marques é artista plástico, formado pela Escola de Belas Artes (EBA / UFBA), em 1974.

"O verdadeiro tema das pinturas 'afro' de Guache Marques não é, como se tem dito, a africanidade ou afrodescendência; o tema dessas pinturas é a cor. Os motivos afro-brasileiros podem aqui ser o assunto, um dado circunstancial, contingente, privilegiado até e tornado valioso. Contudo, um outro assunto, bem diverso do atual, desde que se prestasse aos desenvolvimentos solicitados pelo artista, poderia ter sido eleito sem que se alterasse o núcleo temático. É interessante, a propósito, notar quão facilmente al-

guns títulos aparentados entre si – e que certamente poderiam ser substituídos sem grande prejuízo – podem induzir a equívocos de interpretação, sobretudo quando, na Bahia, evocam-se as 'raízes', atraindo para si a atenção do interlocutor que neles procura, em vão, o sentido das obras.

É claro que não se pode ignorar a presença dos signos pintados – estão aí simplesmente e, ademais, traçados com um vigor e uma clareza que preservam prontamente reconhecível a sua procedência. Restam, entretanto, formalmente depurados, não mais atrelados ao contexto original do qual foram arrancados. Do símbolo emotivo só vestígios subsistem: a abstração os

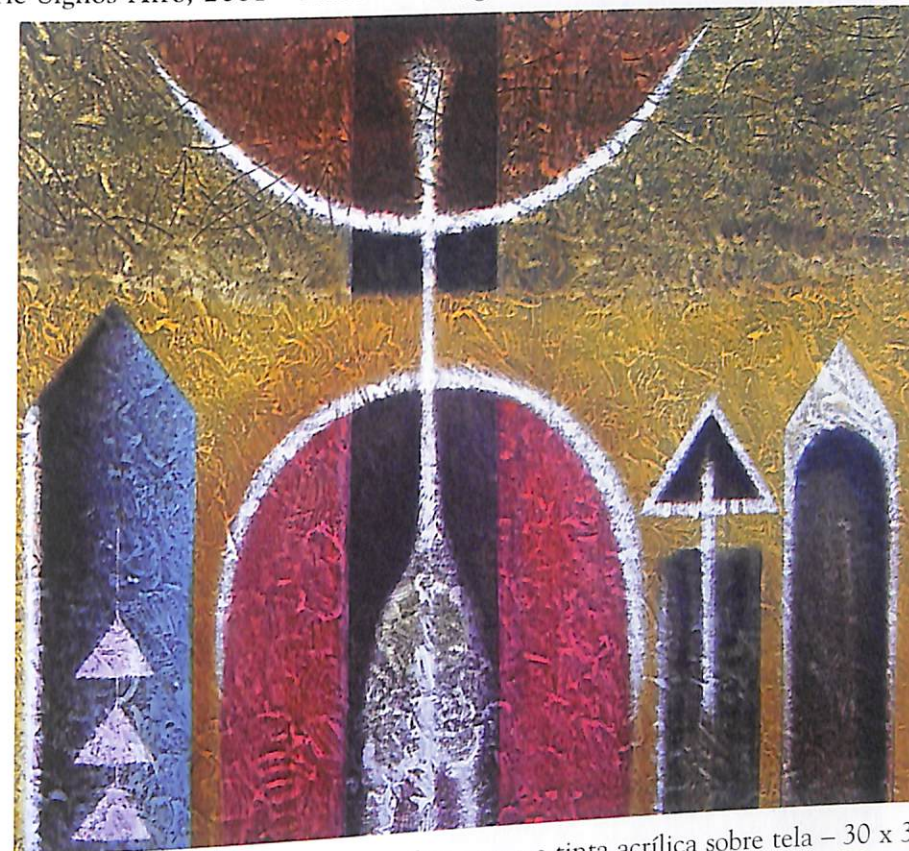
esteriliza; dir-se-ia que tal símbolo é o objeto a ser consumido, e então a operação pictórica consiste em fazê-lo recuar. Agora são esqueletos sobre e em torno dos quais a cor se encorpa, expande-se e se contrai alternadamente, e arrasta consigo a luz; são esqueletos a delimitar e dar sustentação a zonas de cromatismo vibrante, quando não submergem, diluídos, à potência destas. Não é novidade, para quem o tenha seguido em sua carreira, reconhecer em Guache um virtuoso da cor, que a intensifica, fá-la persuasiva (e também, nesse sentido, barroca), não raro estridente, criando, por vezes, intumescências à superfície do quadro sem quaisquer possibilidades de neutralizar-se e apagar-se, saturando-a antes com fulgores, que são também registros “termométricos” desse ambiente inventado. Os signos assumem valor tectônico: já quase uma arquitetura sem massa e sem peso (pois toda a densidade se restringe à própria realidade material da pintura, sua fisicidade), estão aí para aclarar relações – logo não poderiam admitir outro talhe senão o geométrico.

A associação cor-forma geométrica é histórica: dos mosaicos romanos a Mondrian, das marchetarias renascentistas à publicidade contemporânea, que técnico das artes visuais pôde ignorá-la? Esse binômio é a língua dos brasões, dos emblemas áulicos d’outrora, mas é, não me-

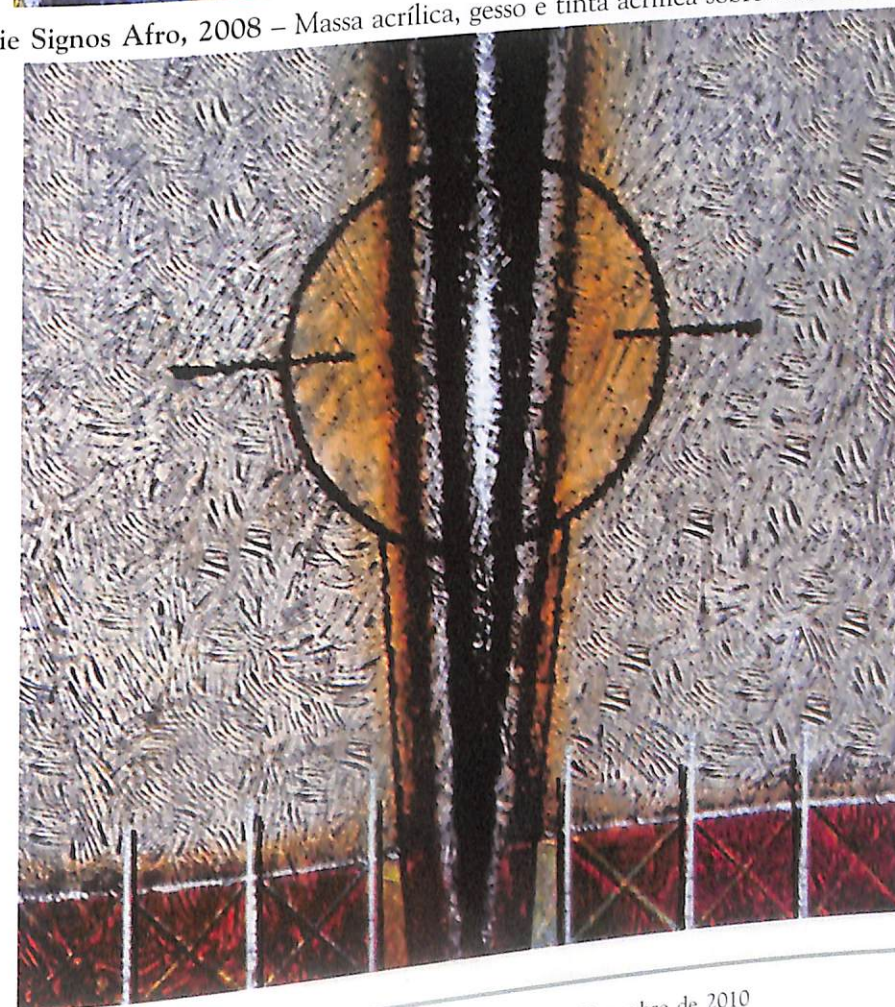
nos, o das logomarcas e ícones hodiernos. Entretanto a cor de Guache não é plana nem homogênea, embora firmemente encapsulada na grade geométrica e remetida continuamente ao plano; é, ao contrário, um campo de força cuja grande intensidade vibratória se arremessa à retina do observador, num efeito devido em parte à interferência de grafismos e pinceladas distribuídos irregularmente para pôr em relação áreas contíguas que de outro modo estariam isoladas, talvez inertes. Além disso, uma cor límpida, pura, pouco se prestaria a uma abordagem fundamentalmente dinâmica (ainda que não óbvia) da pintura; e o dinamismo aí alcançado é auto-evidente.

Mas há algo em Guache que, não sendo – creio – intencionalmente temático, nos informa dessa africanidade que se quer encontrar nessas obras. Esse algo subjaz à sua técnica colorística: um certo predomínio do quente e do morno dado pelo amplo uso de tons terrosos, óxidos de ferro naturais ou sintéticos. São arranjos cromáticos sugestivos de sua própria origem material, da sua categoria no reino natural. E é desse ponto de vista que se poderia falar, legitimamente, em “raízes”, na medida em que tais relações reverberam subjetivamente, como memória afetiva duma cultura na qual uma Natureza mítica, em contraste com as atuais tecnocracias, é ecoada sem cessar.” (Caius Marcellus Araújo)

Série Signos Afro, 2001 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 80 x 90 cm



Série Signos Afro, 2008 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 30 x 30 cm



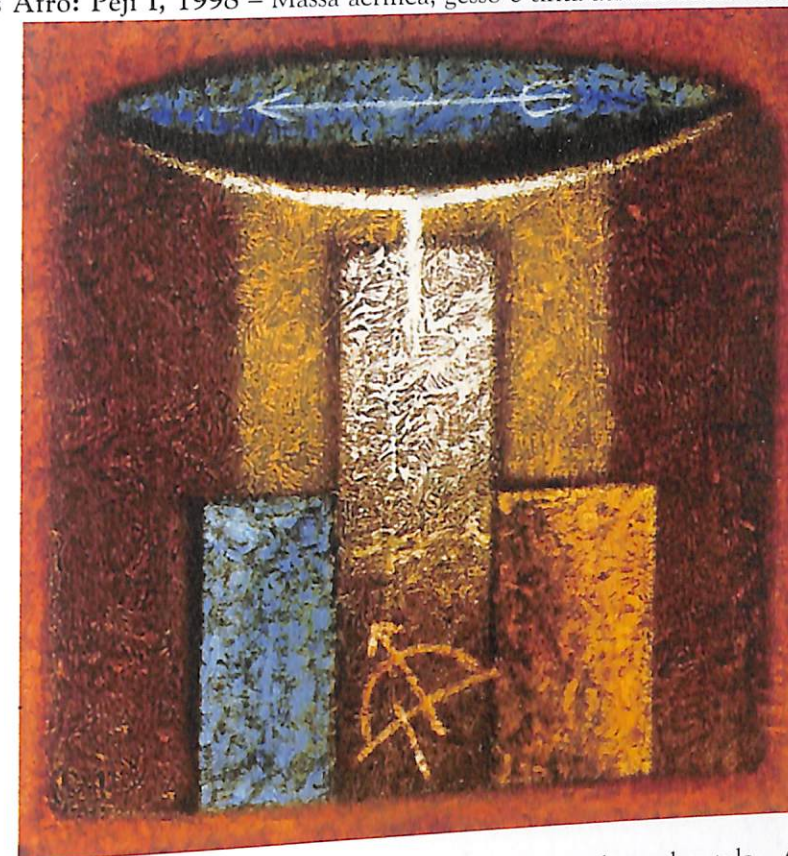
Série Signos Afro, 2008 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 30 x 30 cm



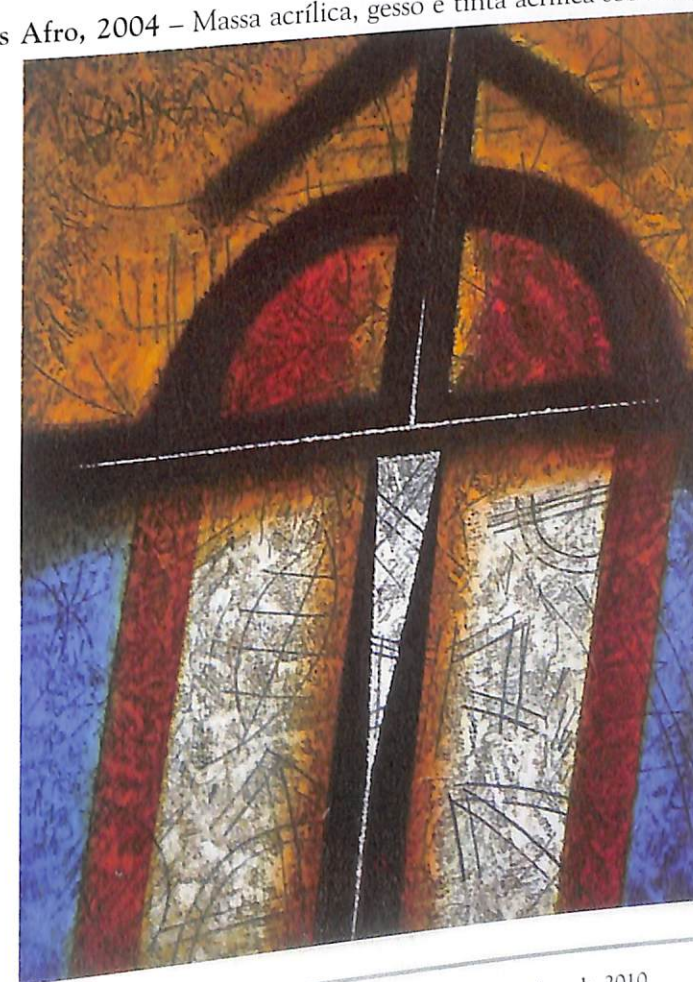
Série Signos Afro, 2008 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 30 x 30 cm



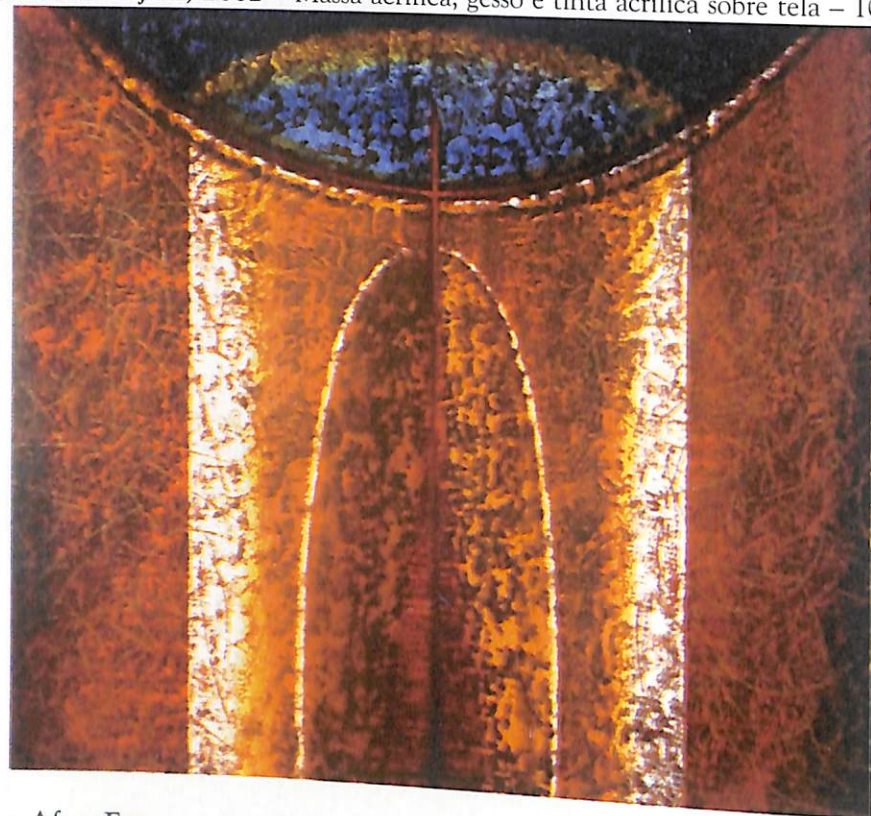
Série Signos Afro: Peji I, 1998 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 100 x 100 cm



Série Signos Afro, 2004 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 60 x 40 cm



Série Signos Afro: Peji II, 2002 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 100 x 110 cm



Série Signos Afro: Ferramenta de Orixá, 2004 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 110 x 100 cm



Série Signos Afro, 2004 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 110 x 100 cm



Série Signos Afro, 2005 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 80 x 90 cm



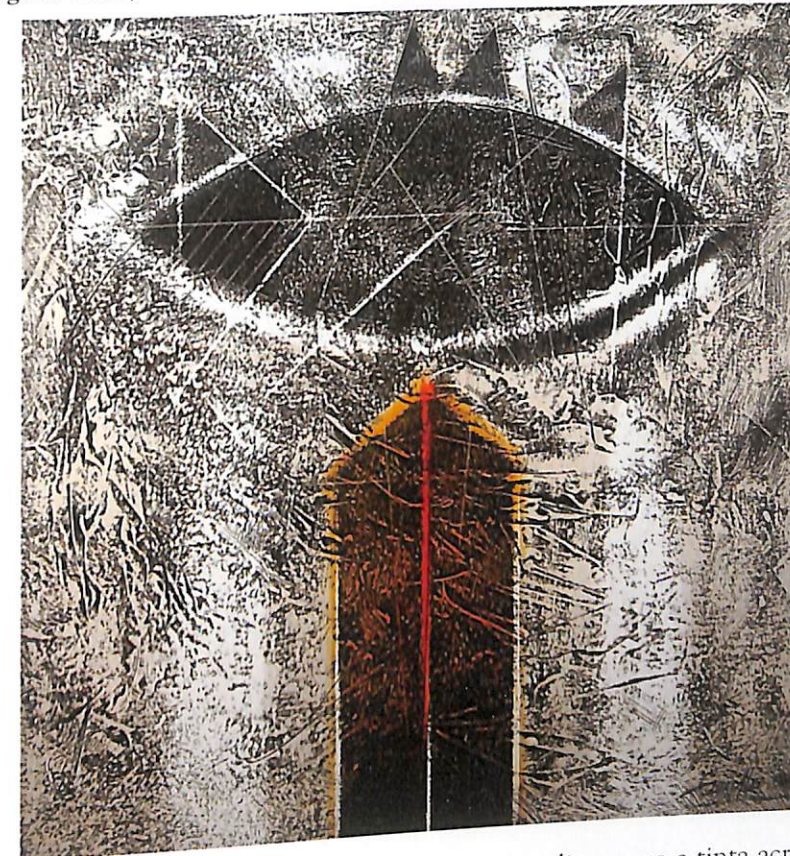
Série Signos Afro, 2002 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 80 x 90 cm



Série Signos Afro, 2007 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 80 x 90 cm



Série Signos Afro, 2007 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 50 x 50 cm



Série Signos Afro: A Invenção do Signo, 2004 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 110 x 100 cm



Série Signos Afro: Ferramenta de Orixá, 2004 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 110 x 100 cm



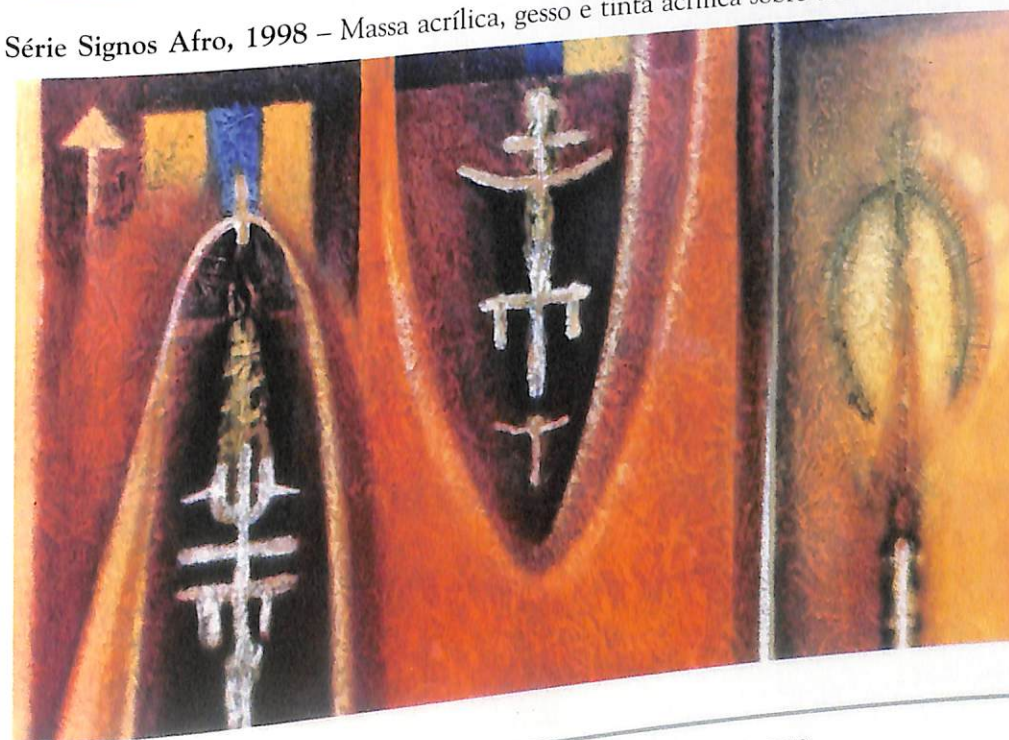
Série Signos Afro, 2009 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 30 x 30 cm



Série Signos Afro, 2009 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 30 x 30 cm



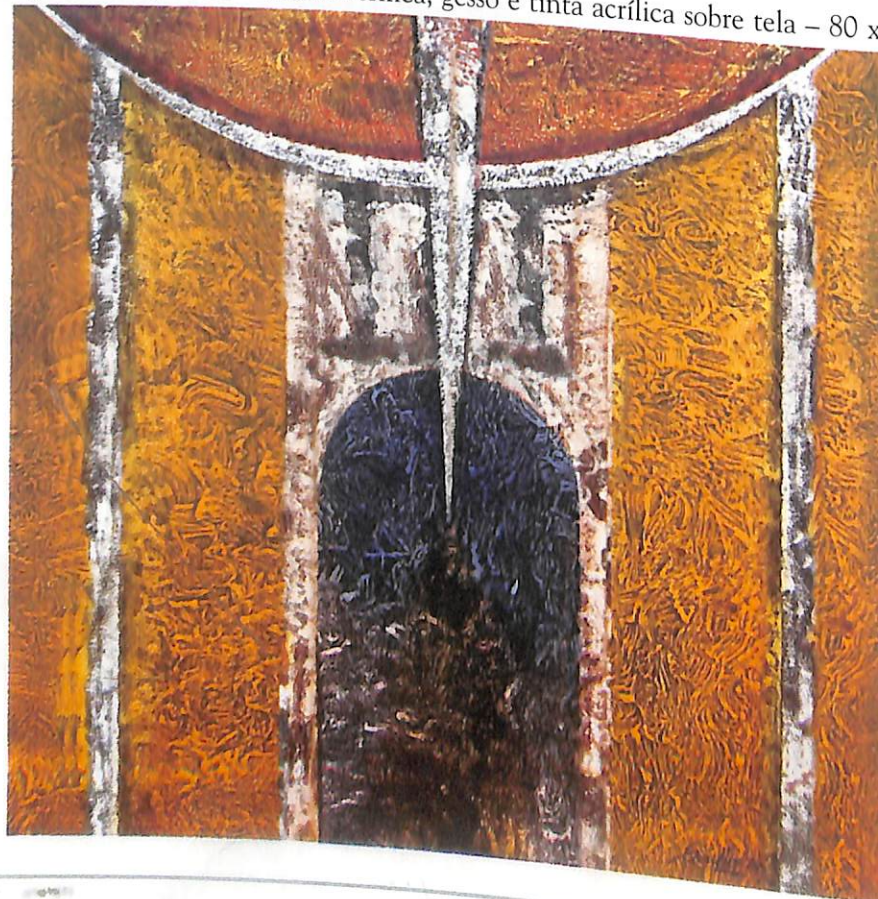
Série Signos Afro, 1998 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 100 x 150 cm



Tropicália, 2001 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 100 x 100 cm



Série Signos Afro, 2005 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 80 x 80 cm



Série Signos Afro, 2009 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 30 x 30 cm



Série Signos Afro: A Invenção do Signo, 2005 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 30 x 40 cm



Série Signos Afro: Ferramenta de Orixá, 2002 – Massa acrílica, gesso e tinta acrílica sobre tela – 150 x 100 cm



normas para publicação

Todos os artigos/ensaios/resenhas serão submetidos ao Conselho Editorial que deverá emitir parecer de recomendação ou não para publicação. Serão publicados apenas artigos inéditos. Em casos excepcionais, serão aceitos artigos/ensaios/resenhas já publicados em língua estrangeira.

Os artigos/ensaios deverão ser encaminhados para o e-mail veracidade@salvador.ba.gov.br, digitados em Word for Windows, espaço 1,5, fonte Goudy Old Style, tamanho 12, margens 2,5, tendo no máximo 20 (vinte) páginas, incluindo tabelas, gráficos, figuras, imagens e referências bibliográficas, acompanhados de um resumo em português e outro em inglês, contendo 150 (cento e cinquenta) a 200 (duzentas) palavras com indicação de 04 (quatro) a 06 (seis) palavras-chave.

Os capítulos, títulos e subtítulos devem ser ordenados a partir dos seguintes critérios:

Título 1: Goudy Old Style tamanho 14, negrito

Título 2: Goudy Old Style tamanho 12, negrito

Título 3: Goudy Old Style tamanho 11, negrito

As resenhas deverão ser encaminhadas para o e-mail veracidade@salvador.ba.gov.br digitadas em Word for Windows, espaço 1,5, fonte Goudy Old Style, tamanho 12, margens 2,5, tendo no máximo 03 (três) páginas.

As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do artigo, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Deverá ser utilizado o sistema autor-data (ex: SAMPAIO, 2006). Palavras em negrito e linhas sublinhadas deverão ser evitadas. Notas e comentários deverão ser evitados tanto quanto possível e, no caso de serem indispensáveis, deverão vir no fim da página, em fonte Goudy Old Style, tamanho 10.

Todos os trabalhos devem ser acompanhados de uma folha de identificação contendo: nome, e-mail, endereço completo, telefone para contato, instituição e titulação.

O envio de qualquer colaboração implica a cessão integral dos direitos autorais à VeraCidade Revista da SEDHAM/Prefeitura Municipal do Salvador. As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.